

+

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Ciências Humanas e Naturais

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)

Cláudia Inez Resende Melo

**Permanências, apagamentos e transformações na Prainha, Vila
Velha - ES**

Vitória – 2019

Cláudia Inez Resende Melo

**Permanências, apagamentos e transformações na Prainha, Vila
Velha - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Nível Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Geografia. Prof. Dr^a. Eneida Mendonça.

Vitória – 2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M528p Melo, Cláudia Inez Resende, 1971-
Permanências, apagamentos e transformações na Prainha,
Vila Velha - ES / Cláudia Inez Resende Melo. - 2019.
133 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Morfologia urbana. 2. Prainha. 3. Permanências. 4. Transformações. I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

“PERMANÊNCIAS, APAGAMENTOS E TRANSFORMAÇÕES NA PRAINHA, VILA VELHA - ES”

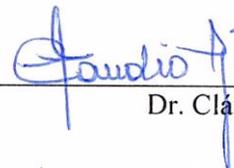
CLÁUDIA INEZ RESENDE MELO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 30 de agosto de 2019.



Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça (Orientadora)



Dr. Cláudio Luiz Zanotelli



Dr.^a Flávia Ribeiro Botechia (Prefeitura Municipal de Vitória/ES)

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta pesquisa, o apoio de variadas instituições foi indispensável. Agradeço à Prefeitura Municipal de Vila Velha, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, à Universidade Federal do Espírito Santo, em especial aos Programas de Pós-Graduação da Geografia e da Arquitetura e Urbanismo, aos funcionários da Biblioteca Central da UFES, em particular os da área de Coleções Especiais, à Casa da Memória de Vila Velha e por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Agradeço a algumas pessoas em especial, memórias vivas da Prainha, como Gether Lima, Roberto Abreu e Walter Aguiar Filho, que contribuíram com documentos, histórias, fotos, relatos e lembranças.

Aos professores doutores Flavia Botechia e Cláudio Zanotelli, por suas observações e comentários durante a banca da qualificação, que nortearam e redirecionaram os rumos da pesquisa.

Obrigada à Juliana Callado pelo tratamento dos mapas e a Lucas Aleixo pelo georeferenciamento, redesenho e sobreposição.

Agradecimento especial ao NAU, Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFES, onde encontrei não apenas acolhimento e companheirismo, mas amigos que levarei para a vida.

Como agradecer á Michella Sagrillo e Tatiana Caniçali? As trocas, o tempo, a amizade, a cumplicidade...muito mais que o esperado.

Por fim, à professora Dra. Eneida Mendonca, por sua presença constante, pela confiança, paciência e generosidade durante toda trajetória.

O caminho não foi árduo, nem tão pouco fácil, mas absorvendo conhecimentos e colecionando afetos “o que tinha de ser se deu”.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva documentar e analisar o processo de ocupação e urbanização da área da Prainha, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, detectando-se elementos significativos que permaneceram, que foram apagados e os que se transformaram. Almeja-se que este enfoque favoreça estudos futuros, e de modo específico, o planejamento do lugar. A metodologia envolve a busca da fundamentação teórica sobre morfologia urbana e suas principais abordagens em livros, artigos e trabalhos acadêmicos que tratam sobre o mesmo tema. Foram consultados também autores sobre a história do Espírito Santo e de Vila Velha. O convívio frequente com moradores locais antigos, entrevistas informais com agentes que buscam preservar a memória do local e consulta a trabalhos acadêmicos com o mesmo objeto de pesquisa, complementaram a documentação dos fatos históricos e da vida cotidiana. O trabalho é baseado na análise de mapas, plantas, fotos, documentação de arquivos e pesquisa de campo, seguindo metodologia da escola inglesa de morfologia urbana. A partir da coleta de documentação cartográfica, foi feita uma seleção dos mais apropriados à pesquisa, o recorte da área de estudo, sua ampliação, redesenho e georreferenciamento, para que pudessem ser comparados, sobrepostos e analisados. Comparando os mapas atual e de 1853 percebe-se claramente elementos arquitetônicos que permaneceram como o Convento da Penha, a igreja Nossa Senhora do Rosário, o forte São Francisco Xavier. Além destes, o eixo da atual rua Luciano da Neves, pode ser identificado de forma incipiente já no mapa de 1853 e o caminho que leva até o Convento de Nossa Senhora da Penha, atualmente conhecido popularmente como Ladeira da Penitência, aparece de forma figurativa no mapa de 1888. Alguns elementos foram apagados como as ilhas da Forca e dos Timbebas. Dentro deste contexto, a hipótese de que a planta da cidade, as vias, são os elementos mais persistentes às metamorfoses ocorridas com o passar do tempo, foi comprovada. Não se pode afirmar que o traçado colonial foi preservado por falta de documentação, no entanto, a localização da matriz, do largo e do eixo da rua Luciano das Neves, foram estruturantes e condicionantes para o traçado evidenciado em 1894, na primeira planta cadastral de Vila Velha. Este, por sua vez, deixou vestígios, à primeira vista não tão evidentes, mas claramente apontados com a sobreposição dos mapas.

Palavras-chaves: Morfologia Urbana, Prainha, Permanências, Transformações.

ABSTRACT

This objective research documents the process of analysis and urbanization of the Prainha area, in the city of Vila Velha, state of Espírito Santo, detecting the elements that hold, which are erased and those that transform. It is hoped that this approach will favor future studies, and specifically, the planning of the place. The methodology involves a mission of grounding on urban morphology and the main themes in books, articles and academic papers dealing with the theme. Authors were also consulted about the history of Espírito Santo and Vila Velha. The conviviality frequented the ancients, the informative with the agents who sought the memory of the place and consulted the academic works with the same object of research, complemented a list of historical facts and daily life. The research is based on the analysis of maps, plans, photos, archive reports and field research using the methodology of the English school of urban morphology. From the research of cartographic documentation, a selection of the most research results was made, the study area was cut, its expansion, redesign and georeferencing, so that they could be compared, overlapped and nailed. Comparing the current archives and those of 1853, they perceive the architectural elements that remain as the Convento da Penha, a church of Nossa Senhora do Rosário, the fort São Francisco Xavier. In addition, the axis of the current street Luciano da Neves can be identified incipiently in 1853 and the road leading to the Convent Nossa Senhora da Penha, now popularly known as Ladeira da Penitência, appears figuratively on the 1888 map. Some elements were erased such as the islands of Forca and Timbebas. The context, the hypothesis of a city plan, as roads, are the most persistent elements in the metamorphoses that occurred over time, has been proven. It is not possible to say that the colonial layout was preserved due to lack of documentation; however, the installation of the Luciano das Neves matrix, the square and the axis were structured and the conditions for the transportation service evidenced in 1894, in the Vila Velha's first cadastral plan This, in turn, dressed, at first sight not so evidently, but clearly pointed with the overlap of the maps.

Keywords: Urban Morphology, Prainha, Permanences, Transformations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Montagem de fotografias e mapas, processo empírico.....	14
Figura 2 - Mapa da Capitania do Espírito Santo,1670.....	15
Figura 3 - Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes 17??.....	16
Figura 4 - Carta Topographica da Barra e Rio do Espírito Santo, 1853.....	16
Figura 5 - Plano Hydrographico da Barra e Porto da Victória, 1888.....	17
Figura 6 - Planta cadastral da Cidade do Espírito Santo ,1894.....	17
Figura 7 - Esboço da planta da ilha da Victória, 1896.....	18
Figura 8 - Barra e Porto de Victória ,1928.....	18
Figura 9 - Planta Geral da Cidade e Porto de Victória ,1936.....	19
Figura 10 - Figura 10 – Estudos para a localização de estaleiros destinados a construção de navios para transporte de ferro e carvão, 195?.....	19
Figura 11 - Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha, 1970.	20
Figura 12 - Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha, 1982.....	20
Figura 13 - Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha ,1991.....	21
Figura 14 - A demarcação do sítio Histórico da prainha no centro de Vila Velha.....	22
Figura 15 - Perfil da área de estudo.....	23
Figura 16 - A demarcação da área de estudo.....	24
Figura 17 - Fotografia Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	25
Figura 18 - Fotografia Convento Nossa Senhora da Penha.....	25
Figura 19 - Fotografia Museu Homero Massena	26
Figura 20 - Fotografia Casa da Memória.....	27
Figura 21 - Bandeira da cidade de Vila Velha.....	27
Figura 22 - Brasão do Estado do Espírito Santo.....	27
Figura 23 - Poligonal do Sítio Histórico da Prainha.....	29
Figura 24 - Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna”.....	31
Figura 25 - Cones visuais do Convento de Nossa Senhora da Penha.....	32
Figura 26 - Alnwick- modelo de crescimento das áreas edificadas, períodos morfológicos....	40
Figura 27 - Quadro esquemático processos morfológicos.....	42
Figura 28 - Quadro esquemático períodos históricos e evolutivos.....	47
Figura 29 - Fotografia Escola de Aprendizes marinheiros do Espírito Santo, 1908.....	48
Figura 30 - Planta cadastral de 1894, em amarelo, o aglomerado urbano em 1910, segundo	

Lima (2002) e em vermelho a poligonal do Sítio Histórico da Prainha.....	49
Figura 31 - Fotografia rua Do Areal 1910, atual Luciano das Neves.....	50
Figura 32 - Fotografia linha do bonde na rua Luciano das Neves.....	51
Figura 33 - Fotografia linha do bonde década de 1910, na rua Luciano das Neves.....	51
Figura 34 - Fotografia Largo da Matriz, sem data, em destaque, Hotel João Nava e matriz Nossa Senhora do Rosário.....	52
Figura 35 - Fotografia 50º BC (Batalhão de Caçadores) atrás igreja Nossa Senhora do Rosário, hoje praça Capitão Otávio Araújo, 1918.....	53
Figura 36 - Fotografia 50º BC (Batalhão de Caçadores) em frente ao Hotel João Nava.....	53
Figura 37 - Fotografia Jardim de Athayde 1919.....	54
Figura 38 - Fotografia Jardim de Athayde 1919.....	55
Figura 39 - Fotografia Igreja do Rosário, o coreto reconstruído sem a cobertura original.....	55
Figura 40 - Fotografia Ferrovia na Ponte Florentino Avidos.....	56
Figura 41 - Recorte da autora, mapa de 1936, mostrando a oeste a ponte Florentino Avidos fazendo a conexão da ilha com o continente e o núcleo da Prainha a leste.....	56
Figura 42 - Fotografia sede da prefeitura de Vila Velha na rua Coronel Mascarenhas.....	57
Figura 43 - Fotografia Praça da Bandeira, s/data.....	58
Figura 44 - Fotografia Praça Otávio Araújo, s/data.....	58
Figura 45 - Quadro esquemático principais fatos históricos, 1890-1950.....	59
Figura 46 - Fotografia Ilha dos Timbebas, 1936.....	61
Figura 47 - Anúncio das retretas no Parque Dr. Athayde.....	62
Figura 48 - Fotografia da primeira escola pública estadual.....	64
Figura 49 - Montagem, mapa de 1896 e área da Prainha ampliada.....	66
Figura 50 - Montagem, mapa de 1936 e área da Prainha ampliada.....	67
Figura 51 - Montagem, mapa de 1888 e a área da prainha ampliada.....	68
Figura 52 - Montagem para redesenho do mapa de 1894.....	69
Figura 53 - Redesenho mapa período 1889-1950.....	70
Figura 54 - Sobreposição dos mapas período 1889-1950 e atual.....	71
Figura 55 - Ilustração de Jair Santos, redesenho da Planta de 1894.....	73
Figura 56 - Portão do Convento e Ladeira da Penitência em 2003 e 1936.....	75
Figura 57 - Montagem de fotografias do período de 1889-1950.....	78
Figura 58 - Fotografia Praça Duque de Caxias, 1955.....	80
Figura 59 - Fotografia construção da sede da Prefeitura, 1960.....	80
Figura 60 - Fotografia processo de aterro da Prainha década de 1960.....	81

Figura 61 - Fotografia rio da Costa em 1960 ainda com seu leito inalterado.....	82
Figura 62 - Fotografia construção da segunda ponte 1978.....	83
Figura 63 - Fotografia processo de aterro da Prainha fevereiro de 1980.....	84
Figura 64 - Fotografia Terminal Aquaviário da Grande Vitória, linha Prainha-Centro.....	84
Figura 65 - Fotografia construção do Parque da Prainha 1980.....	85
Figura 66 - Mapa esquemático ocupação urbana de Vila Velha 1970-2010.....	86
Figura 67 - Quadro esquemático principais fatos históricos, 1950-2019.....	87
Figura 68 - Fotografia colônia de pescadores na praia de Inhoá, anos 40.....	88
Figura 69 - Fotografia área EAMES, em destaque antigo local Ilha da Forca.....	88
Figura 70 - Mapa de uso do solo 2019.....	91
Figura 71 - Montagem fotografias do Festival de Jazz e Blues no Parque da Prainha.....	93
Figura 72 - Fotografia da missa de encerramento da Festa da Penha no Parque da Prainha....	94
Figura 73 - Fotografia das Palmeiras Imperiais e Praça da bandeira.....	95
Figura 74 - Fotografia praça Almirante Tamandaré.....	95
Figura 75 - Fotografia praça da Bandeira.....	96
Figura 76 - Montagem fotografias do evento Rua das Artes.....	97
Figura 77 - Fotografia rua Luciano das Neves na prainha, apropriada por estudantes.....	98
Figura 78 - Montagem, mapa de 1970 e área da Prainha ampliada.....	99
Figura 79 - Montagem, mapa de 1982 e área da Prainha ampliada.....	100
Figura 80 - Redesenho mapa de 1970.....	101
Figura 81 - Sobreposição dos mapas de 1970 e atual.....	102
Figura 82 - Redesenho mapa de 1982.....	103
Figura 83 - Sobreposição dos mapas de 1982 e atual.....	104
Figura 84 - Fotografia rua Antonio Athaide	106
Figura 85 - Mapas comparativos sistema viário período Republicano.....	107
Figura 86 - Montagem de fotografias atuais com a marcação do sítio histórico da Prainha e sua localização.....	109
Figura 87 - Fotografia do chafariz na Praça da Matriz	111
Figura 88 - Mapa de 1853, Vitória à oeste e Vila Velha à leste	112
Figura 89 - Mapa de 1888, Vitória à oeste e Vila Velha à leste.....	112
Figura 90 - Recorte nos mapas de 1853.....	113
Figura 91 - Recorte nos mapas de 1888.....	113
Figura 92 - Mapa da Capitania do Espírito Santo, “Demonstração do Spritosanto” de João	

Teixeira Albernaz de 1670.....	120
Figura 93 - Recorte Mapa da Capitania do Espírito Santo, “Demonstração do Spritosanto” de João Teixeira Albernaz de 1670.....	120
Figura 94 - Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes [17--]. Em destaque o convento Nossa Senhora da Penha.....	121

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO -Morfologia urbana.....	34
2.1 Definições de morfologia urbana.....	35
2.2 Escolas tradicionais da morfologia urbana.....	37
2.2.1 A Escola italiana de morfologia urbana.....	37
2.2.2 A Escola inglesa de Morfologia Urbana.....	38
2.3 Campo da morfologia urbana no Brasil.....	43
3. PERÍODOS HISTÓRICOS E EVOLUTIVOS	44
3.1 Período republicano 1889-2019.....	47
3.1.1 - 1889-1950 - criação do município.....	47
A- Fatos históricos.....	47
B- Cotidiano.....	60
C- Análise morfológica.....	64
3.1.2 - 1950-2019 – aterros e crescimento demográfico.....	78
A- Fatos históricos.....	78
B- Cotidiano.....	86
C- Análise morfológica.....	97
3.2 Período imperial – 1822-1889.....	109
3.3 Período colonial - 1535-1822.....	105
4. CONCLUSÃO	121
REFERENCIAS	125

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada objetiva documentar e analisar o processo de ocupação e urbanização da área da Prainha, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, detectando-se elementos significativos que permaneceram, que foram apagados e os que se transformaram. Almeja-se que este enfoque favoreça estudos futuros, e de modo específico, o planejamento do lugar.

Além dos aterros sofridos, que alteraram a linha do mar na Prainha e das edificações históricas ainda presentes, acredita-se que existam outros elementos morfológicos que permaneceram, que foram apagados ou que se transformaram, podendo ser revelados através desta pesquisa. Dentro deste contexto, presume-se que as ruas sejam os elementos mais persistentes às metamorfoses ocorridas com o passar do tempo. Conzen afirma que a planta da cidade, as vias, são os elementos mais persistentes:

Da questo confronto tra uso del suolo, tessuto edilizio e impianto urbano, quest'ultimo emerge como il complesso che contiene la piu ampia documentazione relativa allo sviluppo fisico dela città, poichè fornisce il più completo insieme di caratteri residuali. CONZEN (2012, p.33)¹

Sendo assim, esta dissertação irá se concentrar principalmente no estudo das vias.

Do ponto de vista metodológico, inicialmente, buscou-se fundamentação teórica sobre morfologia urbana e suas principais abordagens em livros e artigos de autores como Del Rio (1990), Costa e Netto (2015), Conzen (2012), Oliveira (2016,2017), Moudon (2016), bem como em trabalhos acadêmicos, teses e dissertações que tratam sobre o mesmo tema.

A literatura e documentação referente à história de Vila Velha, mais especificamente à Prainha, não é muito vasta. Foram consultados autores sobre a história do Espírito Santo, como Rubim (1980), Freire (2006), Daemon (2010) e Novaes (1974), livros sobre a história de Vila Velha de autores como Santos (1999, 2011), Setúbal (2001), e Gurgel (2010). O convívio frequente com moradores locais antigos, entrevistas informais com agentes que buscam preservar a memória do local e consulta a trabalhos acadêmicos com o mesmo objeto de pesquisa,

¹ Dessa comparação entre o uso da terra, o tecido urbano construído e a planta urbana, este último surge como aquele que contém a mais extensa documentação relacionada ao desenvolvimento físico da cidade, pois fornece o mais completo conjunto de caracteres residuais. Tradução livre da autora (2019).

pretenderam suprir este fator, que se torna não um entrave, mas um incentivo para contribuir com a documentação da história local.

A documentação cartográfica foi pesquisada em arquivos e bibliotecas de instituições públicas, como Biblioteca Nacional Digital, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Casa da Memória de Vila Velha, bibliotecas Central e Setorial do centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves e Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Em um primeiro momento, como processo empírico de estudo e conhecimento da área, alguns dos mapas foram colocados na mesma escala, em papel transparente de poliéster, sobrepostos e redenhados à mão, com marcação das linhas de água, córregos, rio, mangue, edificações tombadas ou relatadas nos documentos textuais. Complementando, diversas imagens foram impressas e localizadas no mapa, formando um mosaico que ilustra as sobreposições e transformações na escala temporal. (Figura 1).

Em uma segunda etapa, alguns dos mapas encontrados da área, precisaram ser tratados, com o intuito de melhorar sua definição. A partir destes, foi feita uma seleção dos mais apropriados à pesquisa, o recorte da área de estudo, sua ampliação, redesenho e georreferenciamento, para que pudessem ser comparados, sobrepostos e analisados.

Figura 1 - Montagem de fotos e mapas, processo empírico.



Fonte: Elaborado pela autora 2019

A documentação cartográfica pré-selecionada conta com doze mapas, identificados a seguir. Observa-se pelos mapas encontrados que o registro de lotes e quadras, não se encontra na maioria destes. Esta deficiência, deverá ser suprida com fotos e outras fontes documentais que possam contribuir para a identificação das transformações nas dimensões de lotes e quadras e mudanças nos usos do solo.

1 -Mapa da Capitania do Espírito Santo, “Demonstração do Spritosanto”.

Escala: gráfica

Autor: João Teixeira Albernaz

Arquivo custodiador: Mapoteca do Itamarati

Ano: 1670

Figura 2 – Mapa da Capitania do Espírito Santo, 1670.



Fonte: Mapoteca do Itamarati.

2 - Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes

Escala: gráfica

Autor:

Arquivo custodiador: Fundação Biblioteca Nacional

Ano: 17??

zFigura 3 – Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes mapa 17??.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

3 - Carta Topographica da Barra e Rio do Espírito Santo do qual toma nome toda a Capitania, que mostra com distinção todas as Villas, Fortalezas, Portos e Ilhas que estão desde a sua fóz até além da Villa de Victória Capital da Capitania.

Escala: gráfica

Autor: João Pedro de Gusmão Vasconcelos Mariz

Arquivo custodiador: Fundação Biblioteca Nacional

Ano: 1853

Figura 4 – Carta Topographica da Barra e Rio do Espírito Santo , 1853.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

4- Plano Hydrographico da Barra e Porto da Victória.

Escala: gráfica

Autor: primeiro tenente Arthur Indio do Brasil.

Arquivo custodiador: Arquivo público do Estado do Espírito Santo.

Ano: 1888.

Figura 5 – mapa de 1888.



Fonte: Arquivo Público do estado do Espírito Santo

5- Planta cadastral da Cidade do Espírito Santo – Levantada e Projetada

Escala: ilegível

Autor: Engenheiro Antônio Francisco de Athayde

Arquivo custeador: Casa da Memória de Vila Velha

Ano: 1894

Figura 6 – Planta cadastral da Cidade do Espírito Santo ,1894



Fonte: Casa da Memória.

6- Esboço da planta da ilha da Victória

Escala: 1:20.000

Autor: Francisco Saturnino Rodrigues de Brito

Arquivo custodiador: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Ano: 1896

Figura 7 – Esboço da planta da ilha da Victória ,1896.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

7 – Barra e Porto de Victória

Escala: 1:12.500

Autor: Ministério da Marinha-Directoria Geral de Navegação

Arquivo custeador: Biblioteca Nacional Digital

Ano: 1928

Figura 8 – Barra e Porto de Victória ,1928.



Fonte: Biblioteca nacional Digital

8 - Planta Geral da Cidade e Porto de Victória

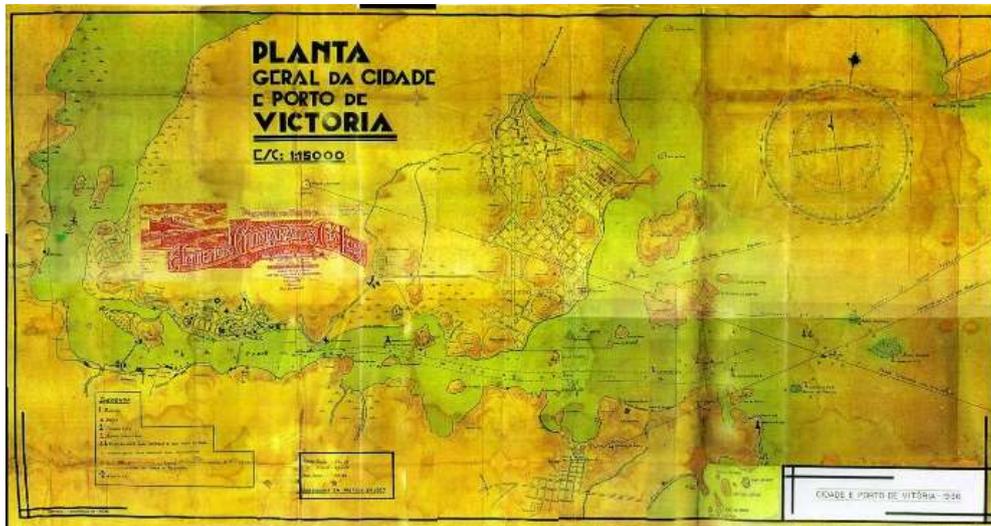
Escala: 1:15.000

Autor: Antenor Guimarães e Cia Ltda.

Arquivo custeador: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Ano: 1936.

Figura 9 – Planta Geral da Cidade e Porto de Victória ,1936.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

9 - Estudos para a localização de estaleiros destinados a construção de navios para transporte de ferro e carvão.

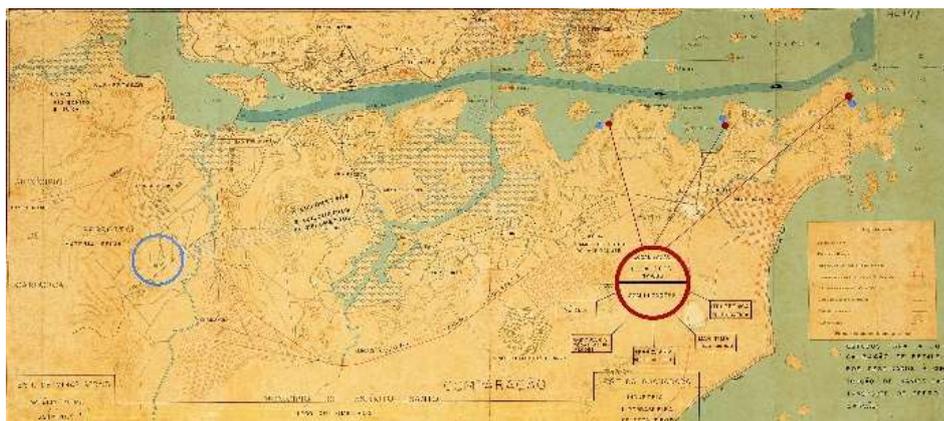
Escala:

Autor:

Arquivo custeador: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Ano: 195?

Figura 10 – Estudos para a localização de estaleiros destinados a construção de navios para transporte de ferro e carvão, 195?



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

10 – Cadastro imobiliário urbano – Município de Vila Velha

Escala: 1:4.000

Autor: Planorte cadastro S.A.

Arquivo custeador: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Ano: 1970

Figura 11 – Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha, 1970.



Fonte: prefeitura Municipal de Vila Velha

11 – Cadastro imobiliário urbano – Município de Vila Velha

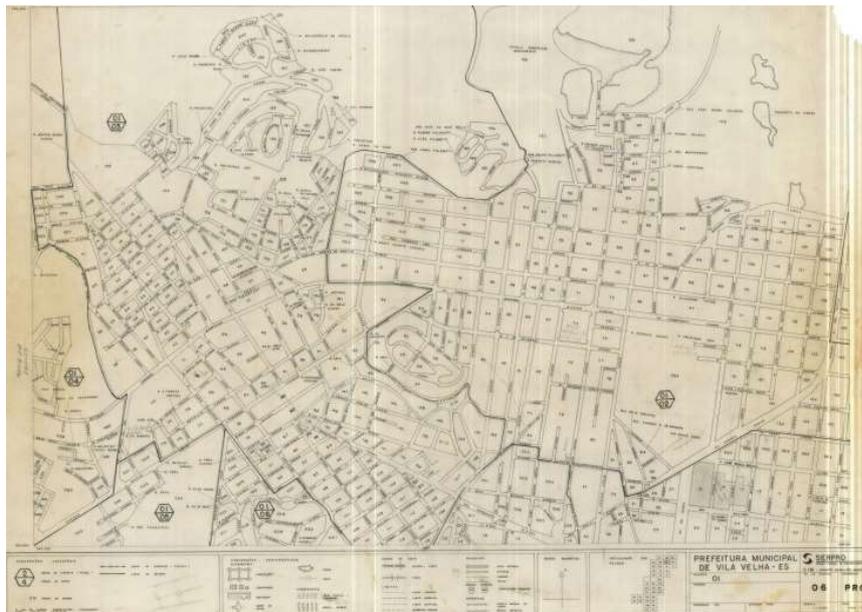
Escala:

Autor: SERPRO

Arquivo custeador: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Ano: 1982

Figura 12 – Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha, 1982



Fonte: prefeitura Municipal de Vila Velha

12 – Cadastro imobiliário urbano – Município de Vila Velha

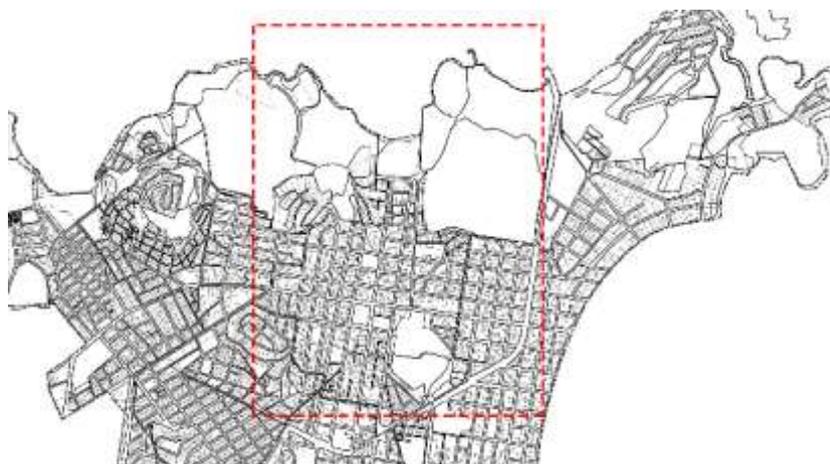
Escala:

Autor: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Arquivo custeador: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Ano: 1991

Figura 13 – Cadastro imobiliário urbano de Vila Velha ,1991



Fonte: prefeitura Municipal de Vila Velha

Com relação as fotos, além das instituições consultadas para a seleção dos mapas, buscou-se também acervos pessoais, resultando no exame de dezenas de fotografias e na seleção de 35 destas, identificadas ao longo do texto.

Esta dissertação é composta de quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo consiste na fundamentação teórica, na base conceitual da pesquisa, por meio da abordagem das principais escolas e autores da morfologia urbana.

O terceiro capítulo trata da documentação da evolução urbana da Prainha, dividido em três períodos: Republicano, Imperial e Colonial. Em cada um destes, foram pesquisados e documentados através de fotos, cartografia e documentos textuais, os fatos históricos, o cotidiano e a morfologia das vias na área de estudo. A sobreposição e análise dos mapas redesenhados dos períodos e do mapa atual, conclui este capítulo.

A análise morfológica, seguindo a escola inglesa é baseada na análise comparativa de mapas, plantas, fotos, documentação de arquivos e pesquisa de campo. Esta análise objetiva entender principalmente, os processos sucessivos de transformação, ou consolidação das vias. A sobreposição e análise dos mapas será feita somente para o Período Republicano, uma vez que são deste intervalo temporal os documentos cartográficos que contém o sistema viário, sendo possível assim a execução do georeferenciamento e sobreposição com o mapa atual.

O quarto e último capítulo, traz as conclusões e considerações finais.

Caracterização e contextualização da Prainha

O que é a Prainha? É um bairro de Vila Velha? É um centro histórico? Esta indagação aparece quando se torna necessário delimitar a área de estudo. A convivência cotidiana no local, o contato e conversas constantes com moradores e a sensação de que a Prainha tem uma identidade própria perceptível mesmo para um não local, como a autora, tornam esta pergunta o ponto de partida da pesquisa.

De acordo com a lei municipal nº4707, de dez de setembro de 2008, que trata do abairramento de Vila Velha, ainda em vigor, a Prainha está contida no bairro centro, não é um bairro, apesar desta denominação ser encontrada muitas vezes mesmo em trabalhos acadêmicos. O bairro centro, tem como limites ao norte, a Baía de Vitória, ao sul, o bairro Divino Espírito Santo, a leste o bairro Praia da Costa e a oeste os Morros de Inhoá e Jaburuna (Figura 14).

Figura 14 – A demarcação do sítio Histórico da prainha no centro de Vila Velha.



Fonte: Mapa base orthofoto produzida no projeto mapeamento ES2012-2015, com interferências da autora.

A Prainha, segundo Santos (2011, p.45), “é o nome do porto onde ancorou em 1535 a caravela

Glória do donatário da Capitania do Espírito Santo, Vasco Coutinho. Recebeu este nome por tradição popular”, pelo seu tamanho em contraponto a outras praias do município, como a da Costa, Itapuã ou Itaparica, bem mais extensas. O local deste porto, não existe mais, sofreu sucessivos aterros, como será constatado ao longo desta dissertação.

Interessante notar que Prainha era a denominação da área ligada efetivamente à enseada e às práticas marítimas como a pesca e o banho de mar. Atualmente, o nome Prainha evoca uma área urbana, histórica, onde a relação com as águas perdeu seu protagonismo. A prática do banho de mar, por exemplo, não existe mais no local.

Os limites da Prainha existem no imaginário, seus limites são fluidos, variam como uma mancha de acordo com percepções e vivências particulares, no entanto, sempre se refere a uma área onde se iniciou o núcleo fundacional do Espírito Santo, com inegável valor histórico. Importante ressaltar que existem também limites físicos importantes, a leste o morro do convento de Nossa Senhora da Penha, à oeste os morros de Jaburuna e Inhoá e ao norte a baía de Vitória (Figura 2). Estes limites fazem da Prainha um refúgio natural, protegido pelos morros, margeado pelas águas ao norte. Ao sul, a rua Castelo Branco, faz um limite viário claro. A partir desta rua, em direção ao norte, entrando na área da Prainha, percebe-se sensorialmente que é um outro “tempo e lugar”, destacado do restante da cidade. A velocidade das vias diminui, o ruído na mesma proporção, bem com a altura das edificações.

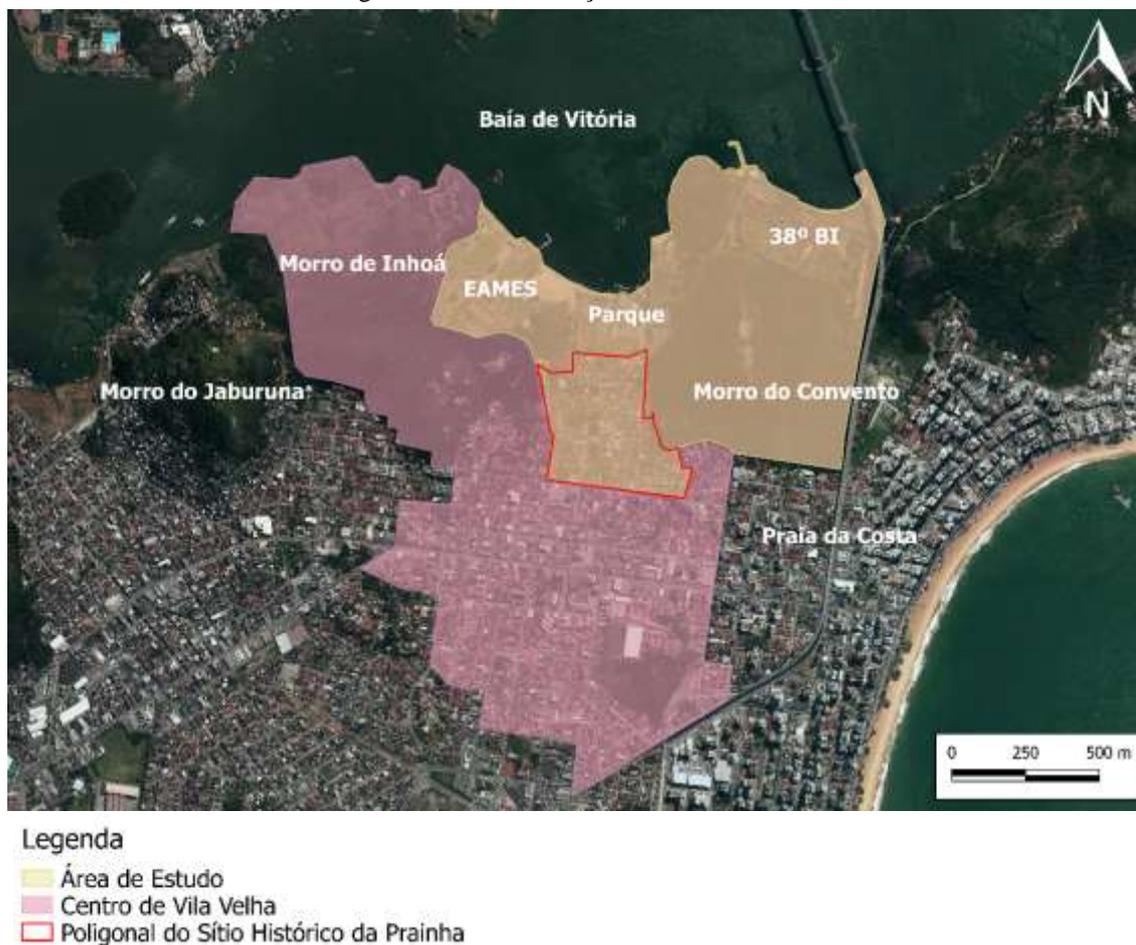
Figura 15 – Perfil da área de estudo.



Fonte: El-Hage, 2018, p.118.

A única demarcação oficial existente hoje, com a denominação Prainha, é a Poligonal do Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha, determinada pelo Projeto de lei municipal N° 044/2015. No entanto, como objeto desta dissertação, a partir deste momento fica considerada Prainha, a área da poligonal citada, acrescida das áreas da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, do 38° Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, do convento Nossa Senhora da Penha pertencente à congregação dos Franciscanos e do Parque da Prainha, pertencente ao Estado do Espírito Santo (Figura 16).

Figura 16 – A demarcação da área de estudo.



Fonte: Mapa base orthofoto produzida no projeto mapeamento ES2012-2015, com interferências da autora.

Estas áreas acrescentadas à poligonal, estavam presentes na primeira lei que criava o Sítio Histórico da Prainha, a Lei nº 3.013/1995, de 20 de janeiro de 1995. No entanto, como será visto posteriormente, esta lei foi revogada e na lei que hoje vigora, foram desconsideradas. Fato questionável, uma vez que o suposto propósito da demarcação de uma poligonal pela Prefeitura de Vila Velha deveria ser a criação de políticas específicas para a área do Sítio Histórico, como não incorporar estas áreas citadas, como integrantes inequívocas da área de atuação do poder público municipal?

Esta área, conhecida como Prainha, feitas as devidas considerações, possui características peculiares, quanto à história, ao patrimônio natural, cultural, material e imaterial. Ali, em 1535, iniciou a colonização portuguesa no Espírito Santo.

A colonização portuguesa no Espírito Santo se iniciou em 1535 a partir da região da enseada entre os morros da Penha e Inhoá, que hoje abriga o sítio histórico da Prainha, em Vila Velha. O donatário Vasco Fernandes Coutinho aportou na região com cerca de 60 homens e iniciou ali a construção de um pequeno povoado denominado Vila do

Espírito Santo. A Vila era composta de cerca de 30 casas e uma capela, que daria origem à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (SANTOS, 2011)

Neste sítio encontram-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (figura 17), uma das mais antigas do Brasil, tombada pelo IPHAN em 20/03/1950 e o Outeiro e Convento de Nossa Senhora da Penha (figura 18), um conjunto arquitetônico e paisagístico formado pela igreja e convento sobre o penhasco na Baía de Vitória, tombado pelo IPHAN em 21/09/1943. (Localização, ver Figura 69, p.90).

Figura 17 – Fotografia Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2019).

Figura 18 – Fotografia Convento Nossa Senhora da Penha.



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2019).

Ainda estão ali localizados o Museu Homero Massena (Figura 19), situado na casa onde viveu este artista plástico e a Casa da Memória (Figura 20), construída no final do século XIX, que abriga o museu etnográfico de Vila Velha. (Localização, ver Figura 69, p.90).

A Casa da Memória de Vila Velha foi oficialmente fundada no dia 27 de outubro de 1997, sociedade civil sem fins lucrativos, realiza um trabalho permanente de pesquisa e reunião de registros documentais, resultantes de doações feitas pelas famílias de Vila Velha e coleta de relatos orais, livros, imprensa, arquivos oficiais e fotografias.

Estes dois imóveis, juntamente com seus acervos, foram tombados pela lei municipal 5.650 de 2015 que trata do Plano Municipal de Cultura de Vila Velha. Os edifícios são tombados também pelo Conselho Estadual de Cultura.

Figura 19 – Fotografia Museu Homero Massena.



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2019).

O Convento é um dos símbolos do estado do Espírito Santo e a festa da padroeira, Nossa Senhora da Penha é considerada a terceira maior festa religiosa do país. A Festa da Penha é realizada todos os anos, oito dias depois do domingo de Páscoa, no Convento da Penha e no seu entorno, atraindo milhares de pessoas de todo o Brasil.

A Bandeira de Vila Velha (Figura 21) e o brasão do estado do Espírito Santo (Figura 22) apresentam a imagem do Convento de Nossa Senhora da Penha, sendo este considerado um ícone oficial.

Figura 20 – Fotografia Casa da Memória.



Fonte: Fotografia tirada pela autora 2019.

Figura 21 – Bandeira da cidade de Vila Velha.



Fonte - Prefeitura Municipal de Vila Velha

Figura 22 – Brasão do Estado do Espírito Santo.



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo

A primeira iniciativa municipal para preservação da Prainha foi a lei 1594 de 29 de dezembro de 1975, que limitava a altura dos prédios a dois andares na periferia do convento. Desde então, outras leis foram implementadas com o mesmo intuito, entre estas, a lei 1674/77, o código de obras do município de Vila Velha, que reforça a primeira:

art.94 – É definitivamente proibida construções de prédios superiores a 2 (dois) andares, considerando o térreo como primeiro, em toda a periferia da área de terra que circunda o Convento da Penha, até cinquenta metros além de seus limites; e quatro pavimentos, a partir de cinquenta metros até cento e cinquenta metros.

A lei de uso e ocupação do solo 2621/90:

Art. 197- As edificações, obras e monumentos de interesse sociocultural, devidamente classificados, pelos seus graus de proteção, serão arroladas em Decreto do Executivo Municipal, por proposta do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

Parágrafo Único. Ficam desde logo identificadas e declaradas como edificações, obras e monumentos de interesse sociocultural, pelo efeito desta Lei, os seguintes imóveis:

I - No grau de preservação integral secundária (GP 2):

- a) Fortaleza de Piratininga (Forte São Francisco Xavier da Barra) - área do 38º BI;
- b) Farol Santa Luzia;
- c) Igreja da Barra do Jucú;
- d) Igreja da Ponta da Fruta;
- e) Edificações na rua Bernardo Schneider nºs 50, 116 e 122;
- f) Edificações nº 14 da rua Luciano das Neves, esquina com Av. Beira Mar;
- g) Edificação na Praça Otávio Araújo nº 31;
- h) Edificação na Praça da Bandeira nº 147;
- i) Edificações na rua Luciano das Neves nºs 190, 242, 348, 413 e 434;
- j) Edificação na rua Luíza Grinalda nº 276;
- k) Edificação na rua Antonio Ataíde nº 531;
- l) Conjunto de duas edificações na Av. Beira Mar nºs 269 e 281;
- m) Estação Leopoldina, em Argolas. (Incluído pela Lei nº 4.140/2003)

II - No grau de preservação ambiental (GP 3):

- a) Escola de Aprendizes Marinheiros.

Nesta lei, das 21 edificações declaradas como de interesse sociocultural, 17 estão situadas na Prainha.

A Lei nº 3.013/1995, de 20 de janeiro de 1995, criou o Sítio Histórico da Prainha. Em seu artigo 2º, parágrafo único, delimita a área a ser preservada:

Parágrafo único – A delimitação do Sítio Histórico instituído por esta Lei será feita por Ato do Poder Executivo no mesmo prazo de que trata o caput deste artigo, abrangendo Convento de Nossa Senhora da Penha, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Museu Etnográfico, o Museu Homero Massena, as instalações da EAMES, a Praia de Inhoá, a Praia de Piratininga, a Prainha, as instalações do 38º Batalhão de

Infantaria, a Praça fronteira à Igreja do Rosário onde se localizam as palmeiras imperiais e o obelisco a Vasco Fernandes Coutinho, a Praça da Bandeira, os logradouros no entorno desses monumentos, os antigos casarios, o Morro da Ocharia e o Parque da Prainha.

No entanto, esta lei não foi publicada no Diário Oficial em tempo legal, perdendo sua eficácia. Esta lei criou o Sítio Histórico, mas a delimitação geográfica precisa não foi feita e ainda deixava muitas brechas com termos vagos e indefinidos, como “logradouros no entorno destes monumentos” e “antigos casarios”.

Somente mais de 20 anos depois, em 30 de setembro de 2015, O PROJETO DE LEI Nº 044/2015 delimitou o Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha (Figura 23). De acordo com ofício do então prefeito de Vila Velha, Rodney Rocha Miranda encaminhado à Câmara Municipal, a poligonal que delimita o Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha foi baseada em um diagnóstico do estado de conservação do “sítio histórico imaginário da Prainha”, elaborado pelo Instituto Monte Pascoal, contratado pela gestão municipal no ano de 2007.

Figura 23 - Poligonal do Sítio Histórico da Prainha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2015.

Apesar de toda a legislação existente, legitimando a importância desta área, após análise, algumas fragilidades puderam ser detectadas.

Quanto ao plano Diretor Municipal de Vila Velha, a Lei 4575/2007, o artigo 19 trata da preservação do patrimônio histórico. Nos itens III e VI, do referido artigo, as políticas de fomento ao turismo estão diretamente ligadas ao patrimônio histórico:

Art. 19 As diretrizes para a proteção e conservação dos bens culturais de Vila Velha são:

I-Valorizar as tradições e culturas locais;

II-Promover a requalificação dos espaços públicos urbanos para sua adequação à proteção do patrimônio construído;

III-Integrar políticas de fomento ao turismo à conservação do patrimônio cultural;

IV-Promover a acessibilidade aos bens históricos e culturais;

V-Preservar cones visuais do Convento da Penha, conforme artigo 92 desta Lei;

VI-Promover a implementação de infraestruturas de turismo integradas à preservação das Zonas de Proteção do Ambiente Cultural de Vila Velha.

A demolição recente do Parque da Prainha, em função de interesses imobiliários e turísticos de alcance internacional e o novo projeto aprovado para a área são resultados desta política, segundo Franchini (2016). O Parque da Prainha foi inaugurado em 1989 e funcionou por 19 anos. Com a desconstrução do parque, a Associação de Empresários propôs um novo projeto arquitetônico (Figura 24) a ser implantado no mesmo local com a intenção de intensificar a dinâmica turística. O projeto foi reformulado em 2013, a pedido da associação de moradores, buscando atender aos seus interesses. Em 2019, as obras ainda não foram iniciadas, mas perduram as discussões a respeito dos interesses e do caráter de turismo e negócios privilegiados pelo projeto. É importante ressaltar que o turismo, enquanto atividade econômica, não deve se sobrepôr ao significado do bem para a comunidade, o que pode ocorrer com a construção do projeto aprovado para área, uma vez que este, evidencia a expectativa do empresariado com relação ao uso deste espaço e sua integração com o Poder Público Municipal (Franchini, 2016).

Ainda a respeito do Plano Diretor Municipal de Vila Velha (PL 040/2017), com o envio do Projeto de Lei de revisão, em 2018, ainda em tramitação, o corpo técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, questiona alguns pontos em relação à conservação do patrimônio histórico. Entre estes, a fragilidade do recurso do cone de visibilidade do convento (Figura 25), lançado na Lei nº 4575/2007 como um acréscimo de parâmetro urbanístico na tentativa de resguardar o visual para o Convento Nossa Senhora da Penha.

Figura 24 - Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” Sandro Pretti 2009.



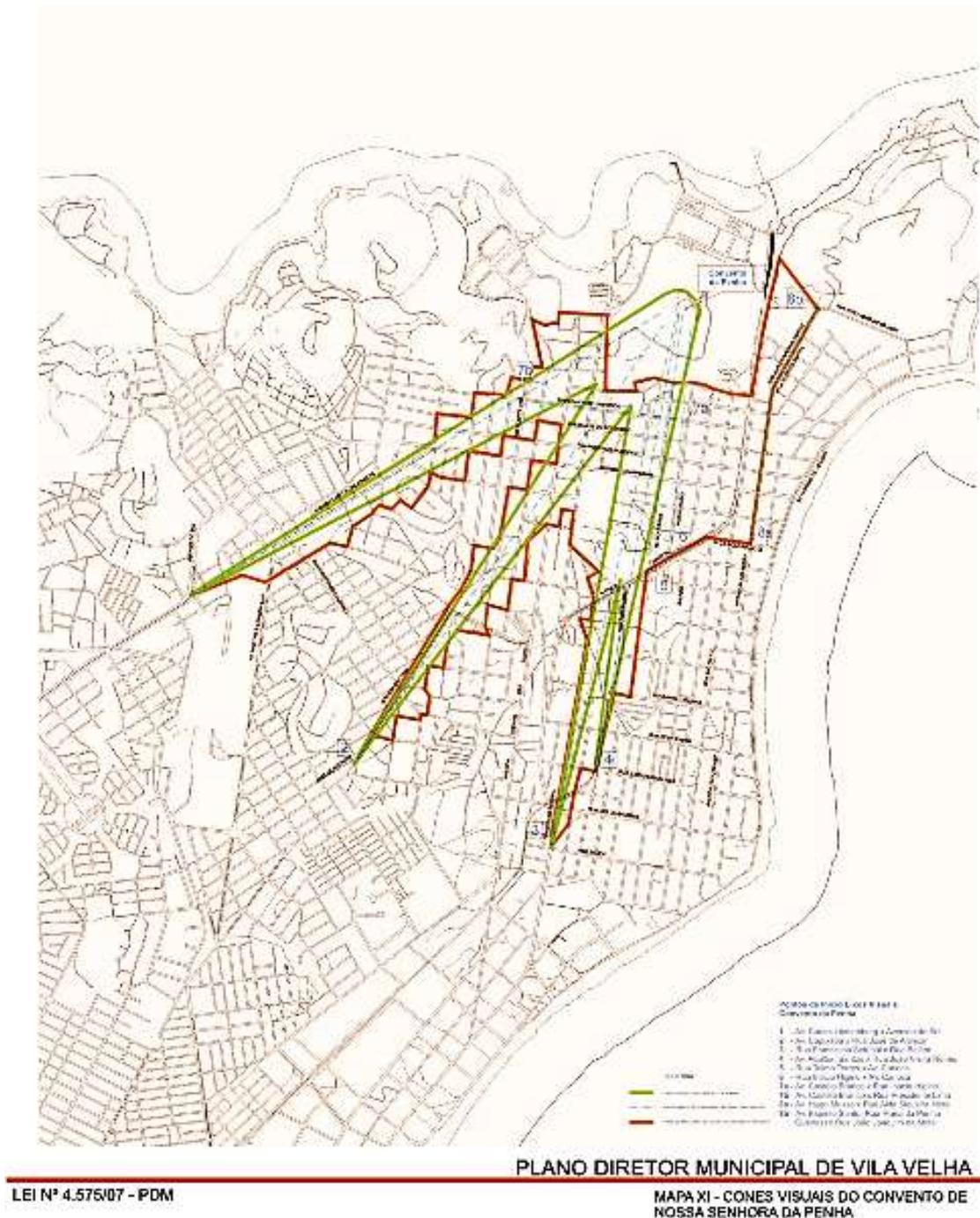
Fonte: Franchini (2016)

De acordo com o relatório elaborado por estes técnicos, muitos pontos de visualização se perderam ao longo dos dez anos de vigência da lei, uma vez que não são apresentados os critérios de análise dos projetos e o desenho dos cones sobrepõe quadras sem a minúcia de identificação dos lotes afetados, ou seja, faltam precisão cartográfica e regras claras. O relatório constata ainda que apesar de muito da visibilidade ter se perdido mesmo dentro dos limites dos cones de preservação, fora de seus limites ainda existem áreas com boa visibilidade, sugerindo que estas áreas sejam revistas. O mesmo documento ressalta que “a preservação cultural vai além da preservação de cones pré-definidos de visualização, permeando a preservação da ambiência e visualização de forma ampla, sem recortes definidos e que garanta a interação cotidiana entre o homem e a cultura local”.

Levando-se em conta estas fragilidades, o estudo morfológico da área se revela urgente e importante, devido às intervenções urbanas, que pode vir a sofrer. Del Rio ressalta para isto:

(...) a importância da categoria de análise da Morfologia Urbana, está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos e de suas inter-relações, a fim de possibilitar-nos a identificação de formas apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas. DEL RIO (1990, p. 85)

Figura 25 - Cones visuais do Convento de Nossa Senhora da Penha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, lei 4.575, 2007.

A imagem e a “identidade” da Prainha, além das edificações especiais já protegidas por tombamentos estaduais e federais, devem ser valorizadas e preservadas e suas potencialidades e fragilidades podem ser evidenciadas e entendidas por meio da análise morfológica.

Segundo Abreu (1998), a valorização do passado é uma busca de singularidade de cada lugar,

uma vez que a instantaneidade das comunicações tem gerado espaços cada vez mais homogêneos e parecidos entre si.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido à essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (...) ABREU (1998, p.79)

Estes estudos podem abrir novas perspectivas para a compreensão do lugar, permitindo uma avaliação qualitativa do espaço e apontando caminhos tanto para a preservação quanto para a requalificação desta área. Estudos recentes de Costa e Netto (2015), que aplicaram os conceitos e métodos das tradicionais Escolas de Morfologia Urbana Inglesa e Italiana para analisar o processo de formação da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, apontam a importância de descobrir o que deve permanecer na forma urbana e compreender a paisagem como reflexo cultural da sociedade.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

Morfología Urbana

2.1 – DEFINIÇÕES DE MORFOLOGIA URBANA

De acordo com Botecchia (2017, p. 34), em meados do século XX, em contraponto ao cenário modernista, urbanistas e sociólogos difundiram a defesa da vida cotidiana das cidades e a mescla de usos do solo. Com a fragilização do paradigma modernista, as reflexões e produções urbanísticas foram cada vez mais influenciadas pela sociologia, geografia, antropologia e psicologia, valorizando culturas locais. Assim, a morfologia urbana foi estruturada como campo teórico-metodológico de estudos.

Segundo Moudon (2015, p.42) em 1996, um grupo de morfologistas de formações diversas, arquitetura, geografia, história e planejamento, formalizou o ISUF (*International Seminar on Urban Form*). Por meio destes encontros, a morfologia foi reconhecida como um campo emergente e interdisciplinar. Com as trocas internacionais de investigadores de vários campos disciplinares e seguidores de escolas diferentes, chega-se, por vários meios, a uma base comum: a cidade pode ser “lida” através da análise de sua forma física e esta análise deve se centrar em três princípios: a forma, a resolução e o tempo. A forma pode ser definida por três elementos: edifícios, parcelas e ruas; a resolução abrange quatro níveis: parcela, rua, cidade e região; o terceiro princípio, o tempo, se deve ao fato de que uma forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica.

Assim, a forma, a resolução e o tempo constituem as três componentes fundamentais da investigação em morfologia urbana. Estas componentes estão presentes em todos os estudos, quer sejam desenvolvidos por geógrafos ou por arquitetos, quer centrem na cidade medieval, barroca ou contemporânea. (MOUDON, 2015, p.45)

Botecchia (2017) afirma que na passagem dos séculos XIX ao XX, a associação entre morfologia e urbano, no campo da arquitetura, história e geografia, foi atribuída principalmente a geógrafos alemães e ingleses, que buscavam identificar as razões da localização das cidades. Desde então, a morfologia se consolidou como disciplina.

Lamas (2000) define a morfologia urbana como estudo dos fatos construídos considerados do ponto de vista da sua produção e na relação das partes entre si e com o conjunto urbano que definem. Ressalta:

A morfologia urbana é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos e na sua produção e transformação no tempo. Todavia, é necessário sublinhar que um estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenômenos sociais, econômicos e outro, motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objeto de estudo. (LAMAS, 2000, p.38)

Oliveira (2018) define Morfologia Urbana como a ciência que estuda a forma física das cidades bem como os agentes e processos que a moldam; sendo um campo complexo e multidisciplinar,

recebe contribuições e abordagens diversas. Os estudos têm se concentrado principalmente em duas vertentes, uma em que diferentes abordagens são usadas em um mesmo contexto geográfico de forma comparativa e outra em que uma única abordagem ou método são usados em diferentes áreas urbanas. Oliveira (2014) afirma ainda, que nos últimos anos tem ganhado destaque e debate internacional a relação entre planejamento urbano e análise morfológica.

Segundo Moudon (2015, p.41) “morfologia urbana é o estudo da cidade como habitat humano. Os morfologistas analisam a evolução da cidade desde o seu assentamento até às subsequentes transformações, identificando e dissecando os seus vários componentes. “

Michael P. Conzen (apud COSTA E NETTO, 2015, p.31) ao discursar no *XX Seminar on Urban Form* ocorrido em Delft, em 2012, apresenta a Morfologia Urbana como “[...]o estudo da forma edificada das cidades, cujo estudo busca explicar o traçado e a composição espacial de estruturas urbanas e espaços abertos, de caráter material e significado simbólico, à luz das forças que as criaram, expandiram, diversificaram e as transformaram. ”

A partir destas definições, de diferentes autores, pode-se concluir que existe certa congruência entre elas, o que não ocorre quando a pesquisa é relativa aos métodos de análise morfológica. Segundo Botechia (2017) alguns autores tentaram sistematizar e organizar estes estudos, cada um destes adotando diferentes critérios.

De acordo com a mesma autora, (2017, p.42), “por abordagem morfológica entende-se um conjunto consistente e coerente de noções, métodos e escalas que incidem sobre o desenvolvimento de um estudo morfológico. ”

Costa e Neto (2015) listam a Escola Inglesa e a Escola Italiana como as duas tradicionais escolas de morfologia urbana. Estas surgem a partir dos trabalhos de M.R.G.Conzen (Escola Inglesa) e Saverio Muratori (Escola Italiana) e dos seus seguidores.

Costa e Netto (2015), apresentam os principais conceitos e características das escolas Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana e aplicam as duas abordagens em dois estudos diferentes sobre Ouro Preto, cidade histórica de Minas Gerais. Como conclusão, ressaltam as semelhanças e diferenças dos resultados obtidos e a complementaridade entre as escolas e sua importância para a preservação da paisagem urbana.

O “Workshop de Morfologia Urbana: forma urbana em áreas conquistadas ao mar”, realizado entre os dias 2 e 6 de setembro de 2016, promovido pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pelo Grupo de Estudos da Forma Urbana no Brasil (FU.bá) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade

Presbiteriana Mackenzie (FAU Mackenzie) e pelos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e em Geografia (PPGG), ambos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), gerou como desdobramento, artigos nos quais ensaios empíricos foram aplicados em duas frações territoriais de Vitória (ES), o centro histórico e a enseada do Suá, utilizando-se em cada recorte, as duas abordagens morfológicas das escolas Inglesa e Italiana. Este Workshop fomentou o interesse pelos estudos morfológicos, especificamente por estas abordagens que no capítulo 2.2 serão mais detalhadas, com o objetivo de afunilar e especificar o estudo proposto. O objetivo é conhecer as abordagens e identificar a mais adequada para a pesquisa.

2.2 – ESCOLAS TRADICIONAIS DE MORFOLOGIA URBANA

2.2.1 – Escola Italiana – abordagem tipológico-processual

A Escola Italiana de Morfologia Urbana, segundo Costa e Netto (2015, p.35), "[...] elabora o estudo da forma urbana como um modelo projetual para uma cidade. ”

Oliveira (2018, p.9) afirma que Saverio Muratori, arquiteto italiano, foi um dos mais expoentes colaboradores para a história da morfologia urbana em meados do século XX. Este é considerado por Costa e Netto (2015) o fundador da Escola Italiana de Morfologia Urbana. No entanto, de acordo com Kropf (2009) apesar do processo desta abordagem estar enraizado principalmente no trabalho deste arquiteto, é melhor representado pelo trabalho do arquiteto e urbanista Gianfranco Caniggia, que estudou com Muratori.

Oliveira (2018) descreve a atuação de Muratori. Na década de 1940, escreveu vários ensaios onde tratava a cidade como um organismo vivo, uma obra de arte coletiva. Na década seguinte, a cidade é seu tema principal e constrói uma forte ligação entre investigação e prática, tanto de arquitetura como de planejamento urbano, sua obra *Studi per una operante storia urbana di Venezia* de 1959 ilustra este período. A partir de 1960 seus temas desenvolvidos são território e civilização.

Em *Studi per una operante storia urbana di Venezia*, o arquiteto

(...) estabeleceu uma relação entre tipo edifício e projeto e entre continuidade histórica e ambiente construído. Com uma interpretação de que as formas edilícias evoluem ao longo do tempo, o arquiteto construiu argumentos para interpretar o tecido urbano como um sistema capaz de ligar arquitetura e cidade. (BOTECHIA,2017, p.44)

Botechia (2017) ressalta ainda a importância de outras obras. Em *Studi per una operante storia urbana di Roma*, 1963, Muratori muda a escala, e identifica outras complexidades, mas continua com o método de estudo por fases. Buscando atingir uma escala maior ainda, tratando

da Itália, do continente europeu e do planeta, entre 1969 e 1973, inicia *Studi per una operante storia del território*, mas falece antes de concluir.

Caniggia divulgou os ideais muratorianos e concentrou sua pesquisa na definição do tipo edilício e no desenvolvimento do método tipológico. Na década de 1970, em Génova e Florença, Caniggia desenvolve uma linha de investigação e cria uma metodologia para a interpretação da cidade e dos seus componentes. (OLIVEIRA, 2018). Com o objetivo de clarear e exemplificar os pensamentos teóricos de Muratori, publicou os livros *Composizione architettónica* e *Tipologia edilizia*, escritos em conjunto com Gian Luigi Maffei e traduzidos para vários idiomas. (COSTA e NETTO, 2015)

Costa e Netto (2015) afirmam que por diversas décadas, de modos diversos, os pensamentos de Muratori têm sido interpretados e compreendidos por seus discípulos. Estes reconhecem a dificuldade de fazer uma síntese conceitual, mas se esforçam para trazer conhecimentos que são resultados da aplicação espacial em várias escalas.

Oliveira (2018) afirma que Saverio Muratori, arquiteto italiano, foi um dos maiores expoentes colaboradores para a história da morfologia urbana em meados do século XX. Este é considerado por Costa e Netto (2015) o fundador da Escola Italiana de Morfologia Urbana.

Para Saverio Muratori, em cada momento, de cada cultura, existe um modo intrínseco de construir edificações. O tipo básico é a edificação considerada a síntese da cultura local e toda a análise morfológica é estruturada pela identificação deste tipo básico. Para ele, as cidades são grandes composições arquitetônicas, que refletem a vida cívica e social, em sua ambiência moral, na tradição e na história. (Costa e Netto, 2015)

2.2.2 – Escola Inglesa – abordagem histórico-geográfica

De acordo com Oliveira (2014), alguns geógrafos alemães iniciaram há pouco mais de um século um estudo sistemático da forma física das cidades, desenvolvendo trabalhos investigativos. Até 1930, estas investigações se mantiveram na Alemanha e a partir de então, mudou o seu enfoque de forma para função. Em 1933, o geógrafo alemão Michael Gunter Conzen migrou para a Inglaterra, movendo o centro das investigações científicas em morfologia para outros países da Europa. Conzen é reconhecido como um dos principais expoentes da abordagem histórico-geográfica ou escola inglesa de morfologia urbana. Durante mais de vinte anos, continuou seus estudos sobre morfologia, publicando em 1960, sua obra: *Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis*, que lançou os fundamentos para uma análise morfológica.

De acordo com Botechia (2017), esta é sua contribuição mais importante para os estudos morfológicos, pois ao contrário dos estudos da época que se concentravam em demonstrar a localização dos edifícios singulares ou áreas destinadas à conservação, estudou a planta da cidade e seu processo de transformação, criando um método.

Conzen (2012) afirma que não basta apenas o estudo das vias, as transformações ocorridas no interior das quadras também são relevantes. Sendo assim, no caso de análise das plantas das cidades, devem ser considerados:

- As ruas e os sistema de ruas,
- Os lotes e sua agregação em quarteirões;
- Os edifícios, ou mais precisamente o perímetro edificado.

Conzen (2012) afirma ainda que a combinação destes três elementos, podem variar e ser específicas em cada área da cidade, representando assim o que chamou de unidade morfológica, o que ocorre quando esta combinação é homogênea em uma parte da cidade.

Conclui afirmando que além da análise do plano urbano (a planta da cidade), é necessário a análise de interdependência deste, com o tecido edificado e o uso do solo.

Este método é denominado visão tripartite e se baseia na análise das formas pertencentes a três categorias sistemáticas: o plano urbano, o tecido urbano e o padrão de uso do solo. Em qualquer paisagem urbana estas categorias existem e estão intimamente relacionadas.

O caráter da paisagem abrange todos os aspectos que a identificam e a tornam única. Considerando que a transformação é o processo natural da evolução das paisagens urbanas é a sua permanência que deve ser pensada, analisada e eleita, de maneira a preservar seu valor cultural e ambiental. Este é o objetivo final dos estudos morfológicos da escola Inglesa. (COSTA E NETTO, 2015, p.222)

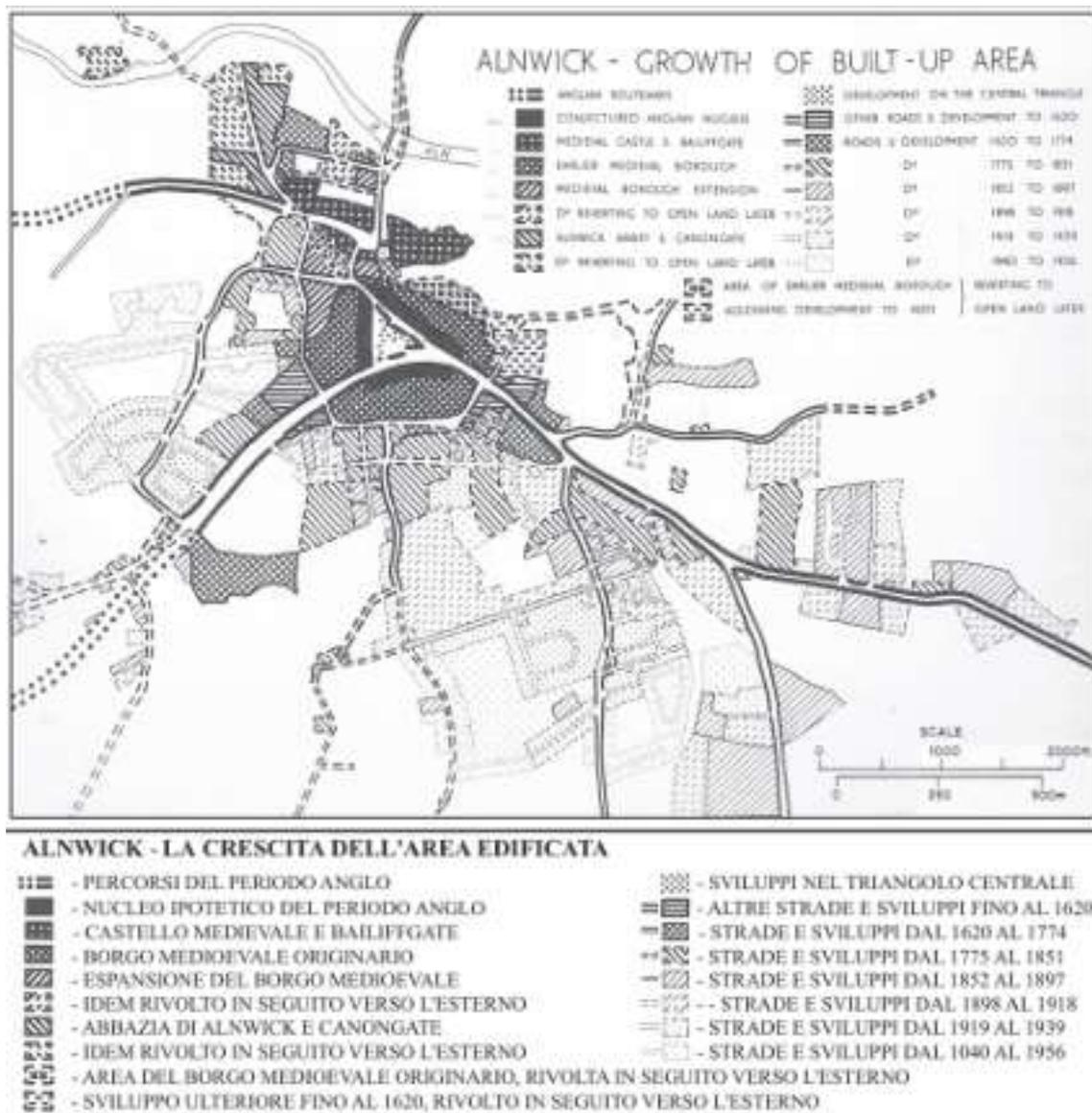
Segundo Conzen (2012), confrontando o tecido urbano, o uso do solo e a planta da cidade, este último contém a mais ampla documentação sobre o desenvolvimento físico da cidade, pois fornece um conjunto completo de características residuais. As formas antecedentes das cidades, além das condições sociais, econômicas e intelectuais também são refletidas em maior ou menor grau nas estruturas existentes.

Princípio da persistência sistemática e diferenciada da forma: na estruturação generalizada há uma graduação na relativa persistência através do tempo dos complexos formais na paisagem urbana. O plano urbano é o mais persistente, seguido pelo tecido urbano, enquanto uso da edificação são os menos persistentes. O plano urbano é o que se transforma mais lentamente pela intenção da sanção corporativa dos tempos, períodos e da longa sequência do investimento amplo e formal do capital fixo, ambos públicos e privados. O tecido urbano tende também a seguir uma persistência por razões semelhantes, mas também pode ser substituído pela ocorrência de incêndios, conflitos ou guerras. É uma transformação gradativa através da mudança

de propriedade ou mudança dos requisitos funcionais, embora as edificações, geralmente, possuam grande capacidade de adaptação, a necessidade de mudanças. O padrão do uso e do solo, entretanto, respondem, prontamente, a novos impactos funcionais. Há a acomodação da diversificação moderna das atividades em comércios varejistas e a outros serviços centrais, aliados à separação progressiva dos negócios e das funções residenciais todos situados num estoque de tipos edifícios tradicionais localizados no mesmo padrão de lote modificado. (COSTA E NETTO, 2015, P.129-130)

Qualquer período deixa vestígios materiais próprios na cidade e pode ser chamado de período morfológico. A Escola Inglesa é baseada na história, ou seja, a capacidade de a paisagem urbana demonstrar os períodos morfológicos nela presentes (Figura 26). Um dos conceitos desta escola é o de palimpsesto, caracterizado pela sobreposição de camadas históricas que se acumulam no mesmo espaço físico. (Costa e Netto, 2015, p.65).

Figura 26- Alnwick- modelo de crescimento das áreas edificadas, períodos morfológicos.



Fonte: Conzen (2012)

De acordo com Botechia (2017), estes períodos estão interligados ao entendimento dos quatro principais processos morfológicos: transformação, adição, adaptação e estagnação (Figura 26).

No glossário de termos técnicos MRG Conzen², são listados quatro processos de transformação:

- a superocupação da edificação;
- a substituição da ocupação;
- a metamorfose do lote;
- a renovação do centro comercial.

Ainda de acordo com o mesmo glossário, com relação aos processos de adição, podem ser identificados dois processos:

- crescimento acumulativo;
- cintura periférica. (fringe belts)

Botechia (2017) diferencia os dois processos, considerando que o processo transformativo ocorre por sobreposição e o aditivo por justaposição; este último é consequência de atividades, que criam novas formas urbanas nas bordas externas de uma área urbana.

A adaptação é definida como o [...] “ processo morfológico das cidades nas quais as formas preexistentes são alteradas o suficiente para ampliar seu uso para o contexto das necessidades sociais. ” (COSTA E NETTO, 2015). Botechia (2017) complementa ressaltando que a forma preexistente pode condicionar a nova forma e até mesmo deformá-la.

Por fim, o processo de estagnação está ligado à longevidade das formas e como afirmado anteriormente, a planta urbana é a forma mais persistente. Botechia (2017) associa a este processo outros termos: inércia, permanência e persistência.

Quanto à inércia, entendida como falta de movimento, destacam-se quatro fatores, que podem influenciar, sendo estes de ordem física, político-legal, econômico e sociocultural.

De acordo com a mesma autora, no que se refere à permanência das formas, historiadores e urbanistas atentam para a permanência de formas anteriores como rios, trilhas e estradas nos traçados contemporâneo das cidades.

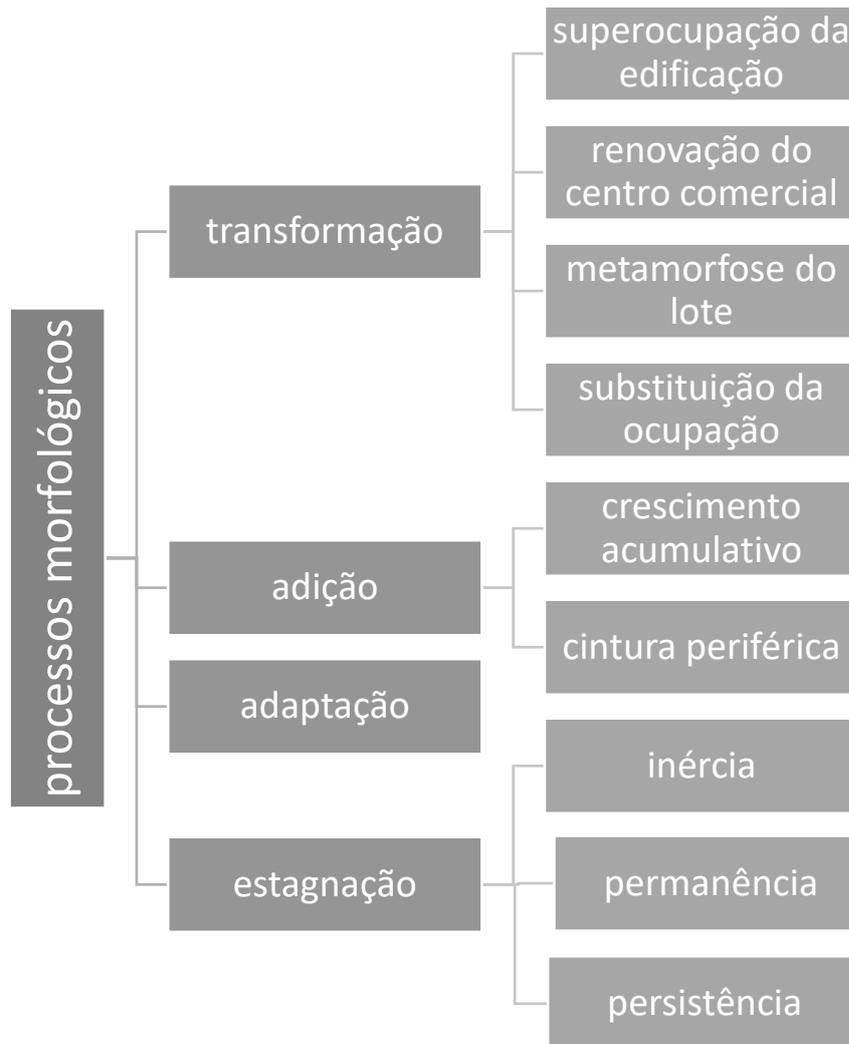
A persistência é tratada do seguinte modo, por Botechia (2017):

No caso da persistência das formas urbanas a estrutura do elemento urbano se

²Glossário traduzido por COSTA; NETTO, 2015, P.117-131

modifica, distinguindo também “persistência de traçado” (fronteiras fragmentadas modernas; parcelas verticais de ruas antigas, alinhamentos fragmentados) e “persistência de direção” (limites de áreas moderna paralelos às parcelas de ruas modernas). A persistência poderá aparecer sob a forma de fragmentos e vestígios. (BOTECHIA, 2017, P.93)

Figura 27 – quadro esquemático processos morfológicos



Fonte: Elaborado pela autora 2019

Nos últimos 40 anos, o *Urban Morphology Research Group* (UMRG) tem desenvolvido a abordagem histórico-geográfica, reunindo um conjunto de investigadores como Karl Kropf, Keith Lilley, Ivor Samuels, Peter Larkham, Michael Barke, Susan Whitehand, Terry Slater, Tolga Ünlü e Tony Hall coordenados por Whitehand, no Reino Unido. O UMRG tem um conjunto significativo de ligações internacionais, incluindo com M. P. Conzen (filho de M. R. G. Conzen) na *University of Chicago*. (OLIVEIRA, 2014).

Esta abordagem histórico-geográfica, da escola inglesa, se mostra para esta dissertação a

contribuição mais importante para seus objetivos, uma vez que aponta as vias, a planta da cidade como elemento perene, de maior persistência na metamorfose das cidades.

2.3 - Campo de Estudos Morfológicos no Brasil

Botechia, (2017), faz uma associação entre os estudos morfológicos no Brasil e as duas abordagens. No que se refere à abordagem tipológico-processual, escola italiana, cita como precursores Freyre, Holanda e Goulart Reis e ainda pesquisas contemporâneas do Grupo de Pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil.

Com relação à abordagem histórico-geográfica, escola inglesa, a autora associa novamente os autores brasileiros Freyre, Holanda, Goulart Reis, e acrescenta, Meneghetti, Leão Rego e Pereira Costa.

Pereira Costa da Universidade Federal de Minas Gerais desempenhou importante papel na organização da primeira conferência anual do Seminário Internacional da Forma Urbana (ISUF) que foi realizada na América Latina, em 2007. Contribuiu também, assim como Eneida Mendonça, da Universidade Federal do Espírito Santo para o desenvolvimento da rede Portuguesa de Morfologia Urbana (PNUM). Esta rede realiza conferências anuais, alternadamente, no Brasil e em Portugal, sendo a 6ª, em 2017 realizada em Vitória, sob coordenação de Mendonça. Esta, tem promovido e coordenado diversos cursos com a temática da Morfologia, como Workshop de Morfologia Urbana: forma urbana em áreas conquistadas ao mar, ministrado pelos professores Flávia Ribeiro Botechia, Heraldo Ferreira Borges e Vítor Manuel Araújo de Oliveira, em 2016; Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planejamento, ministrado pelos professores Vítor Manuel Araujo de Oliveira, Jorge Correia, Flávia Ribeiro Botechia e Eneida Maria Souza Mendonça, em 2017 e Morfologia Urbana: Modelagem urbana computacional, desigualdades e crescimento urbano, ministrado pelo professor Maurício Polidori, em 2018.

Destacam-se ainda no Brasil, os estudos morfológicos do grupo Fu.ba, iniciado em 2014 sob a coordenação de Flávia Botechia e Heraldo Borges, vinculados à Universidade Presbiteriana Mackenzie, realizando workshops, minicursos e publicações de artigos.

CAPÍTULO 3

Períodos históricos e evolutivos

3 – Períodos Históricos e Evolutivos

Considerando a importância da história no estudo da morfologia urbana, o propósito deste capítulo é destacar aspectos característicos da evolução urbana de Vila Velha, que justifiquem a caracterização de períodos tratada neste estudo e de algum modo contribuam para a compreensão das transformações, apagamentos e permanências na Prainha.

Costa e Netto (2015, p.69) destacam a diferença de conceitos entre período histórico e período evolutivo de acordo com a Escola Inglesa de Morfologia. Enquanto o primeiro é demarcado por fatos específicos e características ideológicas como reinados, impérios etc., no segundo “a definição de datas é mais flexível, porque se baseia nas características econômicas sociais, políticas e culturais que levam às inovações e às evoluções refletidas na estrutura urbana(...)”

De acordo com a Escola Inglesa a análise morfológica deve iniciar com a estrutura urbana atual, considerando-a uma síntese e um resultado das ações políticas, sociais, econômicas e culturais. A partir desta análise se retrocede no tempo para avaliar a formação e a evolução da paisagem urbana. Considerou-se como ponto de partida o mapa atual da planta cadastral de Vila Velha e a análise deve chegar até o ano de 1553, ano de chegada do donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Coutinho. No entanto, o registro cartográfico mais antigo encontrado onde as vias podem ser analisadas é o de 1894, já no período republicano.

Conzen (2012) ressalta ainda que é necessário destacar as diferentes fases e os processos formativos correspondentes:

Infine a messa a punto della approccio processuale dipende dall obbiettivo di questi studio e della nature delli impianto urbano che si deve indagare: se occorre produrre nozione di significato generale bisogna dimostrare quali processi formative sottendano i fenomeni areali esistenti. Ne deriva la necessità di ingagare tanto le diverse fasi temporali quanto il corrispondente assetto spaziale, soprattutto dove i successivi cambiamenti di diverso tipo hanno interessato la stessa area, com esiti diversi, come nella città vecchia. (...) (CONZEN, 2005, p. 35) ³

Sendo assim, esta evolução será dividida em períodos cronológicos e para cada um destes

³ "Finalmente a regulação da abordagem processual depende do objetivo deste estudo e da natureza do sistema urbano a ser investigado: se é necessário produzir noções de significado geral, é necessário demonstrar quais são os processos formativos subjacentes aos fenômenos de área existentes. Disso decorre a necessidade de investigar tanto as diferentes fases temporais quanto o arranjo espacial correspondente, especialmente onde as sucessivas mudanças de diferentes tipos afetaram a mesma área, com resultados diferentes como na cidade antiga." (tradução livre da autora, 2019)

períodos serão analisados os fatores históricos, econômicos e sociais e sua influência na morfologia urbana. A determinação da periodização levou em conta não apenas datas históricas, mas fatores de outra natureza, como sociais ou econômicos ocorridos na cidade de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo e no Brasil que, de alguma forma, influenciaram o parcelamento do solo, o sistema viário, o uso e na ocupação do solo.

Sendo assim, serão considerados três períodos históricos, definidos pelo tipo de administração política no Brasil, mesmos períodos utilizados por Botechia (2017) e Costa e Netto (2015), sendo estes:

- Período colonial: 1535-1822
- Período imperial: 1822-1889
- Período republicano: 1889-2019

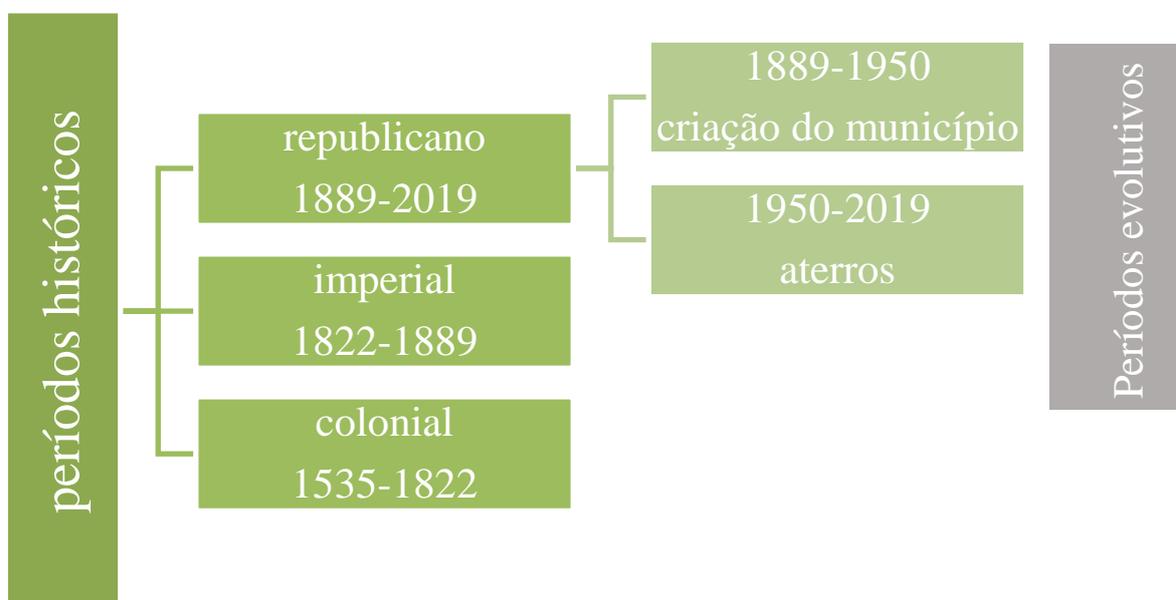
Quanto aos períodos históricos, os períodos colonial e imperial, coincidem com os períodos evolutivos, uma vez que nenhuma característica importante de inovação e evolução urbana foi relevante durante estes.

Nos períodos colonial e imperial, apesar dos mapas encontrados não serem adequados para sobreposição por não apresentarem o desenho das vias, estes, juntamente com documentos textuais, principalmente os relatos de viajantes, como D. Pedro II, no período imperial, o príncipe Maximiliano Wied Neuwied que passou por Vila Velha em 1816 e o naturalista Auguste de Saint-Hilaire ainda no período colonial, apontam para a conclusão de que este foi um período de estagnação morfológica. O relato dos três, apontam para uma vila pequena, com poucas casas, em sua maioria muito simples. No entanto, destacam o Convento de Nossa Senhora da Penha e a igreja Nossa Senhora do Rosário, como elementos importantes, estruturantes e pontos de referência da área, figurando como elementos pictóricos nos mapas mais antigos encontrados.

O período republicano, deverá ser dividido em dois períodos evolutivos: 1889-1950 e 1950-2019. O primeiro período evolutivo inicia com a criação do município, é marcado por fatos relevantes como a chegada da luz elétrica em Vila Velha em 1910, a instalação dos bondes, o incentivo à industrialização por parte do Estado e a inauguração da ponte Florentino Avidos, fazendo a ligação da cidade à capital Vitória.

O segundo é marcado pelo início dos grandes aterros na área da Prainha, pelo crescimento da cidade de Vila Velha em direção ao sul e a consolidação de novas centralidades.

Figura 28 – quadro esquemático períodos históricos e evolutivos



Fonte: Elaborado pela autora 2019.

3.1 – Período Republicano :1889 – 2019

3.1.1- 1889-1950 – A criação do município

A- Fatos históricos

De acordo com Bittencourt (2006), a independência política do Brasil trouxe poucas mudanças para o Espírito Santo, que permanecia demograficamente estagnado, sendo um posto militar. Mendonça (2009), afirma ainda que mesmo a capital do estado, Vitória, até 1890, não tinha infraestrutura mínima, como esgoto, água, ou iluminação pública. Foi a agricultura voltada para a exportação do café a propulsora das mudanças urbanas da época (NEMER, 2018).

O município do Espírito Santo, atualmente a cidade de Vila Velha, foi criado pela constituição estadual de 1890 e sua instalação se deu em 30 de novembro de 1896, pela Lei estadual nº 212:

O Congresso Legislativo do estado do espírito santo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.40 da Constituição Estadual tendo adotado a presente lei sob

nº 40 que eleva a Cidade do Espírito Santo a Vila do mesmo nome; resolve enviá-la ao Exmo. Sr. Dr. Presidente, do Estado para dar-lhe a devida execução.

O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

Decreta:

Art. 1º Fica elevada à categoria de cidade do espírito santo – a Vila do mesmo nome, desta Comarca.

Art.2º Revogam-se as disposições em contrário.

Do ano de 1890 até 1913 pela constituição federal, a administração municipal era feita através de uma corporação por um período de quatro anos, e seus membros titulavam-se governadores municipais. Um deles, através de eleição exercia por um ano a presidência da intendência municipal. Neste período, administraram a cidade do Espírito Santo: Joaquim Rodrigues Pereira de Feitas, João Pinto Coutinho Rangel, Joaquim da Cunha Vieira Mascarenhas, Coronel Henrique Laranja, José Pinto de Queiroz Junior, Manoel Pinto Caldeira e Libanis Pereira Lyrio. Santos (1999) afirma que informações e documentações destes primeiros anos da república até 1913, referentes aos administradores da cidade foram perdidas.

As antigas instalações do hoje conhecido como Forte São Francisco Xavier, situado no tempo presente, na área do 38º batalhão de infantaria de Vila Velha, foram ampliadas em 1907 para abrigar a Escola de Aprendizes-Marinheiros⁴ do Espírito Santo, sendo esta inaugurada a 1º de abril de 1909 e extinta em 1913 (Figura 29).

Figura 29 – Fotografia Escola de Aprendizes marinheiros do Espírito Santo - EAMES, 1908.



Fonte: <https://vitrinecapixaba.blogspot.com> acesso em 06/04/2019

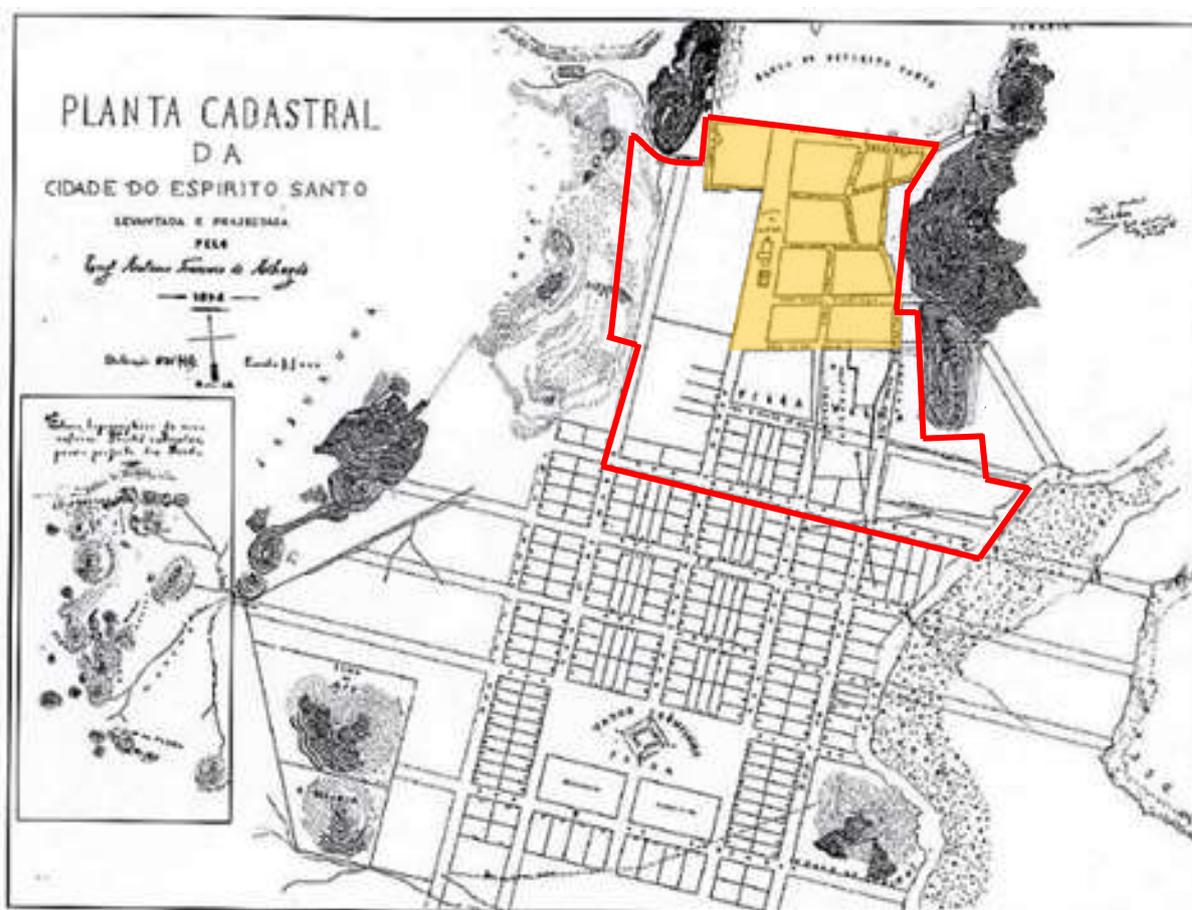
Em 1894, o engenheiro Antônio Athayde elabora a primeira planta cadastral da cidade do Espírito Santo, atual Vila Velha, nota-se pelo título, que se trata na verdade de uma planta onde o levantamento da cidade existente até então e o projeto de expansão se misturam, como será

⁴ Como será visto no capítulo 3.2, em 1862, as dependências do Forte de São Francisco Xavier de Piratininga foram cedidas à Marinha do Brasil, passando a funcionar ali, a Escola de Aprendizes-Marinheiros, no entanto, esta escola foi extinta em 1866.

constatado ao longo deste capítulo. O aglomerado urbano da Cidade do Espírito Santo em 1910, resumia-se a poucas ruas, sendo bem menor do que a poligonal que hoje delimita o sítio histórico da Prainha (Figura 30):

Seu aglomerado urbano, na direção norte-sul, restringia-se à área existente entre a Prainha e a residência do doutor Antônio Ferreira Coelho.⁵ No mesmo sentido ficavam as ruas do Areal ⁶(Figura 28), Municipal ⁷, Luíza Grinalda, Padre Carneiro⁸, do Sacramento⁹ e São Bento¹⁰. Na direção leste-oeste ficavam as ruas 23 de Maio, Vasco Coutinho, Coronel Mascarenhas, Pedro Palácios, Capitão Freitas ¹¹ e Frei João N. Valadares¹². A maioria delas era estreita, variando entre cinco e seis metros de largura. (LIMA, 2002, p.35)

Figura 30 – Planta cadastral de 1894, em amarelo, o aglomerado urbano em 1910, segundo Lima (2002) e em vermelho a poligonal do Sítio Histórico da Prainha.



Fonte: Casa da Memória, com intervenções da autora.

⁵ Onde hoje está situado o colégio São José

⁶ Atual rua Luciano das Neves

⁷ Atual rua Antônio Ataíde

⁸ Foi eliminada para dar continuidade à rua Luíza Grinalda

⁹ Não mais existe. Comunicava a rua Coronel Mascarenhas com a Praia.

¹⁰ Atual rua Bernardo Schneider.

¹¹ Foi eliminada, era um prolongamento da rua Pedro Palácios.

¹² Atual rua Antônio F. Queiroz

Figura 31 – Fotografia rua Do Areal 1910, atual Luciano das Neves.



Fonte: acervo prefeitura Municipal de Vila Velha

Este aglomerado urbano, segundo Santos (1999) era cercado por grandes propriedades das famílias Motta, Silva, Freitas, Setúbal, Mascarenhas, Bernardes da Silveira e Laranja, sendo as três primeiras dedicadas ao cultivo da terra e à criação de gado.

Com a chegada da eletricidade em Vila Velha, em 1910, foi possível a instalação de novos equipamentos urbanos, como o bonde elétrico, gerando um novo dinamismo na ocupação do solo no município. (NOVAES, 1974)

O trajeto dos bondes ia da praça da Igreja do Rosário, na rua Luciano das Neves (Figuras 29 e 30), até Paul, no oeste do município, onde a travessia para Vitória era feita por lanchas. Desta forma, a importância da Prainha foi reforçada; era o caminho para quem ia para a capital. De acordo com Lima (2002), no dia 12 de abril de 1912, dois bondes elétricos foram inaugurados em Vila Velha e, cinco meses depois, a empresa Viação Elétrica comprou mais dois conjuntos e uma gôndola. Os bondes circulavam por dez quilômetros de trilhos pela cidade, tinham 12 metros de comprimento e atingiam a velocidade de 30 quilômetros por hora. Comportavam aproximadamente 50 pessoas sentadas, 36 em pé na lateral e cerca de 20 pessoas de pé no meio do carro.

Esse transporte, feito pelo ferro-carril fazia um percurso de cerca de dez quilômetros a cada meia hora-um saindo de Paul, outro de Vila Velha, na Prainha e se cruzavam em Aribiri, onde foi construída uma estação com garagem para serviços e manutenção. A complementação era feita nas confortáveis lanchas Elizabeth ou Santa Cecília, pertencentes à empresa de eletricidade da capital. (SANTOS, 1999, p.65)

Figura 32 – Fotografia, linha do bonde na rua Luciano das Neves.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima

Figura 33 – Fotografia linha do bonde década de 1910, na rua Luciano das Neves.



Fonte: acervo prefeitura Municipal de Vila Velha

A partir de 1913, segundo Gurgel (2010), os representantes municipais passam a ter maior autonomia com uma câmara deliberativa e um prefeito. Os membros da câmara passam a ser denominados vereadores, são eleitos por voto direto com mandato de quatro anos e o prefeito, também eleito por voto direto, para mandato de dois anos.

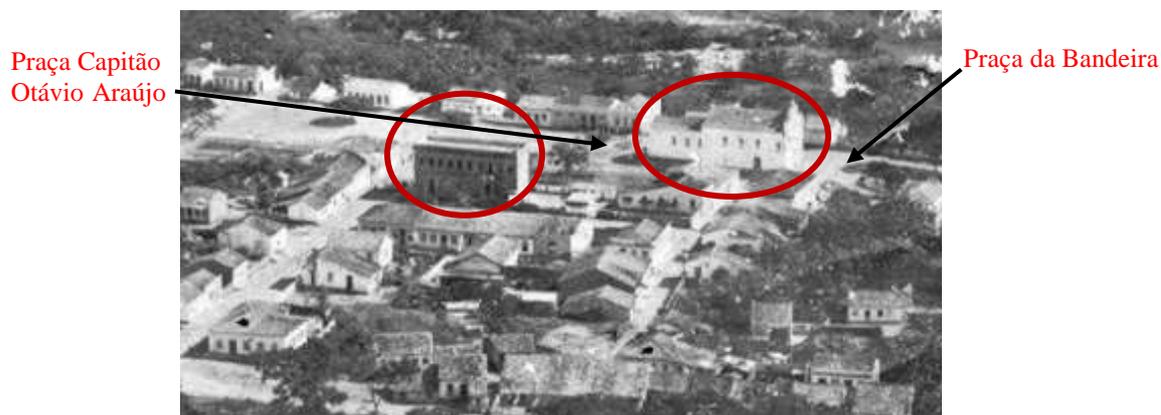
Com a república, uma nova expressão estética fortemente influenciada pelos modelos europeus, servia de inspiração para o urbanismo no Brasil. Nesta linha, as cidades brasileiras começaram a sofrer transformações técnico sanitaristas, com cidades mais limpas, higiênicas e arborizadas. O Rio de Janeiro e São Paulo, foram precursores deste modelo de modernidade, que acabou

influenciando a gestão pública de outras cidades do país, como em Vila Velha, onde estas transformações do espaço urbano ocorrem neste período, na primeira metade do século XX.

No período de 1913 a 1915 o primeiro prefeito eleito, Manoel Francisco Duarte, seguindo os ideais sanitaristas, transferiu o cemitério que até então situava-se no terreno atrás da igreja Nossa Senhora do Rosário para a atual rua Coronel Sodré, fora dos limites da Prainha. (Santos, 1999)

Segundo o mesmo autor, o espaço que compreende hoje as duas praças, indo da linha do mar até a rua vinte e três de maio, com a igreja do Rosário ao centro, era conhecido primeiramente como Largo da Matriz (Figura 31). A igreja dividia esta área em duas grandes “praças”, sendo a da frente posteriormente conhecida como Praça da Bandeira e a outra, depois da remoção do cemitério recebeu o nome de praça Capitão Otávio Araújo, em homenagem ao engenheiro militar capitão Otávio Alves Araújo, que foi prefeito no período de 1925 a 1927, mantendo esse nome até hoje.

Figura 34 – Fotografia Largo da Matriz, sem data, em destaque, Hotel João Nava e matriz Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima

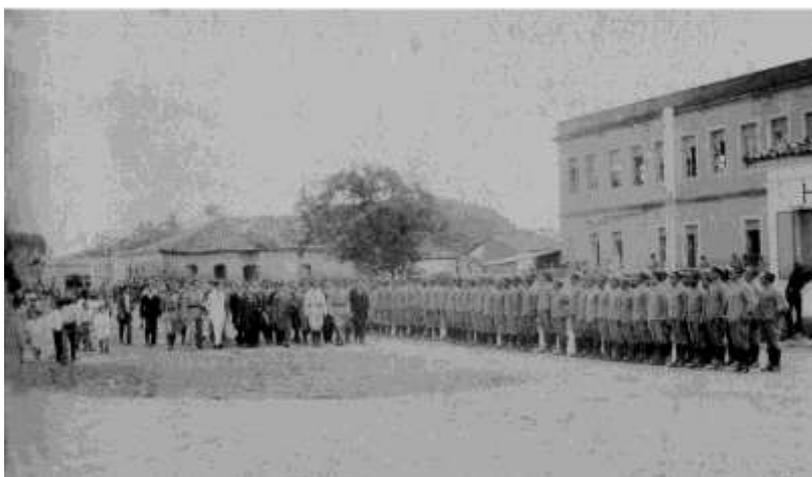
A transferência para o Espírito Santo em 1917 do 50º BC (Batalhão de Caçadores), modificou a paisagem e o uso das praças. De acordo com Abreu (2017), para alojar inicialmente 200 recrutas, 5 oficiais e 4 praças, a prefeitura de Vila Velha alugou algumas casas na região, como a casa do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Vieira Mascarenhas situada ao lado da Igreja do Rosário, para servir de casa de ordens e de recrutamento; o hotel João Nava também hospedou muitos oficiais e suboficiais até serem iniciadas as obras do quartel do 38º BI, e de casas para os oficiais. Os militares faziam seus exercícios na área onde é hoje a praça Capitão Otávio Araújo, na porção posterior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. (Figuras 35 e 36)

Figura 35 – Fotografia 50º BC (Batalhão de Caçadores) atrás igreja Nossa Senhora do Rosário, hoje praça Capitão Otávio Araújo, 1918.



Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Figura 36 – Fotografia 50º BC (Batalhão de Caçadores) em frente ao Hotel João Nava, 1918



Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Vila Velha

Nota-se na Figura 36 que a fachada principal do Hotel João Nava, hoje sua fachada lateral direita, parece estar em uma via, que analisando documentos cartográficos não existia. Na falta de documentos textuais ou cartográficos, foram buscadas informações orais e todas elas indicam que na verdade, não era uma via formal, mas espaços não ocupados, usados com tal.

O primeiro aterro da Prainha foi entre 1916 e 1920, executado pelo “presidente” do Estado Bernardino de Souza Monteiro. Na verdade, um pequeno trecho com arrimos e aterros que aumentava o raio da linha de bondes para possibilitar sua chegada até o quartel, uma vez que sem este recurso tinha seu ponto final nas proximidades da Igreja do Rosário (Gurgel, 2010).

Moradores antigos relatam, em histórias que passam de geração a geração que no local onde hoje está o bar Piratininga, na Praça Otávio Araújo, o ponto final dos bondes, era usado pelos recrutas como vestiário, onde trocavam seus uniformes, enquanto as instalações do batalhão não eram finalizadas.

No período de sua atuação como prefeito, o autor da primeira planta cadastral da cidade, o engenheiro Antônio Athayde (1918-1921) “desapropriou e demoliu na Prainha casas velhas construídas fora do alinhamento da rua, executou serviços de paisagismo e melhorou a iluminação da nova avenida na orla da enseada.” GURGEL (2010, p.35). Santos, (1999, p.143) acrescenta como obras do prefeito a “retificação” do canal da Enserica e a “melhoria” do traçado da Rua Luiza Grinalda.

À frente da Igreja do Rosário, foi construído o Jardim de Athayde, também denominado Praça ou Parque Dr. Athayde onde foi instalado um coreto, inaugurado em 27 de abril de 1919. (Figuras 37 e 38). Este coreto ruiu, mas foi reconstruído sem a cobertura (Figura 39).

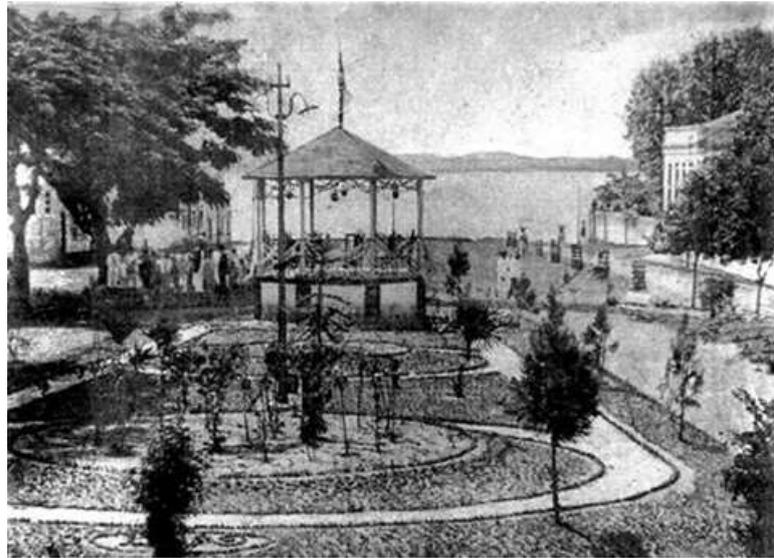
Tivemos o ensejo de oferecer ao público dessa cidade, para a sua diversão, um modesto Parque Ajardinado a fim de que naquele pequeno logradouro, pudessem as Exmas. famílias fruir o convívio íntimo das pessoas amigas e educadas. Ele efetivamente já se tornou o seu ponto predileto e que nos honram com suas visitas. Sua inauguração, efetuou-se com toda solenidade a 27 de abril de 1919. (SANTOS. 1999, p. 101. Apud, Espírito Santo (Estado), 1922:5)

Figura 37 - Foto Jardim de Athayde 1919.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/memoriacapixaba> acesso em 26/04/2019.

Figura 38 - Foto Jardim de Athayde 1919



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/memoriacapixaba> acesso em 26/04/2019

Figura 39- Igreja do Rosário, o coreto reconstruído sem a cobertura original.



Fonte: acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

De acordo com Chalhub Junior (2009), a construção da ponte de ligação Vila Velha-Vitória em 1928, chamada de Cinco Pontes (Figura 40) por sua estrutura metálica dividida em cinco partes (posteriormente denominada ponte Florentino Ávidos) e a modernização do Porto de Vitória, intensificaram a ocupação na região oeste do município. Esta ocupação teve início com a

implantação de ferrovias no estado para escoamento da produção agrícola, a partir de 1891. Na cidade do Espírito Santo (Vila Velha), a ferrovia seguia de Argolas em direção à cidade de Cachoeiro de Itapemirim. (BITTENCOURT, 2006).

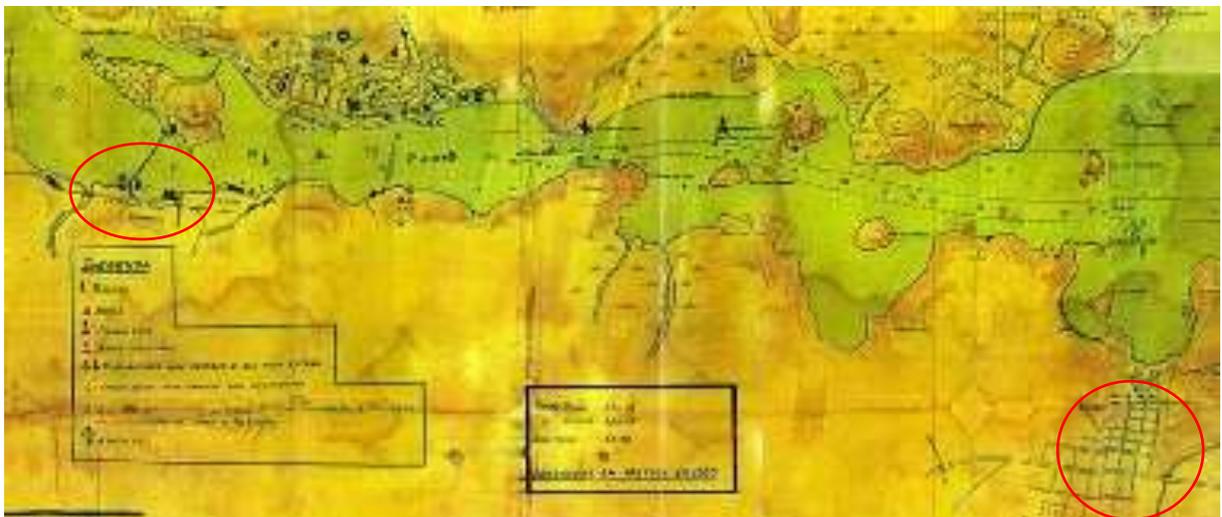
Figura 40 – Fotografia ferroviária na Ponte Florentino Avidos.



Fonte: acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em 1930, segundo Chalhub Junior (2009), os núcleos urbanos de Vila Velha eram Argolas e São Torquato no oeste do município com localização estratégica, no final da linha férrea e próximo ao porto e mais a leste o primeiro núcleo urbano existente, a Prainha (Figura 41). Estes novos núcleos, a oeste, começavam a disputar importância com o núcleo fundacional.

Figura 41 – Recorte da autora, mapa de 1936, mostrando a oeste a ponte Florentino Avidos fazendo a conexão da ilha com o continente e o núcleo da Prainha a leste.



Fonte: acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Com a facilidade de ligação com Vitória, proporcionada pela ligação rodoviária, pelos bondes e pelas pontes, paradoxalmente, Vila Velha viveu um longo processo de estagnação econômica e urbana. (Novaes, 1974). As ações governamentais de infraestrutura se concentravam na capital, desvalorizando os núcleos vizinhos, reforçando a centralidade da capital esvaziando as funções dos outros núcleos urbanos. (Chalhub Junior, 2009).

Nos anos de 1930 e 1931 governou o município Eugênio Pacheco de Queiroz. De acordo com Chalhub Junior (2009), neste período foram aprovados por decretos, alguns loteamentos, sendo um destes, localizado à oeste do núcleo urbano existente na Prainha, pertencente aos herdeiros de José Pinto de Queiroz Júnior, parentes de Eugênio Pacheco e outro, na região da Glória. Estes loteamentos ajudaram na retomada da Prainha como centro urbano mais importante do município.

Em 1931, o município do Espírito Santo (Vila Velha) foi extinto pelo interventor Federal do Espírito Santo, Capitão João Punaro Bley e incorporado como distrito à capital, Vitória. (Santos, 1999)

A sede da prefeitura de Vila Velha, onde funcionava também a Câmara e Cadeia, até então, localizava-se em uma edificação na Rua Coronel Mascarenhas, esquina com a extinta rua Municipal (Figura 42, localização Figura 55). No ano de 1932, foi construído novo edifício na Rua Luciano das Neves, próximo à praça Duque de Caxias, para funcionamento da Agência de Vila Velha (governo e câmara municipal), permanecendo no antigo prédio a cadeia pública. (Gurgel, 2010)

Figura 42 – Fotografia sede da prefeitura de Vila Velha na rua Coronel Mascarenhas, 1931.



Fonte: acervo PMVV.

Após um abaixo assinado apresentado ao interventor pela população, Vila Velha foi emancipada de Vitória em 1934. No ano seguinte, com a nova constituição estadual, o mandato para prefeitos passa a ser de quatro anos, sem direito a reeleição imediata (Gurgel, 2010).

Entre 1937 e 1943, Eugênio Pacheco de Queiroz no seu segundo mandato como prefeito¹³, alterou o traçado de algumas ruas, modernizou o jardim da Praça da Bandeira (figura 43) e, construiu no mesmo padrão o jardim da Praça Otávio Araújo (figura 44, localização Figura 55). Definiu a caixa de várias ruas, colocando meio-fio e incentivou moradores a construírem calçadas na frente de suas casas. (Santos, 1999).

Figura 43 - Fotografia Praça da Bandeira, s/data.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima.

Figura 44 - Fotografia Praça Otávio Araújo, s/data.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima.

Chalhub Junior (2009) ainda ressalta a expansão em direção à orla com a construção de uma ponte sobre o Rio da Costa, criando condições para ocupação da Praia da Costa que se

¹³ O primeiro mandato foi de 1930 a 1931, nomeado pelo interventor João Punaro Bley.

consolidava como balneário da elite da capital. Através de decreto, em 1941, o loteamento da região da Praia da Costa, de propriedade de João Joaquim da Motta foi aprovado.

O município volta a ser anexado à Vitória em 1943, com a denominação de Espírito Santo de Vitória, assim como o distrito de Argolas. Em 1947, o distrito do Espírito Santo passou a ser novamente autônomo, através da aprovação de proposta de emenda à constituição estadual, que restabelecia a autonomia do município e restabelecia todas as áreas que haviam sido desmembradas (Gurgel, 2010).

Até a década de 1950, como a capital Vitória, concentrava os principais processos econômicos e imobiliários, e o crescimento urbano e populacional de Vila Velha eram insuficientes para demandar normas para ocupação do solo, estas eram escassas e muitas vezes copiadas da capital. (Chalhub Junior, 2009)

Neste primeiro período da república, a Prainha deixou de ser o único aglomerado urbano, dividindo seu protagonismo com o aparecimento de novos núcleos a oeste, próximos ao porto e à ponte que faziam a ligação à capital Vitória. Com a aprovação de novos loteamentos vizinhos ao primeiro aglomerado, a Prainha volta a ser o principal centro das atividades urbanas na cidade.

Figura 45 – Quadro esquemático principais fatos históricos, 1890-1950.

1890	Criação do município do Espírito Santo, atualmente a cidade de Vila Velha
1894	O engenheiro Antônio Athayde elabora a primeira planta cadastral da cidade do Espírito Santo.
1910	Chegada da eletricidade em Vila Velha.
1912	Instalação dos bondes.
1913-1915	O primeiro prefeito eleito, Manoel Francisco Duarte, seguindo os ideais sanitaristas, transferiu o cemitério.
1917	A transferência para o Espírito Santo em do 50º BC (Batalhão de Caçadores).
1916-1920	O primeiro aterro da Prainha.
1919	Inauguração do coreto
1928	Inauguração da ponte Florentino Avidos

B-Cotidiano na Prainha

Relação com as águas

Setúbal (2001), sem se ater a datas específicas, descreve a vida cotidiana da Prainha nesta época. Uma importante questão ressaltada é a relação com as águas. O córrego Enserica, o rio da Costa e o mar, tinham papel importante no cotidiano dos moradores.

O Córrego Enserica, era o ponto de encontro de lavadeiras, que ali cuidavam das roupas de famílias locais e dos uniformes dos soldados do 50º batalhão dos caçadores. Ao longo do Enserica também eram cultivadas hortaliças que abasteciam a antiga vila, e segundo Santos (1999) suas águas eram limpas, usadas para irrigação uma vez que não havia moradores nas margens.

O Rio da Costa, beirava os quintais da rua Luiza Grinalda, avançando até a área do Matadouro Municipal, e servia tanto de lazer para as crianças quanto para abrigo de canoas e caiaques usados para pesca e coleta de mariscos no local.

O rio da Costa, nas suas margens lamacentas, com seus manguezais e o seu leito piscoso. Porque não poluído, deu por séculos, e anos a fio, à comunidade de Vila Velha, o direito de nele se prover. Pescados, crustáceos, mariscos e o próprio manguê sustentavam famílias que não tinham trabalho definido. (SETUBAL,2001, p,136)

Quanto ao mar, na Ilha dos Timbebas (Figura 42), segundo Santos (1999), era o local onde nas tardes de maré cheia, a população ia tomar banho de mar e brincar; a praia era rasa, limpa e de água morna. De acordo com Aguiar Filho (2016):

O mar na Prainha avançava até a Rua Antônio Ferreira Queiroz, onde era contido por um muro de pedras. Entre o Cais das Timbebas e o Exército, de frente para a subida do Convento da Penha (ladeira das 7 voltas), havia uma pequena, linda e bucólica praia conhecida como Praia das Timbebas. (AGUIAR FILHO, 2016)

Figura 46 - Fotografia Ilha dos Timbebas, 1936.



Fonte: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/banho-de-mar-na-prainha.html> Acesso em 10 novembro 2017.

Havia ainda a praia de Inhoá, entre o morro de mesmo nome e a enseada. Ali os pescadores construíram suas casas de taipa com cobertura de palha. Em frente a esta praia, estava a ilha da Forca, onde (...)” as crianças filhas de pescadores ali residentes brincavam e se iniciavam no aprendizado da pesca dos pais que preparavam as linhas com anzol de alfinete e isca de miolo de pão. ” (SANTOS, 1999, p.47)

Setúbal (2001) cita ainda a existência de um clube de remo entre as décadas de 20 e 30, o Esporte Clube Piratininga.

Vida Social

Quanto à vida social na década de 1920, Setúbal (2001) relata que os Saraus, primeiramente realizado em residências particulares, foram se multiplicando e os frequentadores se dividindo, originando assim, os clubes sociais como o Clube dos Democráticos, que funcionou até 1940 no térreo do Hotel João Nava e o Clube dos Fenianos na rua 23 de maio, onde literatos, cantores, poetas e seus admiradores se reuniam. Estes clubes se rivalizavam principalmente no carnaval, quando seus salões permaneciam fechados até o dia dos bailes, para manter em segredo sua ornamentação. A prefeitura armava nesta época um tablado entre as alas de palmeiras imperiais em frente à igreja Nossa Senhora do Rosário para a população brincar o carnaval.

Havia ainda o bar e restaurante Gardênia Azul, na esquina das ruas Luciano das Neves com 23 de maio, este funcionava até a madrugada, muitos frequentadores chegavam com o último

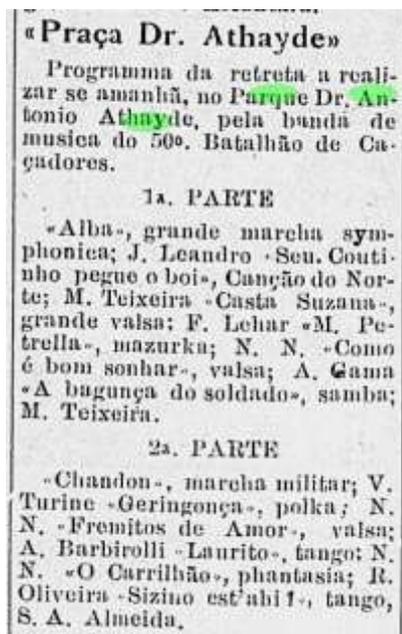
bonde às 23:00hs. Em cima deste bar, existiu o clube olímpico, que promovia noites dançantes, fundado em 1944. (Setúbal, 2001)

Na mesma 23 de maio, funcionou o primeiro cinema de Vila Velha, inaugurado em 1930 e em funcionamento por cerca de vinte anos. O Cine Ceci, era um grande salão coberto por folhas de zinco que em seus primeiros anos de funcionamento não tinha cadeiras, os espectadores precisavam levá-las de casa. O anúncio dos filmes era feito por meninos que saíam às ruas gritando com tabuletas de madeira penduradas nas costas, nas poucas ruas existentes na Prainha àquela época (Setúbal, 2001).

De acordo com Setúbal (2001, p.102): “ Tudo parece indicar que a rua 23 de Maio foi o maior centro de diversão de Vila Velha antiga”. (Figura 55)

De acordo com Santos (1999), nas décadas de 1920, 1930 e 1940 o coreto da praça da Bandeira era palco de apresentações da banda do terceiro Batalhão de Caçadores se tornando um ponto de encontro da população (Figura 47).

Figura 47 - Anúncio das retretas no Parque Dr. Athayde.



Fonte: arquivo pessoal Gether Lima, s/data.

O cotidiano era afetado também pela presença dos militares, principalmente no início de cada ano, quando os jovens do interior chegavam à cidade para o alistamento obrigatório. A cidade possuía um único hotel, o João Nava na Prainha (Figura 55) e algumas pensões na região de Argolas. No entanto, muitos destes jovens dormiam nas calçadas e nos beirais da igreja,

esperando o processo que poderia durar alguns dias ou mais de uma semana, eram chamados arigós.

“Portavam, traspassado ao cinto, pendurado, um caneco artesanal de flandre usado para baterem nas portas das casas residenciais ou comerciais, onde obtinham o café e o pão da manhã.” (SETUBAL, 2001, p.76)

Comércio, Escolas e Indústria

Nos primeiros decênios deste período, o matadouro municipal funcionava na Rua Dom Jorge Menezes (Figura 55), no sopé do Convento da Penha e à margem do rio da Costa. Era composto por área de pastagem e o galpão de abate. (Santos, 2011)

O embrião da fábrica de chocolates Garoto em Vila Velha, hoje pertencente à Nestle, foi uma manufatura de balas em um antigo galpão adaptado na antiga Rua São Bento, hoje, Bernardo Schneider, onde permaneceu de 1929 até 1936, quando foi transferida para o bairro da Glória. (Santos, 2011)

Há notícias de uma fábrica de meias, figurando na Primeira Planta Cadastral como fábrica de tecidos (Figura 55), na praia de Inhoá, de uma usina de areia monazítica na foz do rio Enserica onde aportavam os barcos vindos de Guarapari e de uma fábrica de cal (Veronez, 1997).

Roberto Abreu, membro da casa da memória de Vila Velha, destaca a grande importância do Mercado Municipal. Inaugurado na gestão do Interventor Municipal, Macieira, entre 1947 e 1948, na rua Antônio Athayde entre as ruas 23 de maio e Dom Jorge de Menezes (Figura 55). “O Mercado era a alma da cidade, onde tudo se sabia, tratava-se e combinavam-se as coisas.”

No final do século XIX início do XX, a Prainha abrigou a primeira escola Pública Estadual, na antiga rua São Bento, em um casarão ainda existente à rua Bernardo Schineider 50 (Figura 48, localização Figura 55), ao lado da entrada da Escola de Aprendizizes Marinheiros do ES (Santos, 1999).

A Escola Pública Vasco Coutinho, hoje situada na Praça Duque de Caxias, foi inaugurada em 1932, na Rua dom Jorge de Menezes. Esta sede agrupou diversas pequenas escolas que funcionavam nas casas dos professores, todas na Prainha (Santos, 1999).

Figura 48 – Fotografia da primeira escola pública estadual.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Nestes primeiros anos da república, ainda que tenham despontado outros núcleos urbanos na cidade de Vila Velha, Argolas e São Torquato no oeste do município como já citado, a Prainha continuava como protagonista da vida urbana, contribuindo para tal, a presença da sede da prefeitura, da Matriz Nossa Senhora do Rosário, do convento de Nossa Senhora da Penha, do mercado municipal, das escolas, do cinema, dos clubes e bares e do exército. As praças cumpriam sua função social, por ali circulava o bonde, as pessoas podiam ver e serem vistas, eram palco de carnavais e retretas no coreto.

A ocupação espacial, composta primeiramente por pequenas chácaras, muitas vezes de propriedade de moradores de Vitória que vinham somente à época das festas de Nossa Senhora da Penha, passa por renovação. A chegada da luz elétrica e de novos equipamentos urbanos, impulsiona novos costumes e um novo modo de vida que chega juntamente com a república.

C- Análise Morfológica

Os mapas deste período, entre 1889 e 1950, encontrados durante a pesquisa, nos quais figuram as vias de Vila Velha são a Planta Cadastral do Engenheiro Antônio Athayde de 1894, o Esboço da Planta da Ilha da Victória de 1896, do Engenheiro Saturnino de Brito e a Planta Geral da Cidade e Porto de Victória de 1936. Destes, somente o primeiro foi elaborado especificamente para Vila Velha, nos outros dois, apesar de Vila Velha estar representada o objeto principal era a cidade de Vitória. Nas figuras 49 e 50, com recorte e ampliação da área correspondente à Prainha, percebe-se a semelhança com o traçado da planta cadastral apesar de mostrarem uma

menor precisão. Sendo assim, o mapa que se mostrou mais apropriado como base para o redesenho das plantas conjecturais e sobreposição deste período com o atual foi o de 1894. Este, no entanto, trata-se de uma mescla do que seria um projeto de expansão e o levantamento das ruas existentes, sem legendas que possibilitem a perfeita separação e visualização destas duas abordagens.

Para completar o redesenho do mapa foi necessário ainda a utilização do Plano Hydrographico da Barra e Porto da Victória do ano de 1888 (Figura 51), onde se encontram elementos que não estavam presentes na Planta cadastral da Cidade do Espírito Santo – Levantada e Projetada de 1894, como as ilhas da Forca e dos Timbebas, o forte São Francisco Xavier, o convento de Nossa Senhora da Penha e a via de ligação da Prainha até ele, hoje conhecida popularmente como Ladeira da Penitência ou Ladeira das sete voltas. A partir dos mapas de 1894 e 1888, foi feito o redesenho da planta deste período, o georreferenciamento e a posterior sobreposição ao mapa atual para completar os elementos faltantes nos mapas. (Figuras 52 e 53)

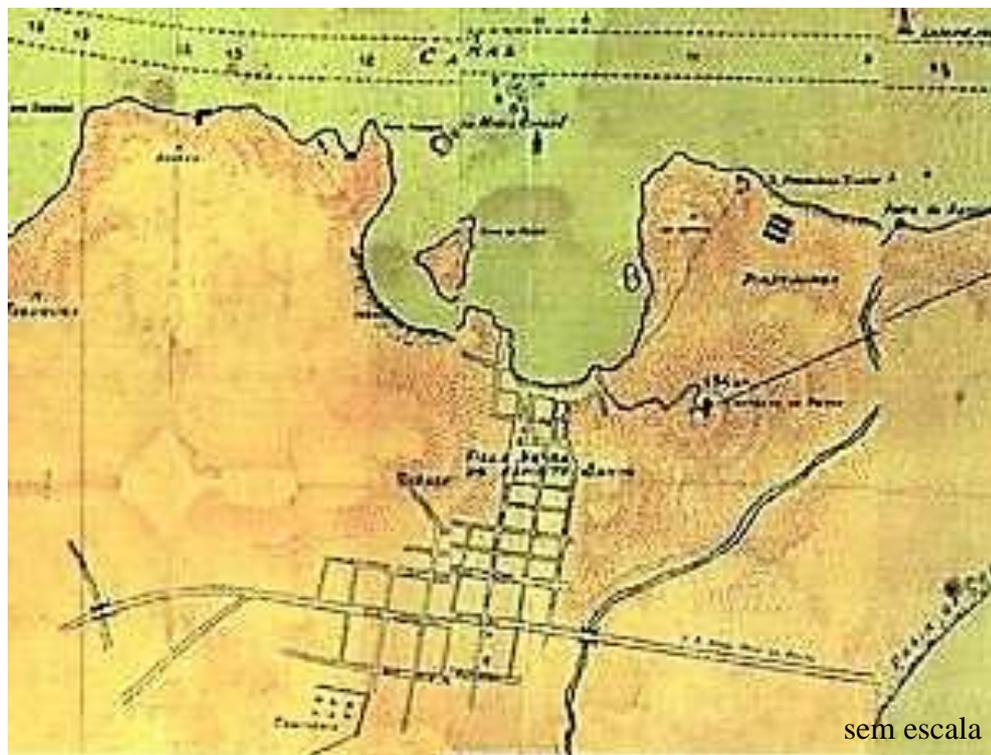
O mapa redesenhado do período, foi sobreposto à ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, para possibilitar a análise dos processos morfológicos (Figura 54).

Figura 49 – Montagem, mapa de 1896 e área da Prainha ampliada.



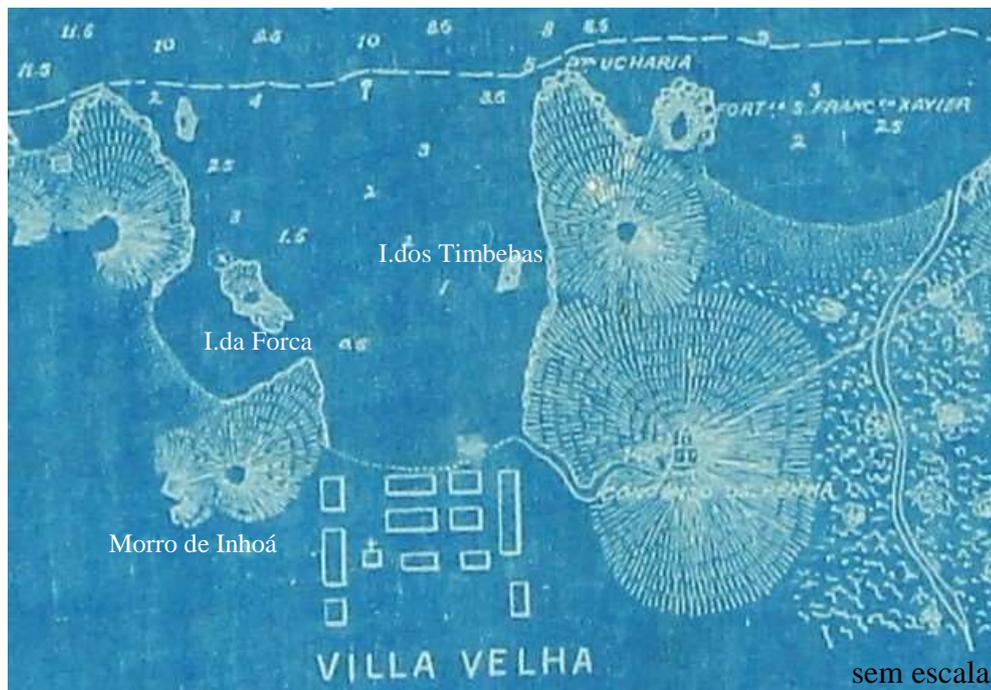
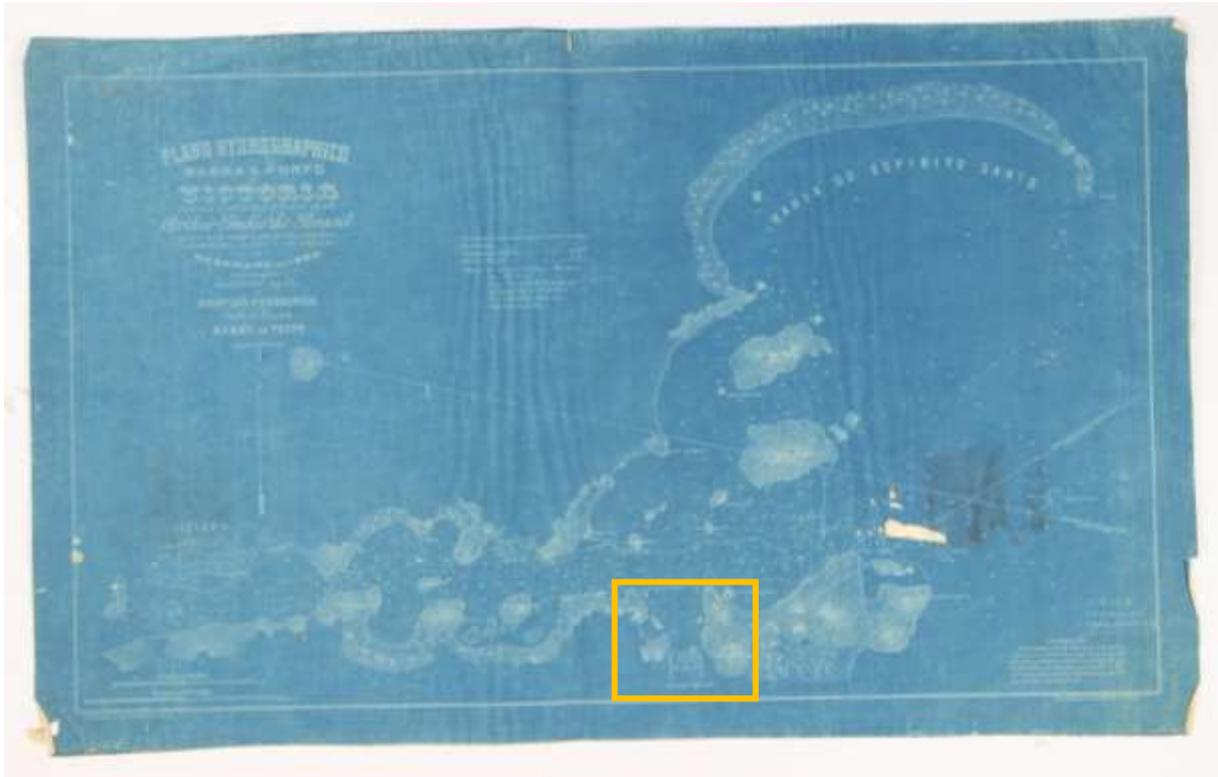
Fonte: Esboço da Planta da Ilha da Victória de 1896, com intervenções da autora.

Figura 50 – Montagem, mapa de 1936 e área da Prainha ampliada.



Fonte: Planta Geral da Cidade e Porto de Vitória de 1936 com intervenções da autora.

Figura 51 – montagem , mapa de 1888 e a área da prainha ampliada.



Fonte: Plano Hydrographico da Barra e Porto da Victória do ano de 1888, com intervenções da autora.

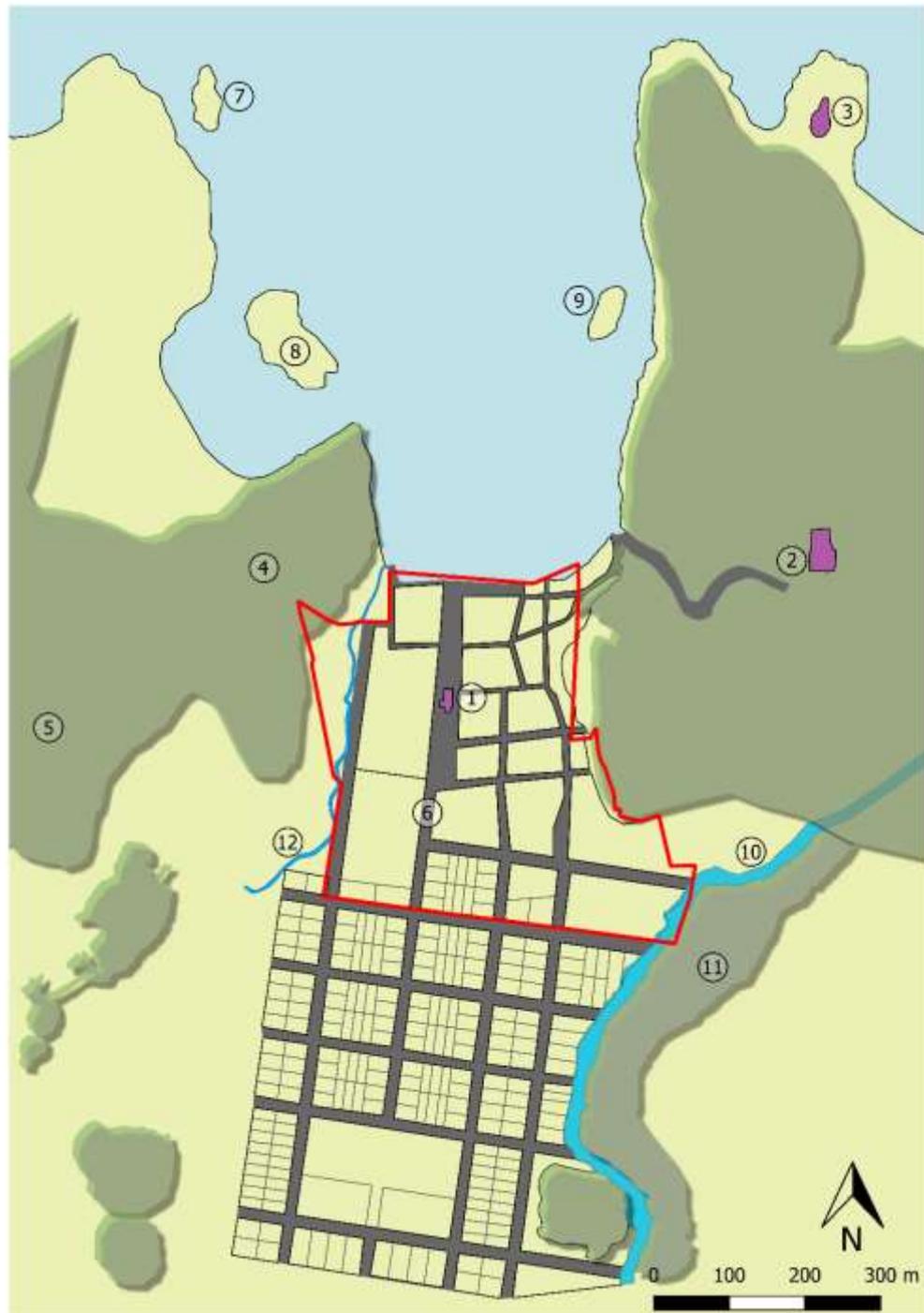
Figura 52 – Montagem para redesenho do mapas de 1894, 1888.



Poligonal do Sítio Histórico da Prainha

Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca.

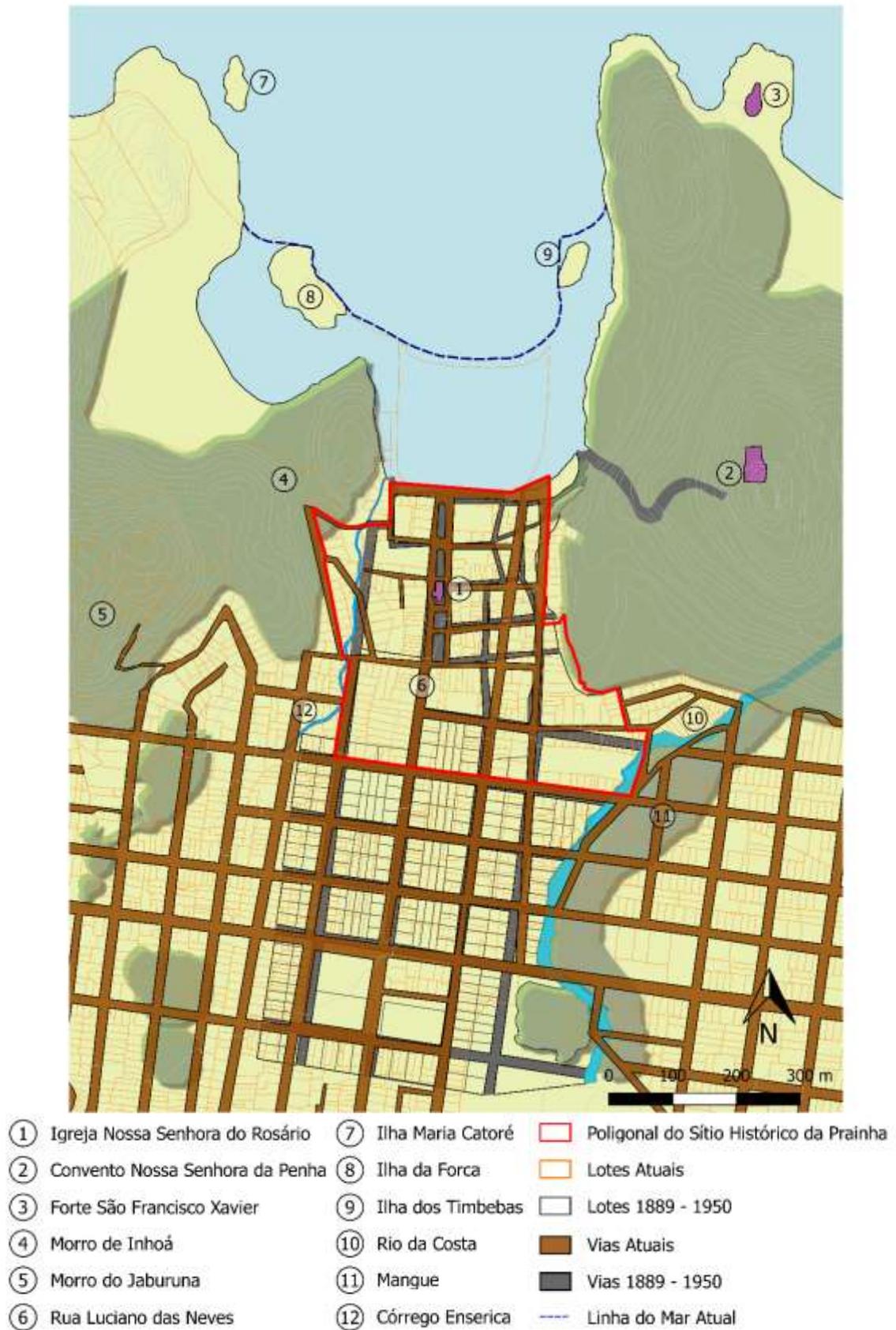
Figura 53 – Redesenho mapa período 1889-1950.



- | | | |
|-----------------------------------|---------------------|---|
| ① Igreja Nossa Senhora do Rosário | ⑦ Ilha Maria Catoré | ▭ Poligonal do Sítio Histórico da Praia |
| ② Convento Nossa Senhora da Penha | ⑧ Ilha da Forca | ▭ Lotes 1889 - 1950 |
| ③ Forte São Francisco Xavier | ⑨ Ilha dos Timbebas | ▭ Vias 1889 - 1950 |
| ④ Morro de Inhoá | ⑩ Rio da Costa | |
| ⑤ Morro do Jaburuna | ⑪ Mangue | |
| ⑥ Rua Luciano das Neves | ⑫ Córrego Enserica | |

Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

Figura 54 – Sobreposição dos mapas período 1889-1950 e atual.



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

A partir da sobreposição dos mapas (Figura 54), do redesenho do período de 1889 a 1950 (Figura 53), percebe-se neste primeiro período evolutivo, com relação ao traçado urbano, o processo morfológico de adaptação. As formas das vias foram alteradas, algumas vias foram retificadas, alargadas, outras desapareceram. As formas das vias preexistentes condicionaram as das vias atuais, apesar de sofrerem deformações. A figura 55, uma reprodução adaptada do mapa de 1894, feita em 1995, pelo arquiteto Jair Santos, mesmo sem escala ou precisão geográfica, é bastante ilustrativa destes fatos.

A rua Padre Carneiro e a rua Sacramento (números 13 e 14, figura 55), desapareceram com as obras de Eugênio Pacheco Queiróz em torno do ano de 1940, “quando alargou e retificou as curtas ruas da vila antiga”. (SANTOS, 2001). A Rua dom Jorge de Menezes (número 4, figura 55) ia do matadouro Municipal (número 1, figura 55), até a rua Luciano das Neves (número 2, figura 55), hoje, tem continuidade até a Praia da Costa. A rua Luiza Grinalda (número 17, figura 55), antigamente rua do Torrão,

No passado teve o “status” de rua principal, quando recebia os viajantes que usavam as embarcações que atracavam no “cais dos padres”. Por isso, ela recebia, em dias festivos ou datas especiais, carroças de barro sobre o piso, aplainado, um melhoramento da prefeitura, para impressionar os visitantes. Só não podia chover depois desse “melhoramento”. Mas, se chovia, o barro grudava nos pés dos transeuntes e ao secar com o sol, lá estavam os malditos “torrões”. O povo a apelidou de “Rua do Torrão. (SANTOS, 2001, p.75)

Esta também foi retificada, segue hoje, do parque da Prainha até a Av. Champagnat.

A rua Municipal (número 16, figura 55) teve seu traçado retificado e foi prolongada até a orla no segundo mandato do prefeito Eugênio Pacheco Queiroz, quando teve seu nome alterado para Antônio Francisco de Athayde. Antes disto, era um beco torto começando na rua Coronel Mascarenhas e se alargando em direção ao sul. Um pequeno trecho desta via, onde se localizava a prefeitura (número 19, figura 55), persistiu e resistiu a todas as transformações, aparece ainda hoje como um pequeno beco, uma rua sem saída, que se inicia na rua Vasco Coutinho (número 15, figura 55).

No caso específico da rua Luciano das Neves, percebe-se um processo morfológico de estagnação, representando um elemento de forte persistência. A análise dos mapas deixa clara a consolidação da rua Luciano das Neves, como eixo importante de ligação, começando na enseada, na linha do mar, passando pela Igreja Nossa Senhora do Rosário (número 25, figura 55), chegando até a nova praça Duque de Caxias (número 21, figura 55) projetada. Esta, conhecida como rua do Areal e mais tarde como rua São João já se anunciava nos primeiros mapas ainda que de forma incipiente.

Seu uso e apropriação, no entanto se modificaram com a passagem dos anos. Nos anos 20, a Prainha era uma centralidade importante em Vila Velha e a rua Luciano das Neves, uma importante via de ligação, sendo o percurso da linha de bondes que fazia a ligação com a capital, Vitória. Com a expansão da cidade surgiram novas centralidades e a rua Luciano das Neves se tornou uma importante via arterial de Vila Velha. Tem seu início no Parque da Prainha e segue em direção ao sul, até a rodovia ES060, conhecida como Rodovia do Sol, fazendo a ligação com a cidade de Guarapari. Na Prainha, a referida rua é a principal saída do sítio histórico, fazendo um binário, alternando o sentido de fluxos, com a Rua Antônio Athayde, que é o acesso principal ao local. Em 2017, tornou-se uma rua compartilhada entre modais, com faixa de pedestres elevada e velocidade máxima de 30Km por hora, o que reforça o comportamento já existente antes desta implantação. Principalmente nos horários de entrada e saída da Escola Estadual Godofredo Schineider nas imediações, a via é tomada por pedestres, bicicletas, automóveis, skates e outros modais.

Outra importante persistência diz respeito ao caminho que leva ao convento Nossa Senhora da Penha. Este está representado de forma figurativa no mapa de 1888, usado para o redesenho, comprovando sua existência na época, apesar da provável imprecisão. Observa-se que o referido caminho representado no documento cartográfico de 1888, não aparece na ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, onde está encoberto pela vegetação, nem tampouco nas plantas cadastrais atuais da cidade de Vila Velha. No entanto, visita de campo e fotografias de períodos distintos permitem confirmar o caminho existente como percurso construído no período colonial.

Figura 56 - Portão do Convento e Ladeira da Penitência em 2003 e 1936



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Na planta original de 1894 (Figura 30), encontra-se demarcada uma única chácara: a “Chácara Jongenele”, entre as ruas 23 de maio e a Rua Castelo Branco, a rua mais ao sul no limite da poligonal do Sítio Histórico. A rua Dom Jorge de Menezes neste mapa, corta a área da chácara, acredita-se, portanto, que esta rua não existia à época, ou foi ampliada chegando ao rio da Costa no novo projeto. A partir desta rua, em direção ao sul, foram traçadas quatro ruas paralelas, até a projetada Praça Vasco Coutinho. São as ruas Castelo Branco, Quinze de Novembro, Henrique Moscoso e rua General Brandão Junior, continuação da estrada Jeronimo Monteiro, o caminho dos bondes. As três primeiras, de acordo com o projeto, seguiriam até a orla e a última, terminaria no Rio da Costa.

Ainda de acordo com a figura 30, a área de expansão ao sul, demonstra a opção pelo traçado ortogonal. Pode-se identificar quatro tipos de divisão das quadras em lotes, tendo como eixo de simetria a rua Luciano das Neves partindo da rua Castelo Branco até a Praça Duque de Caixas. A partir deste eixo, três quadras de cada lado são divididas em oito lotes com testadas mais largas nas ruas paralelas a este eixo e seis mais estreitos com testada nas ruas transversais. A leste e a oeste, seguindo a mesma simetria, três quadras de cada lado, cada uma com oito lotes

de dimensões iguais. Ladeando a Praça Vasco Coutinho, na mesma dimensão desta, uma quadra de cada lado, com lotes mais estreitos no total de dezoito lotes iguais em cada uma.

Neste mesmo mapa, é possível notar a inexistência de marcação dos lotes na provável área do levantamento. De acordo com relato de Roberto Abreu, morador da Prainha, e membro da Casa da Memória de Vila Velha, até 1910, a área vivia em função do convento e das festas de Nossa Senhora da Penha e existiam ali, principalmente chácaras e casas de veraneio de famílias abastadas de Vitória, supondo-se, portanto, que os lotes tinham dimensões avantajadas. Sendo assim, pode-se concluir que durante este período houve um processo morfológico de transformação, com a metamorfose dos lotes, dividindo-se e dando origem a lotes menores e de formas irregulares. A sobreposição com o mapa atual (Figura 54) mostra a dimensão e a forma irregulares dos lotes na Prainha e uma subdivisão dos lotes projetados na planta de 1894. Alguns destes, parecem seguir a inclinação das antigas ruas.

No Brasil os espaços que originaram as praças, foram os largos, primeiros espaços livres públicos urbanos surgidos no entorno de edifícios de caráter religioso. As praças, no século XIX, foram caracterizadas por ajardinamentos e elementos simbólicos, como fontes, quiosques e coretos, ícones da vida social urbana, utilizados para passeio e contemplação. (ROBBA e MACEDO, 2010). Na Prainha, as praças passaram por estas metamorfoses e são outros elementos de persistência, sendo no primeiro momento um grande largo com a igreja matriz ao centro, na parte posterior um cemitério e na frontal um espaço de convivência social de acordo com documentos textuais. O seu uso e ocupação, a sua função social primeira, de encontros e contemplação, permanece até a atualidade. Os outros processos de adaptação das praças se concentraram nas formas.

Através da consulta à Santos (1999), conversas informais com Gether Lima e Roberto Abreu, membros da casa da memória e análise de fotos, pode-se concluir que entre os anos de 1916 e 1918, a Praça da Bandeira à frente da Matriz, foi reformada, ganhando uma forma elíptica e duas alamedas em frente à esta, com quatro palmeiras imperiais cada uma. No final dos anos 30, já havia a conformação de duas praças, uma na porção frontal e outra na porção posterior da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Foram construídas no mesmo padrão, de formato retangular, piso cimentado, jardins bem delimitados e meio fio fazendo a transição da via para as praças com canteiros mais definidos, atendendo a demandas por uma estética “moderna”.

Durante este período fatores importantes influenciaram a forma urbana da área de estudo. Dentre estes, a chegada da luz elétrica, a instalação dos bondes, o incentivo do governo do

Espírito Santo à industrialização, a inauguração da ponte Florentino Avidos, consolidando a ligação à capital Vitória, são alguns exemplos que demonstram que a forma urbana é reflexo de ações e agentes ao longo do tempo.

Figura 57 - Montagem de fotografias do período de 1889-1950, com a marcação do sítio histórico da Prainha e sua localização. Em sentido horário de baixo para cima: rua Luciano da Neves, praça Otávio Araújo em duas conformações distintas, praia de Inhoá, , edifício da primeira escola estadual, Igreja do Rosário, praça da Bandeira em duas conformações, a antiga prefeitura e Hotel João Nava.



Fonte: Elaborado pela autora (2019), fontes de cada fotografia citadas ao longo do texto.

3.1.2 - 1950 – 2019 - Aterros e crescimento demográfico

A – Fatos históricos

Na década de 1950, foi inaugurada a rodovia Carlos Lindenberg (Figura 66), ligando Vila Velha à capital Vitória, o que contribuiu para a criação e expansão de novos bairros em Vila Velha, o município duplicou sua população nesta década e continuou nas seguintes com alto índice de crescimento demográfico. (ABE, 1999)

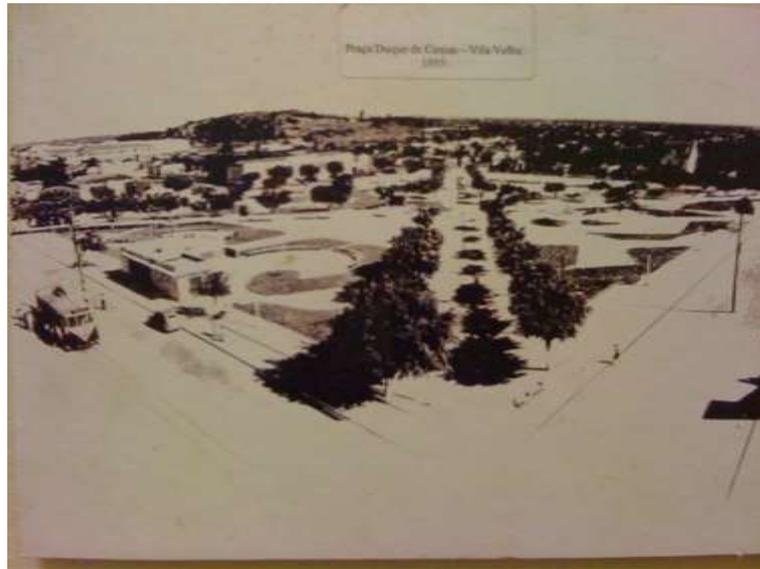
O prefeito Gil Veloso, em 1958, em parceria com o governo estadual desapropriou uma área do loteamento de Domingos da Silva e José Felipe da Silva, na Prainha, para construção da Escola Normal Estadual, onde hoje funciona o colégio estadual Godofredo Schneider. Abriu diversas ruas, entre estas a Rua Luciano Neves, podendo ser considerada um novo eixo estruturante possibilitando uma expansão ao sul, ao mesmo tempo, calçou a Estrada Jerônimo Monteiro que com melhor infraestrutura ajudou na consolidação da região lindeira a esta (Gurgel, 2012).

Em 1959, a lei municipal 479, modifica definitivamente o nome do município, até então conhecido legalmente por Espírito Santo, para Vila Velha. No mesmo ano, assumiu como prefeito, Tuffy Nader que administrou a cidade até 1962. Seu governo foi marcado por uma expansão do desenvolvimento urbano, com construção de redes de esgoto, calçamentos e instalação de energia elétrica (Santos, 2011).

De acordo com Chalhub Junior (2009), o mais importante feito de Tuffy Nader foi aprovar a primeira lei sobre a Planificação Municipal (Lei nº 478/59)¹⁴. Esta, espelhava a ideia do urbanismo como desenho urbano de melhoramento e embelezamento da cidade, os traços e paisagismo da nova praça e da sede da prefeitura refletiam este propósito (Figuras 58 e 59).

¹⁴ O documento original encontra-se no acervo da Casa da Memória de Vila Velha e digitalizado disponível em <http://www.morrodomoreno.com.br/galerias/leis-municipais-pmvv-prefeito-tuffy-nader-1959-1962-parte-i.html>

Figura 58 – Fotografia Praça Duque de Caxias, 1955.



Fonte: acervo PMVV.

Figura 59 – Fotografia construção da sede da Prefeitura, 1960



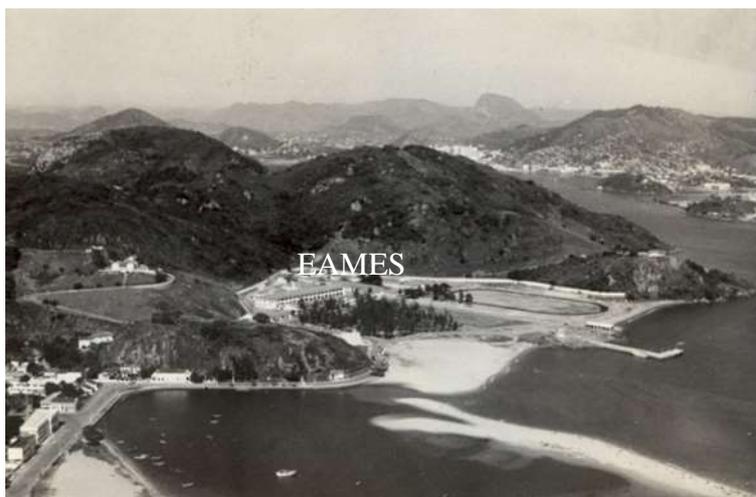
Fonte: acervo PMVV

Neste período, a incorporação de novas áreas urbanas, junto ao “novo centro”, próximo à Praça Duque de Caxias, desloca o núcleo urbano que, até então, se expandia junto aos bairros de Paul, São Torquato e Argolas, na região oeste da cidade, para a região junto ao antigo núcleo fundacional de Vila Velha, a Prainha.

A enseada da Prainha, sofreu um segundo aterro, que teve seu início na década de 1950. De acordo com o História da EAMES no Forte São Francisco Xavier, no Site oficial da Escola de

Aprendizes Marinheiros do Estado do Espírito Santo-Marinha do Brasil, (<https://www.marinha.mil.br/eames/node/16>), em 1952, o Capitão de Corveta Paulo Cezar Ribeiro em entendimento com o então governador do Estado Jones Santos Neves, determinou que a enseada de Inhoá abrigaria a nova sede da Escola de Aprendizes marinheiros do Espírito Santo, a EAMES. A pedra fundamental foi lançada em 6 de outubro de 1954, e no dia 29 de novembro de 1960 foi inaugurada oficialmente (Figura 60).

Figura 60 – Fotografia processo de aterro da Prainha década de 1960.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima

De acordo com Santos (2011), este aterro teria sido influenciado pelo aterro do Flamengo no Rio de Janeiro e a necessidade de dragagem do canal de acesso ao porto da capital Vitória. No entanto a comparação com o aterro do Flamengo, causa estranhamento, uma vez que no Rio de Janeiro na área do aterro foi construído um parque público com jardins de Burle Max, bem diferente do caso de Vila Velha. A areia removida deveria ser usada na conquista de novas áreas urbanas, como aconteceu com Bento Ferreira e a Esplanada Capixaba em Vitória. O mesmo autor, cita ainda o artigo publicado por ele no Jornal do Brasil em 1975:

(...) A enseada da Prainha em Vila Velha, onde aportou o primeiro donatário da capitania, mais tarde outros colonizadores e missões religiosas, está se transformando em imenso aterro, sem qualquer objetivo técnico ou interesse estético. Nem mesmo a pequena Praia de Inhoá e a ilha da Forca, que completavam o cenário histórico do primitivo porto, formando um conjunto de rara beleza natural, falavam de muitas lutas e sacrifícios, escaparam do soterramento(...) (SANTOS,1999, p.46)

Com a Praia de Inhoá tendo sido ocupada pelo Ministério da Marinha com a construção da Escola de Aprendizes Marinheiros, a prefeitura transferiu todas as famílias de pescadores ali residentes para a área do antigo matadouro, que por questões sanitárias deveria ser afastado do centro da cidade (Santos, 1999).

No início da década de 1960, Vila Velha, já possuía o maior número de bairros e população do

estado do Espírito Santo. A conclusão e pavimentação da rodovia Carlos Lindenberg, iniciada na década anterior, estimulou a aceleração deste crescimento e possibilitou o surgimento de novos eixos de expansão urbana (Garcia, 2013).

Neste período, Vila Velha recebeu expressivo número de imigrantes, no entanto, não foram implantados grandes empreendimentos, com exceção daqueles ligados diretamente à área portuária no noroeste do município. Apesar do rápido aumento de habitantes, o município sem condições econômicas, não promoveu implantação de estruturas urbanas básicas, causando grande impacto na sua estrutura. Além da expansão do centro urbano e do aumento da densidade populacional nos bairros existentes, surgem diversos assentamentos informais. (Garcia, 2013).

Ainda nesta década, o Rio da Costa é desviado e afastado do Morro do Convento, sendo iniciada sua canalização, quase paralelamente à orla (Figura 61) e a expansão da rua Luciano das Neves, considerada um novo eixo estruturante do sistema viário municipal, permitiu a expansão da cidade ao sul (Chalub Junior, 2009).

Figura 61 – Fotografia rio da Costa em 1960 ainda com seu leito inalterado.



Fonte: foto acervo pessoal Gether Lima, modificada pela autora.

No final dos 1970 e início da década seguinte, como consequência dos incentivos à industrialização na grande Vitória, foram implantados em Vila Velha, pela disponibilidade de terrenos com baixos preços, empreendimentos em habitação pela COHAB-ES (Companhia Habitacional do Espírito Santo) e pelo INOCOOP-ES (Instituto de Orientação e pelo às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo), assim, o município começa a ser visto como cidade dormitório (Garcia, 2013).

A construção da segunda ponte (Figura 62) com inauguração prevista para 1979 e concluída

em 1981, pelo governador do Espírito Santo Arthur Gerhart (1971-1975) reflete a participação do Estado como incentivador dos planos de desenvolvimento (Chalhub Junior, 2009) e facilita o movimento pendular entre a capital e Vila Velha. Foi construída paralela à Ponte Florentino Ávidos, na região já consolidada de São Torquato (Vila Velha) e Ilha do príncipe (Vitória), reforçando o eixo de expansão da Estrada Jeronimo Monteiro e da Rodovia Carlos Lindenberg.

Figura 62 – Fotografia construção da segunda ponte 1978.



Fonte: acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

A abertura da Rodovia do Sol (Figura 66), iniciada no final dos anos 60 e concluída em 1977, ligando o centro de Vila Velha à Guarapari foi um dos fatores decisivos para o crescimento da cidade, incorporando o litoral ao uso e ocupação do solo (Garcia, 2013).

O terceiro aterro da Prainha já na década de 1970, de acordo com Franchini (2016) pode ter sido iniciado como consequência das obras relacionadas ao aprofundamento da baía de Vitória, servindo como depósito do material proveniente da dragagem. Este processo se caracterizou pelo apagamento de elementos, como o Cais dos Padres e a ilha dos Timbebas e o surgimento de uma imensa área sem objetivo aparente (Figura 63).

Figura 63 - Fotografia processo de aterro da Prainha fevereiro de 1980.



Fonte: acervo pessoal Jair Santos.

Parte desta área conquistada pelo aterro, foi usada para a construção do Terminal Aquaviário da Prainha (Figura 64), atendendo a demanda dos moradores por transporte direto para a capital por via marítima, através da baía de Vitória. O Terminal funcionou por cerca de 20 anos, entre 1978 e 1998, quando foi desativado (Franchini 2016).

Figura 64 - Fotografia Terminal Aquaviário da Grande Vitória, linha Prainha-Centro. Ao fundo vê-se a Baía de Vitória e a Pedra dos Olhos. Vila Velha-ES.



Fonte: Biblioteca digital IJSN.

De acordo com o mesmo autor, a área remanescente chegou a ser requerida pelo Exército Brasileiro para ampliar suas instalações. A associação de moradores recolheu dez mil assinaturas em favor da construção de um parque no local que foram entregues ao governador do estado Max de Freitas Mauro em 1987.

Ainda segundo Franchini (2016), o Parque da Prainha (Figura 65) foi inaugurado em 1989, o projeto contava com um salão de reuniões para a associação de moradores, restaurante, cinco bares, terminal de pesca, píer e palco para apresentações, além de espaço para crianças e adolescentes, com brinquedos e pistas de skate e patins. Atendia desta forma a demanda da associação de moradores e dos pescadores.

Foi demolido em 2009, em função de interesses imobiliários e turísticos de alcance internacional (Franchini, 2016). De acordo com o mesmo autor, com a desconstrução do parque, a Associação de Empresários propôs um novo projeto arquitetônico a ser implantado no mesmo local com a intenção de intensificar a dinâmica turística do local (Figura 25). O projeto foi reformulado em 2013, buscando atender aos interesses da associação de moradores. As obras de reconstrução não foram iniciadas, mas a discussão a respeito dos interesses e do caráter de turismo e negócios, privilegiados pelo projeto, perduram.

Figura 64 – Fotografia construção do Parque da Prainha anos 1980.



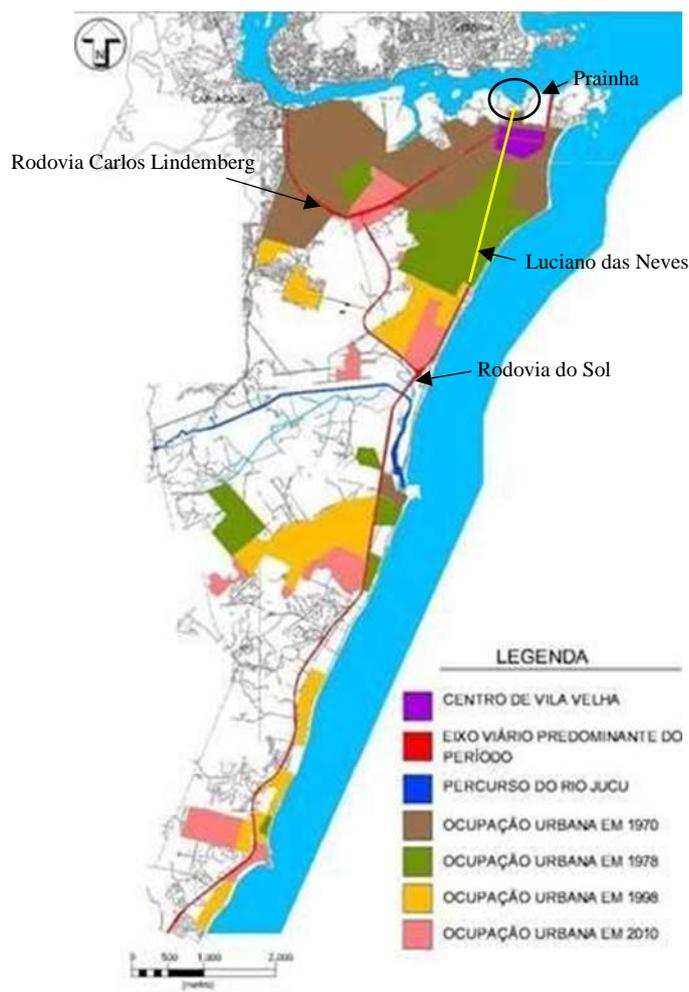
Fonte: acervo pessoal Gether Lima.

No governo de Élcio Álvares (1975-1979) foi implantado o “I Plano de desenvolvimento Estadual”, um dos atos foi o início das obras da Terceira Ponte, uma nova ligação Vitória-Vila Velha, prevista para ser inaugurada em 1981, mas que foi concluída em 1989

(BITTENCOURT, 2006). Essa nova ligação sobre a Baía de Vitória deslocou o eixo de expansão tanto de Vitória para a região do aterro da Comdusa, na Praia do Suá, como de Vila Velha para a região da Praia da Costa, Itapoã e Itaparica.

Garcia (2013) corrobora com esta afirmação e acrescenta que nos anos 1990 ocorreu a maior mudança na forma urbana de Vila Velha, com a expansão urbana do território ao sul do rio Jucu. (Figura 66). A mesma autora, acrescenta ainda que ocupação dessa região ocorre com a consolidação da rodovia ES 060, popularmente chamada de Rodovia do Sol (uma continuação da Rua Luciano das Neves), conectada à nova ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça conhecida como “Terceira Ponte”. Essa ligação nova com a ilha de Vitória mudou o eixo de expansão da cidade que se fazia pela rodovia Lindemberg (ou seja, sentido leste-oeste) e com a ponte e a rodovia do Sol ligando Vila Velha a Guarapari passou a ser a orla do município (sentido norte-sul).

Figura 66 – mapa esquemático ocupação urbana de Vila Velha 1970-2010.



Fonte: GARCIA (2013, p.82), com intervenções da autora.

Figura 67 – quadro esquemático principais fatos históricos, 1950-2019.

1950	Inauguração a rodovia Carlos Lindenberg, início do segundo aterro
1958	Calçamento da Estrada Jerônimo Monteiro.
1959	Primeira lei sobre a Planificação Municipal (Lei nº 478/59).
1960	Inauguração EAMES, na área conquistada com o segundo aterro. Conclusão e pavimentação da rodovia Carlos Lindenberg. Início canalização do Rio da Costa Expansão Luciano das Neves
1970	Vila Velha se torna cidade dormitório Início terceiro aterro
1978	Inauguração do Aquaviário
1981	Inauguração da segunda ponte
1989	Inauguração Parque da Prainha Conclusão terceira Ponte

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

B – Cotidiano na Prainha

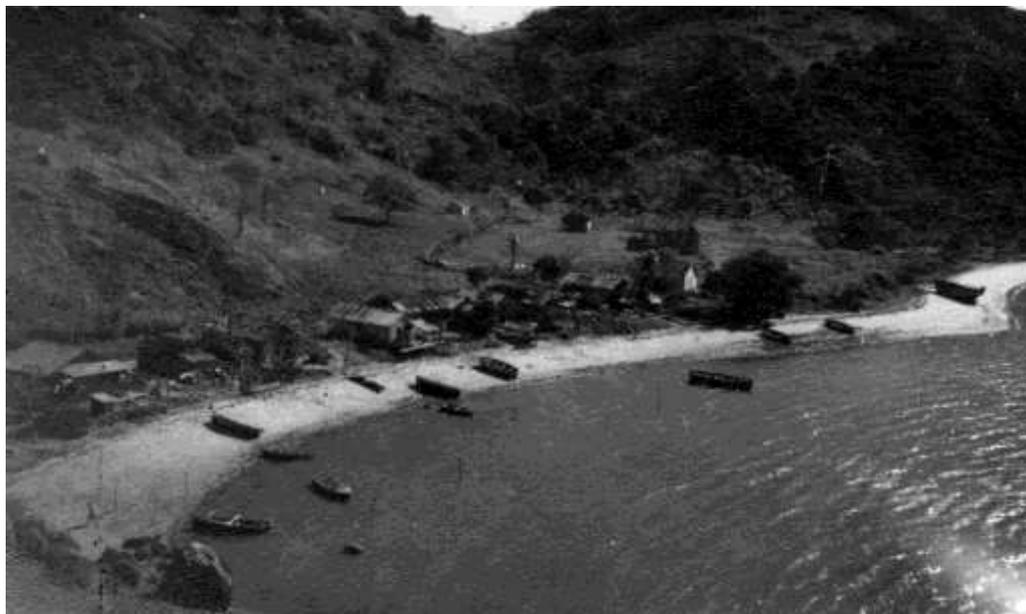
Relação com as águas

Neste período, de 1950 até 2019, a Prainha sofreu grandes modificações na sua relação com as águas. A primeira grande transformação diz respeito ao segundo aterro, que apagou a praia de Inhoá (Figura 68) e a ilha da Forca, à sua frente. Esta, segundo Santos (1999), recebeu este nome por ser o local de punição dos criminosos no período colonial. Antes do aterro, como já relatado, a praia de Inhoá, abrigava uma colônia de pescadores que deu lugar à Marinha – EAMES (Figura 69). Os pescadores foram transferidos para um local na Rua Dom Jorge de Menezes, no sopé do Moro do Convento da Penha, onde funcionava o antigo matadouro Municipal. Pode-se supor, além das mudanças na paisagem, o que significou para esta comunidade a anulação do seu local de moradia, trabalho e lazer, ao mesmo tempo.

Para os vila-velhenses antigos, esta ilha jamais passou de um aprazível recanto junto da Praia de Inhoá, onde as crianças filhas de pescadores ali residentes brincavam e iniciavam no aprendizado da pesca dos pais que preparavam as linhas com anzol de alfinete e isca de miolo de pão como comentamos anteriormente. A Ilha da forca fica no interior da angra da Prainha diante da Pedra do Cruzeiro e a Praia do Morro de

Inhoá. Hoje, dela só se avista pequeno pedaço, emergindo do aterro pertencente à escola de Aprendizes- Marinheiro. ” (SANTOS, 1999, p.47)

Figura 68 – Fotografia colônia de pescadores na praia de Inhoá, anos 40.



Fonte: PMVV

Figura 69 – Fotografia área EAMES, em destaque antigo local Ilha da Força.



Fonte: PMVV

O terceiro aterro da Prainha, na década de 1970, afastou definitivamente a linha do mar e as

práticas de lazer relacionadas às águas, dando origem a um imenso vazão. Este terreno conquistado pelo aterro, posteriormente deu lugar ao Parque Estadual da Prainha e ao Aquaviário, que fazia da Prainha, um importante eixo de ligação pelas águas com a capital, Vitória (Franchini, 2016).

O Rio da Costa foi desviado de seu curso natural e parcialmente ocultado em 1962 quando foi concluída a obra do canal da Costa, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. A obra havia sido iniciada pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais - DENERU, ainda na década de 1950. Atualmente este rio está degradado e esquecido, devido à grande ruptura de sua relação com a cidade e a população seja no que diz respeito ao lazer, ou ao trabalho. Devido a despejos de esgoto doméstico e de pequenas indústrias, o antigo leito se encontra totalmente poluído. (Ferreira e Souza Filho, 2019)

Com a desativação do Aquaviário no final da década de 90, mais uma vez a relação direta com as águas na Prainha foi desprivilegiada. Na atualidade, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) do município de Vila Velha, classifica a Prainha, nesta região do Sítio Histórico como imprópria para banho, restando assim, apenas a atividade de contemplação do mar e a venda de pescados, tradição que ainda resiste, tanto artesanalmente, por pescadores autônomos que ali ancoram seus pequenos barcos, quanto pela cooperativa de pesca que funciona no local.

Com relação ao córrego Enserica, não foi possível saber ao certo quando foi canalizado, mas nenhum tipo de documento deste período seja, cartográfico, fotográfico ou textual faz referência à sua existência ou às atividades exercidas em suas águas, levando a conclusão de que já não fazia mais parte do cotidiano da população como no período anterior.

Vida social

Quanto à vida social, a Prainha perdeu seu protagonismo neste período com o acelerado crescimento populacional da cidade de Vila Velha e a consequente criação de novos bairros e novas centralidades nos novos eixos de expansão.

Na década de 1950, segundo Santos (2011, p.29) “(...) na igreja de Nossa Senhora do Rosário feita pelos padres jesuítas em 1551, já não cabia tanta gente, invariavelmente uma centena de fiéis ficava do lado de fora”, sendo necessária a construção de um novo templo. Assim, em 1958, foi inaugurado o Santuário Divino Espírito Santo, próximo à nova praça Duque de Caxias. A partir de então, os frequentadores da Igreja Nossa Senhora do Rosário diminuíram, passando a ser em sua grande maioria, apenas os residentes da Prainha.

A partir de 1951, com a rodovia Carlos Lindenberg concluída, os ônibus passaram a concorrer com o transporte de bondes, que desapareceram cerca de dez anos depois, afetando certamente o movimento no entorno das praças e ruas da Prainha, por onde passavam os trilhos dos bondes.

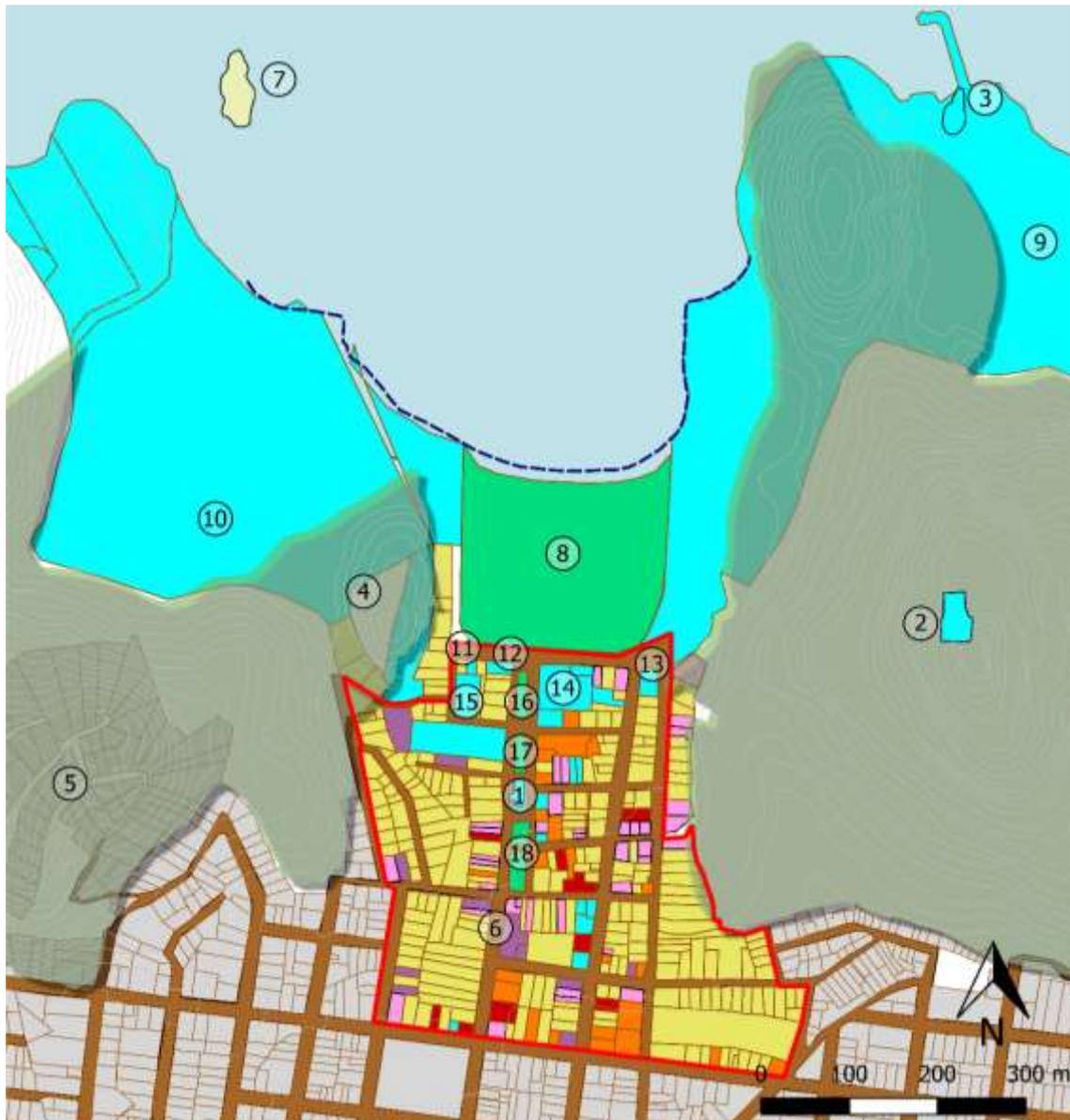
Uso do solo em perspectiva histórica

Ainda na década de 1960, com a construção da nova Praça Duque de Caxias e a sede da Prefeitura, um novo centro de comércio e serviços se instalou ao sul do centro histórico.

A área de estudo atualmente, é majoritariamente residencial (Figura 70), com comércio local formado principalmente por pequenos bares, lanchonetes e restaurantes. Nas ruas adjacentes à entrada do convento de Nossa Senhora da Penha encontram-se pequenas lojas, onde o comércio de lembranças turísticas e religiosas é a principal atividade.

O uso institucional também é bastante expressivo, mantendo a tradição da vila colonial, quando a Prainha era o centro político e administrativo da capitania do Espírito Santo. No final da década de 1980 e começo da seguinte, instalaram-se ali a Câmara de vereadores e o fórum de Vila Velha, encontram-se ainda na área a Delegacia de Defesa da Mulher, um posto de distribuição dos correios, a sede em Vila Velha da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o 38º batalhão de infantaria do exército Brasileiro, a escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo (EAMES), uma unidade de saúde da Prefeitura e a Universidade Aberta do Brasil.

Figura 70 – Mapa de uso do solo 2019.



- | | | |
|-----------------------------------|--|-----------------------------|
| ① Igreja Nossa Senhora do Rosário | ⑪ Museu Homero Massena | □ Lotes Atuais |
| ② Convento Nossa Senhora da Penha | ⑫ Casa da Memória | --- Linha do Mar Atual |
| ③ Forte São Francisco Xavier | ⑬ Câmara de Vereadores | ■ Área Livre de Uso Público |
| ④ Morro do Inhoá | ⑭ Fórum | ■ Comercial |
| ⑤ Morro do Jaburuna | ⑮ Escola de 2º Grau Godofredo Schneider | ■ Desocupado |
| ⑥ Rua Luciano das Neves | ⑯ Praça Almirante Tamandaré | ■ Institucional |
| ⑦ Ilha Maria Catoré | ⑰ Praça da Bandeira | ■ Mista |
| ⑧ Parque da Prainha | ⑱ Praça Capitão Otávio Araújo | ■ Residencial |
| ⑨ 38º Batalhão de Infantaria | □ Polígono do Sítio Histórico da Prainha | ■ Serviços |
| ⑩ EAMES | ■ Vias Atuais | |

Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

De acordo com Roberto Abreu, membro da Casa da Memória de Vila Velha, a Câmara de vereadores no município, funcionou por certo tempo em cima do Clube Gardênia Azul, na rua 23 de maio, sendo transferida para a Praça Duque de Caxias em 1960, no mesmo prédio da nova Prefeitura, deixando a Prainha e retornando no final dos anos 1980, instalando-se na sede atual localizada na praça Pedro Palácios.

Além destes usos, encontram-se na Prainha, muitos escritórios e pontos turísticos importantes como o convento Nossa Senhora da Penha, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, o Museu Homero Massena e a Casa da Memória.

Com relação aos clubes, que no período anterior estiveram muito presentes no cotidiano dos moradores não existem mais. O clube Golfinho encerrou suas atividades por volta dos anos 1970, muito em função da abertura de outros clubes como o Libanês na Praia da Costa. O último remanescente, foi o clube Olímpico, que passou a funcionar onde hoje é a Universidade Aberta do Brasil até 2004.

As escolas também muito marcantes nas primeiras décadas do século XX, foram migrando para outros bairros, sendo a Escola Estadual de Ensino Médio Godofredo Schneider a única da Prainha.

Os espaços públicos livres são bastante apropriados pela população, sendo moradores locais ou turistas. O parque da Prainha, apesar de ter sido desconstruído pelo poder público, continua sendo muito utilizado, conta com pouquíssima infraestrutura, uma quadra de futebol, a área destinada à venda de frutos do mar e nada mais, apenas um grande espaço vazio, usado para descanso, passeio de bicicleta ou apreciar a vista da baía de Vitória. A prefeitura tem promovido no local eventos gastronômicos e culturais como o Festival de Jazz e Blues, em sua terceira edição, a Oktoberfest do Espírito Santo, um controverso rodeio, além das festividades já tradicionais da festa de Nossa Senhora da Penha. Nestas ocasiões, a área do parque ganha infraestrutura provisória como tendas, palco, banheiros e iluminação, situações em que o entorno das praças também se movimenta (Figura 71).

Figura 71 – Montagem fotografias do Festival de Jazz e Blues no Parque da Prainha, em sentido horário, o entorno das praças ocupado, o palco montado e a área do Parque da Prainha na mesma noite.



Fonte: Fotografias da autora, 2019.

O mais tradicional evento religioso do Estado, a Festa da Penha, celebrada de forma ininterrupta desde 1571, tem início no domingo de Páscoa e segue por oito dias, encerrando no dia de Nossa Senhora da Penha, com uma celebração, que acontece na área do parque da Prainha (Figura 72). A programação inclui além das missas, diversas romarias e apresentações culturais, esta atividade religiosa, coloca a Prainha em perspectiva nacional, atraindo cerca de 1,5 milhão de pessoas em 2019, segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo (SETUR-ES). As praças à frente da igreja Nossa Senhora do Rosário, a da Bandeira e a Praça Tamandaré e a Praça Otávio de Araújo, situada na parte posterior, passaram por diferentes configurações espaciais durante este período, mas sempre foram palco de práticas sociais que perduram até os dias de hoje.

Figura 72 – Fotografia da missa de encerramento da Festa da Penha no Parque da Prainha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Segundo Aguiar Filho (2017), na área de estudo, no período do primeiro mandato do prefeito Américo Bernardes (1963-1966)¹⁵ as praças da Prainha foram remodeladas mais uma vez e a Avenida Beira Mar foi concluída, com o corte de uma centenária castanheira. A praça Almirante Tamandaré, foi construída em 1964, segundo a Lei nº 802, datada de 23 de junho de 1964:

Autoriza construção da praça.

O Prefeito Municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo: faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a construir uma praça no trecho compreendido entre as ruas Capitão Freitas e Pedro Palácios até a prainha, local denominado palmeiras, nessa cidade.

Art. 2º - Fica igualmente autorizado o Prefeito Municipal a denominar Praça Almirante Tamandaré a de que fala o art. anterior.

Art. 3º - Os recursos para cobertura das despesas da presente lei correrão à conta da verba 414-8-89.4 do orçamento vigente, podendo ser suplementada oportunamente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Analisando a Figura 73, nota-se as Palmeiras Imperiais que davam nome ao local, como visto no texto da lei acima, o trilho dos bondes e a Praça da Bandeira já constituída, com meio fio e canteiros. Pode-se chegar à conclusão, portanto, que esta foi a última praça a ser construída, apesar de já ser utilizada como tal, como visto no período anterior. Atualmente, ainda abriga as

¹⁵ No dia 15 de setembro de 1966 afastou-se para disputar a eleição para deputado estadual e seu segundo mandato foi no período de 1977 a 1982.

palmeiras, um busto do almirante Tamandaré e um ancora, presenteada pela Marinha na época da construção da praça (Figura 74). Estão ali localizados também, um ponto de bicicletas compartilhadas, a Casa da Memória e o Fórum.

Figura 73 – Fotografia das Palmeiras Imperiais e Praça da bandeira.



Fonte: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/historia-das-palmeiras-imperiais.html>, visitado em 28/06/2019.

Figura 74 – Fotografia praça Almirante Tamandaré.



Fonte: fotografia tirada pela autora (2019).

A Praça da Bandeira (Figura 75), que foi palco das retretas do coreto no período anterior, continua muito frequentada por sua localização privilegiada bem à frente da Igreja Nossa Senhora do Rosário. É bastante sombreada e aos fins de semana os restaurantes do entorno colocam mesas ali, fazendo do espaço público uma extensão do seu ponto comercial. Também muito utilizada pelos estudantes na saída dos turnos da Escola Estadual Godofredo Schneider.

Figura 75 – Fotografia praça da Bandeira, em direção ao mar.



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2019).

A terceira praça, a Otávio Araújo, localizada na parte posterior da Igreja do Rosário, é a que tem maior movimento, seja durante o dia ou à noite, em todos os dias da semana. Este fato pode ser justificado tanto pela presença de um ponto de ônibus, de uma banca de revistas, de bares e lanchonetes nas ruas laterais quanto pela sombra proporcionada por frondosas árvores.

Um evento mensal desde dezembro de 2017, a Rua das Artes (Figura 76), tem a proposta de reunir arte e cultura na Prainha, com barracas de produtos artesanais, comidas e atrações musicais. O projeto é uma iniciativa de artistas locais com o apoio da Prefeitura Municipal de Vila Velha e o SEBRAE e acontece na rua 23 de Maio, nestes dias fechada ao trânsito de veículos. A praça Otávio de Araújo torna-se o palco das atrações culturais e musicais.

A rua Luciano da Neves foi calçada com paralelepípedos neste período, entre 1951 e 1954. Hoje é uma importante via arterial da cidade de Vila Velha; começa na Av. Antônio Ferreira de Queirós, no parque da Prainha, se alarga após a Rua Henrique Moscoso, já fora dos limites da região da Prainha, e se torna Avenida Luciano das Neves, cortando a cidade no sentido norte-sul, fazendo a ligação da Prainha, no centro da cidade, com a praia de Itaparica e a Rodovia do Sol.

Figura 76 – Montagem fotografias do evento Rua das Artes, rua Vinte e Três de Maio e praça Otávio Araújo.



Fonte: Divulgação Rua das Artes.

Na Prainha (Figura 77), continua sendo uma via local, a principal via de saída da Prainha. Em setembro de 2017, a prefeitura implantou o projeto Zona 30 para um trânsito seguro na Prainha. O conceito do projeto segundo a PMVV, é compartilhar a via com outros modais: ciclistas e pedestres. A Rua Luciano das Neves recebeu sinalização e faixa de pedestre elevada. O projeto consolida a apropriação da rua pela população que já existia antes de sua implantação. Neste período de 1950 até os dias atuais, ocorreram mudanças significativas na cidade de Vila velha e no estado do Espírito Santo que refletiram no cotidiano da Prainha. Um rápido crescimento populacional, a falta de infraestrutura para suportar este crescimento, a verticalização e o surgimento de assentamentos informais, não afetaram de forma direta a Prainha, que já estava bem consolidada e, de certa forma, protegida da verticalização e adensamento por leis de proteção à visibilidade do convento de Nossa Senhora da Penha. No entanto, deixou de ser protagonista da vida social da cidade e fortaleceu seu caráter residencial.

Figura 77 – Fotografia rua Luciano das Neves na prainha, apropriada por estudantes.



Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2018

Continua como polo de atração no que se refere a instituições públicas e ao turismo, mas no que se refere ao comércio, o público é bastante local. Sua localização geográfica, entre dois morros e a baía de Vitória, e o conseqüente crescimento da cidade em outras direções, fizeram com que se tornasse um local de destino e não de passagem. As vias, apenas com trânsito local, se diferenciam tanto em velocidade quanto em ruído, ainda que tenham continuidade fora dos limites da Prainha, existe uma ruptura quando atravessam a rua Castelo Branco em direção ao Sítio Histórico. Visitas de campo constantes em dias de semana e horários diversos, demonstraram que os espaços públicos, em especial as praças, são apropriados pela população não só em dias de festividades, mas todos os dias. Sempre há alguém, sentado nos bancos, no ponto de ônibus, em frente à igreja Nossa Senhora do Rosário, nas calçadas dos bares e lanchonetes. Vale salientar a resistência dos pescadores artesanais que ancoram seus barcos na enseada e das Cooperativas que juntos, mantêm a tradição da venda de pescados na área.

C- Análise Morfológica

Os mapas deste período, entre 1950 e 2019, encontrados durante a pesquisa, nos quais figuram as vias de Vila Velha são os Cadastros imobiliários urbanos do Município de Vila Velha de 1970 (Figura 78), 1982 (Figura 79) e 1991. Vale ressaltar que nestes não estão marcados lotes ou edificações, apenas quarteirões, sendo a pesquisa mais uma vez concentrada nas vias. Nos mapas de 1970 e 1982, pode-se perceber a evolução dos aterros da enseada e da canalização do

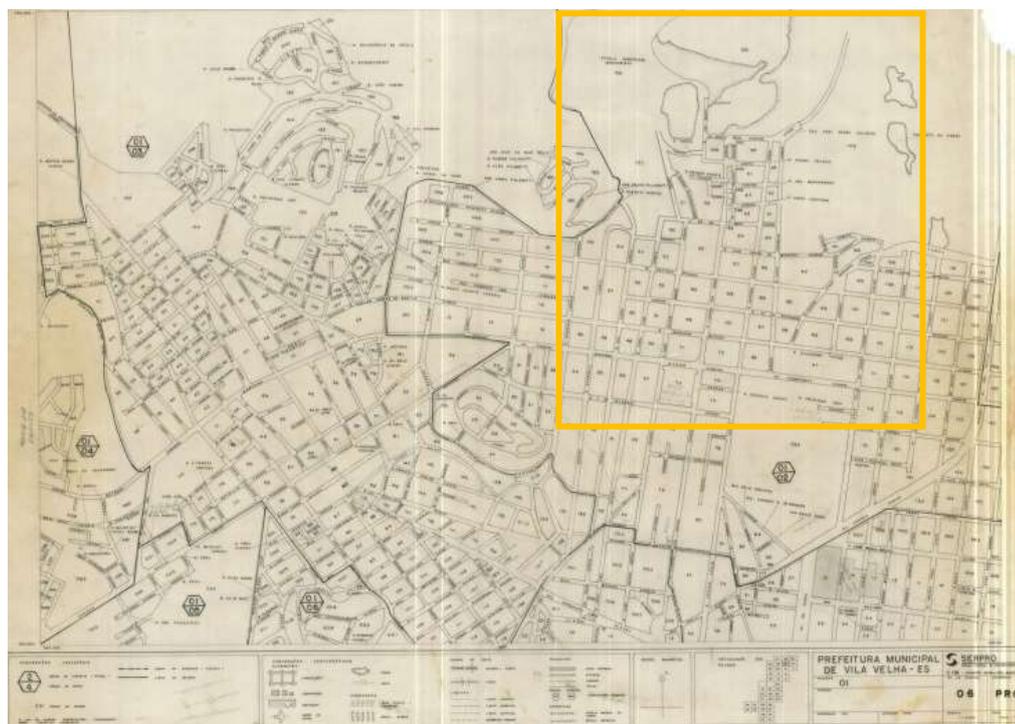
Rio da Costa, enquanto o de 1991 encontra-se, em termos de estrutura viária, igual à ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, que será utilizada para a sobreposição. Sendo assim o mapa de 1991 foi descartado, enquanto os outros dois foram redesenhados (Figuras 80 e 82) e georreferenciados para sobreposição com à ortofoto (Figuras 81 e 83) para possibilitar a análise dos processos morfológicos.

Figura 78 – Montagem, mapa de 1970 e área da Prainha ampliada.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha com intervenções da autora.

Figura 79 – Montagem, mapa de 1982 e área da Prainha ampliada.



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha com intervenções da autora.

Figura 80 – Redesenho mapa de 1970.



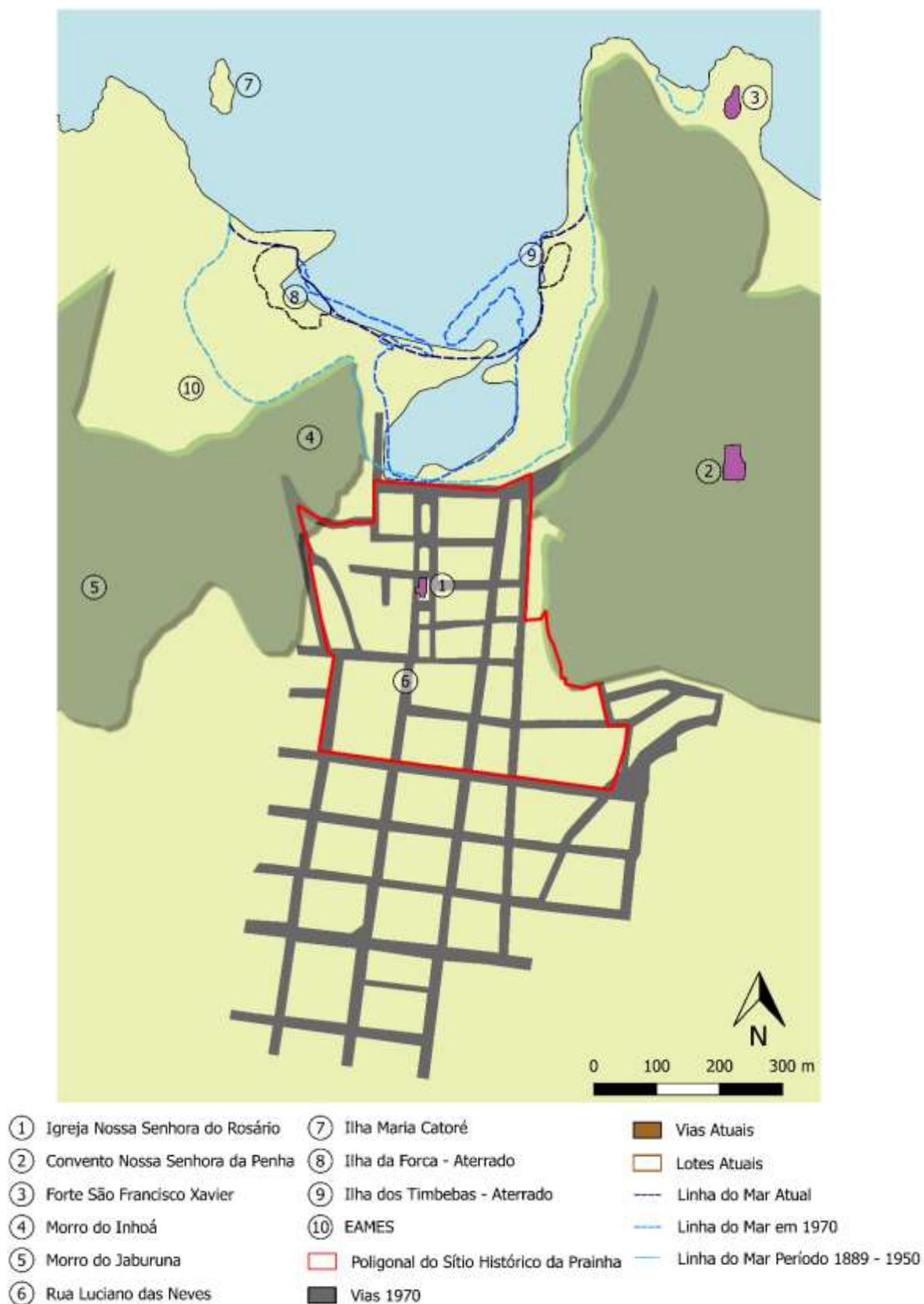
Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

Figura 81 – Sobreposição dos mapas de 1970 e atual



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

Figura 82 – Redesenho mapa de 1982.



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

Figura 83 – Sobreposição dos mapas de 1982 e atual



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

No segundo período evolutivo da República, o processo morfológico mais evidenciado é o de adição, com o acréscimo de áreas resultantes do segundo aterro iniciado em 1950, do terceiro, cerca de vinte anos depois e da canalização do rio da Costa. Estes acréscimos, em contrapartida geraram o apagamento de outros elementos. Com o segundo aterro, a área acrescida foi usada pela Marinha Brasileira para a instalação da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo - EAMES e apagou a Ilha da Forca e a praia de Inhoá. A área conquistada pelo terceiro aterro foi utilizada para a construção do Parque Estadual da Prainha e do Aquaviário e apagou a ilha dos Timbebas e o cais dos Padres.

Nestes casos, o processo de adição não se refere à extensão dos traçados das vias ou do tecido urbano, apenas uma extensão territorial, uma justaposição de áreas criadas com finalidade única, ainda que no caso do Parque da Prainha não previamente determinada.

O desvio e a canalização do Rio da Costa, na década de 1960, com o afastamento do leito do rio do pé do morro do Convento Nossa Senhora da Penha e sua canalização, quase que paralelamente à orla, originaram grandes porções de terra junto ao núcleo central da nova praça Duque de Caxias. Neste caso, influenciou no traçado e expansão das vias, sendo o antigo caminho do rio um elemento de permanência morfológica, um processo de estagnação, onde sua forma anterior, originou a Rua América do Sul, já no mapa de 1970 e consolidada no mapa de 1982.

Com a comparação dos mapas, do período anterior de 1889-1950 com os de 1970 e 1982, fica muito evidente a redução paulatina da presença das águas, tanto pelos aterros que afastaram a linha do mar da enseada, como também pelo ocultamento do córrego Enserica e do Rio da Costa.

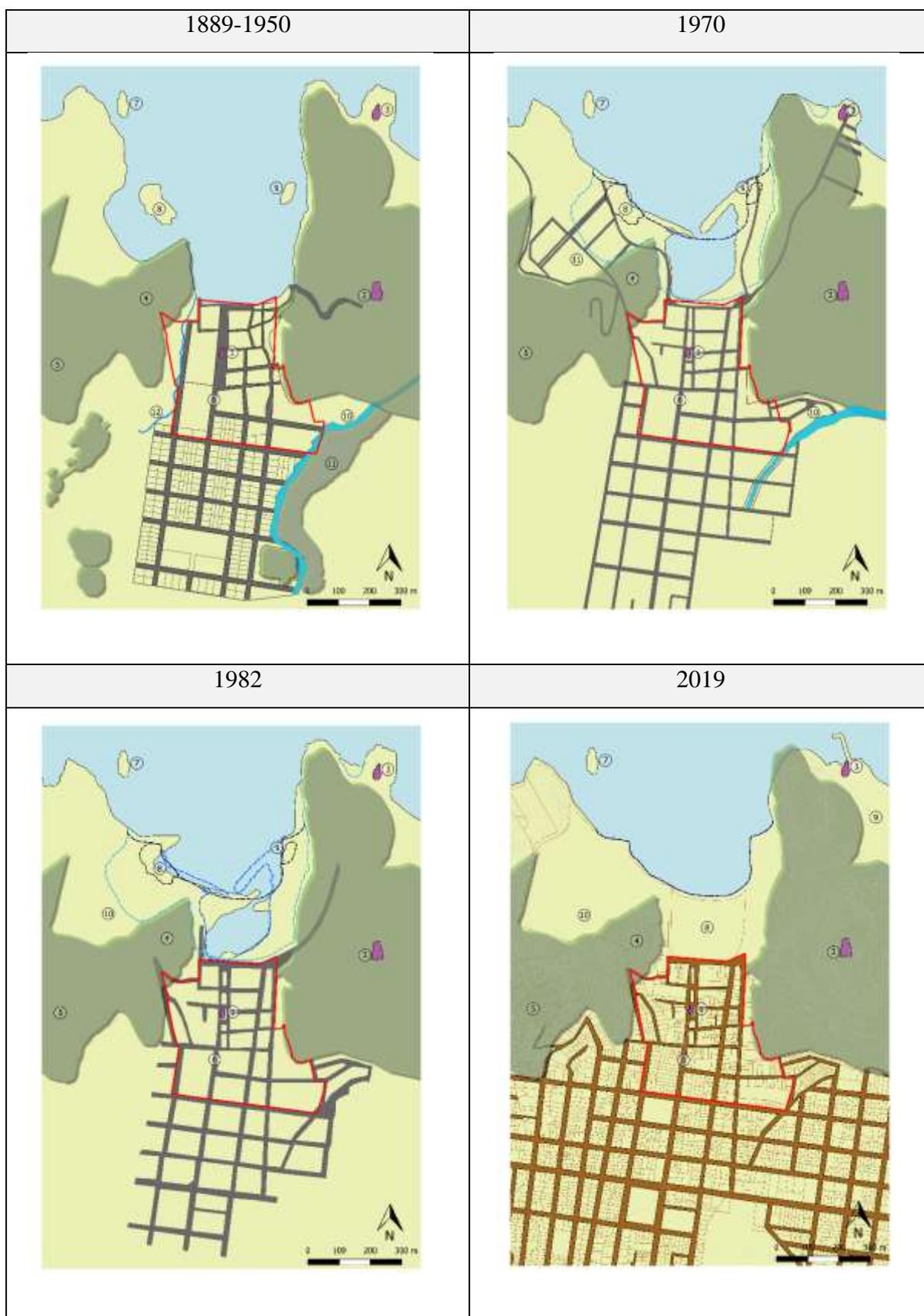
No que diz respeito ao sistema viário, em geral, nota-se com relação ao período anterior, um processo de estagnação, de permanência, onde as maiores metamorfoses dizem respeito ao calçamento das vias, colocação de meio fio, retirada dos postes de iluminação das faixas de rolamento, enfim, melhorias urbanas sem modificação do traçado urbano (Figura 84).

Figura 84 – Fotografia rua Antonio Athaide 1960.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Vila Velha

Figura 85 – mapas comparativos sistema viário período Republicano.

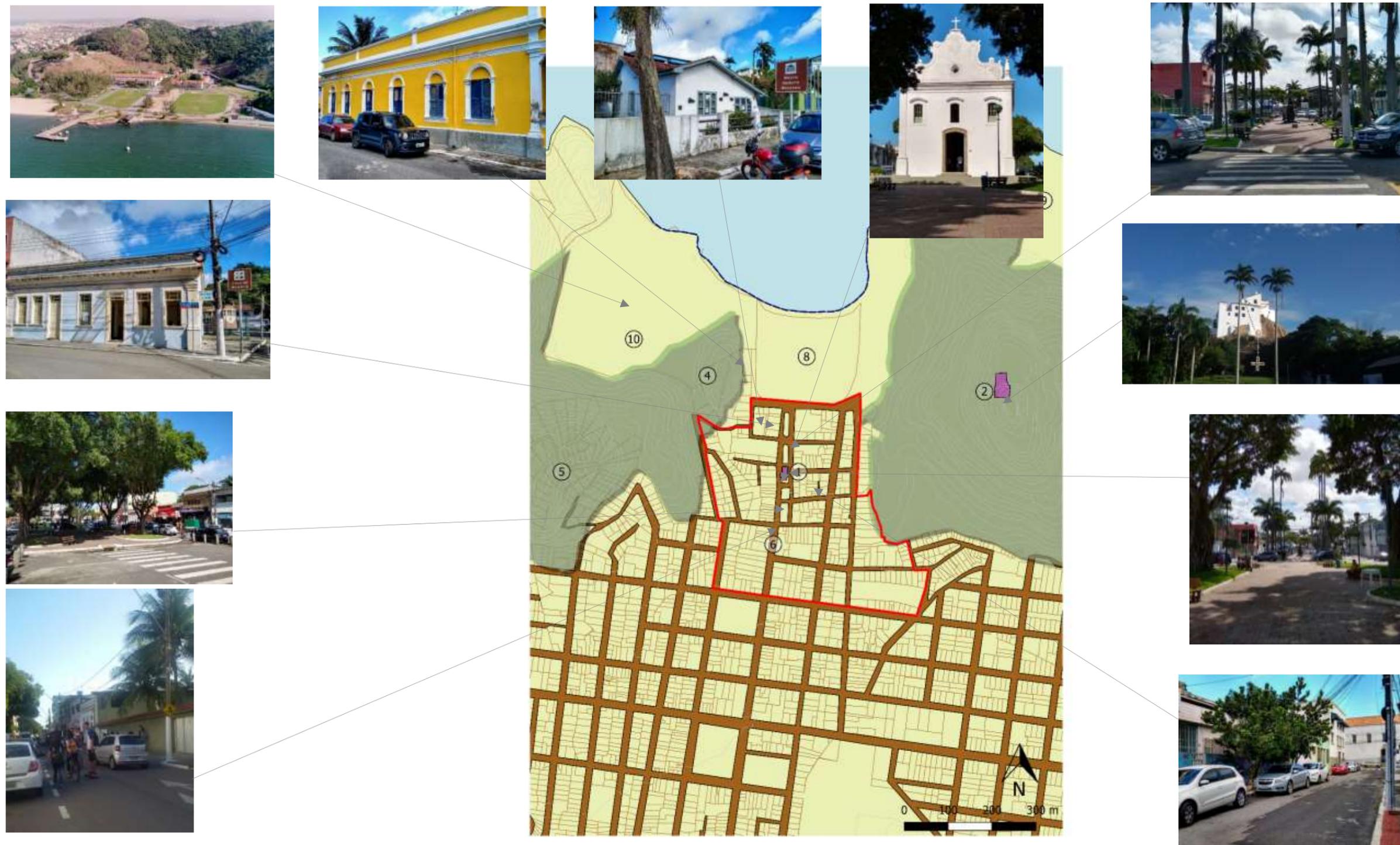


Fonte: Elaborado pela autora 2019

A tábua comparativa dos mapas no período republicano (Figura 85), mostra que a partir do mapa de 1971, o traçado viário se mostra praticamente inerte, uma exceção é o trecho onde estava o leito do rio da Costa, que deu origem a uma via de traçado semelhante ao caminho das águas, agora ocultas, fugindo totalmente do padrão das ruas adjacentes, mostrando o antigo curso das águas, como uma permanência morfológica, um vestígio do passado. Apesar do caminho que faz a ligação da Prainha ao convento Nossa Senhora da Penha, conhecido como Ladeira da Penitencia ou Ladeira das Sete Voltas estar representado apenas no primeiro mapa do período de 1889-1950, é possível constatar sua existência atual *in loco*, o que permite concluir que se trata de um elemento de persistência morfológica. Outra constatação é o afastamento ou mesmo apagamento das linhas de água, de forma gradativa.

No próximo capítulo, retornando no tempo ao período Imperial 1822-1889, a análise de documentos textuais, documentais e cartográficos, visa dissecar mais uma vez as camadas históricas que podem estar sobrepostas. Neste período, foram identificados elementos, através das análises, que foram apagados, transformados ou permaneceram. O que se objetiva com este retrocesso no tempo, ainda que ciente da escassez de documentos relativos aos períodos anteriores, é detectar as novas metamorfoses e se os elementos que se mostraram como permanências já estavam de alguma forma documentados.

Figura 86 - Montagem de fotografias atuais com a marcação do sítio histórico da Prainha e sua localização. Em sentido horário de baixo para cima: rua Luciano da Neves, praça Otávio Araújo, Casa da Memória, EAMES, edifício da primeira escola estadual, museu Homero massena, Igreja do Rosário, Praça Almirante Tamandaré, Convento da Penha, praça da Bandeira, e Rua onde se localizava a antiga prefeitura.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019. Fontes de cada fotografia citadas ao longo do texto, exceto fotografia da EAMES, Fonte: Wikipédia.

3.2 - Período Imperial – 1822-1889

Em 25 de março de 1824, a Constituição Política do Império do Brasil foi promulgada. Foram criadas as câmaras em todas as cidades ou vilas existentes, às quais caberiam o governo econômico e municipal. Estas eram eletivas e o vereador com maior número de votos, seria o presidente (Gurgel, 2010).

Em 1828, de acordo com Novaes (1974) Vila Velha tinha apenas 1520 habitantes enquanto a Vila de Vitória, contava com 12.704 moradores.

Em 1841, um relatório do presidente da província, José Joaquim Machado de Oliveira, descreve um acentuado decréscimo da população de Vila Velha. Em 1833, 1440 habitantes e em 1839, 880 habitantes. (Gurgel, 2010, p.23)

Chalhub Junior (2009, p.96) afirma que a “forma de ocupação do território urbano na Vila era apenas a extensão da economia rural e de exploração dos recursos naturais” e que documentos que poderiam detalhar as leis, ou obras de urbanização deste período inexistem.

De acordo com Gurgel (2010), o prédio da câmara e cadeia funcionava precariamente, chegando às ruínas em 1848, quando o presidente da Vila era Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Em 1855, o prédio veio a ruir de fato e o então presidente Sebastião Machado Nunes adquiriu pela quantia de 1:000\$000 reis, uma casa na antiga rua da Matriz esquina com a atual Rua Coronel Mascarenhas.

Na administração do Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, no ano de 1877, o pequeno prédio, destinado às sessões da câmara municipal e prisão, era constituído de apenas um quarto, com porta gradeada. Este, em situação crítica, foi reedificado e funcionou como Câmara e cadeia até o ano de 1932 (Gurgel, 2010).

Por meio dos relatos de Levy Rocha sobre a viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, em 1860, é possível fazer uma leitura de como se encontrava Vila Velha na época. Segundo este relato, D. Pedro II teria visitado além do Convento de Nossa Senhora da Penha e da Matriz Nossa Senhora do Rosário, uma escola, a casa que servia de Câmara Municipal e Cadeia e a fortaleza S. Francisco Xavier da Barra de Piratininga. A comitiva teria passado ainda pela fonte pública de Inhoá e por algumas velhas casas coloniais. Naquele tempo, a viagem de Vitória a Vila Velha era feita de barco e existia, ao lado do portão de entrada do convento, um antigo barracão servindo de cais, conhecido como cais dos Padres, que recebeu uma ponte de madeira para o desembarque de Suas Majestades. D. Pedro teria anotado: “O lugar da Vila velha é uma várzea

excelente para uma cidade, com enseada abrigada e perto da costa; só o medo dos caboclos faria mudar os habitantes para Vitória. ” (D. Pedro II apud ROCHA, 1980, p.86).

Constam ainda no relato as impressões sobre o acesso ao convento, hoje conhecido como ladeira da penitência, o calçamento com pedras irregulares, escorregadias e algumas com declive bem acentuado:

A ladeira é toda bordada de muro baixo e por fora mato, e no pé da morada do Palácios há uma pedra grande com nicho feito não sei quando no lugar em que palácios adorava a imagem da Virgem que fugia para o alto do penhasco. (D. Pedro II apud ROCHA, 1980, p.116).

Em 1862, as dependências do Forte de São Francisco Xavier de Piratininga (atual 38° BI) foram cedidas à Marinha do Brasil, passando a funcionar ali, a Escola de Aprendizes-Marinheiros, no entanto, esta escola foi extinta em 1866.

Em Vila Velha a água era obtida da Fonte de Inhoá, considerada de excelente qualidade.

Pouco a pouco, a pioneira fonte de Vila Velha ampliou seu status e passou a ser canalizada. Primeiro, virou caixa d'água de Inhoá, cuja obra foi sancionada (lei nº 25) pelo presidente da Província, Francisco Ferreira Coelho, em 1871. O custo girou em torno de 1:386\$000 réis. Dois anos depois, em contrato firmado com Henrique Gonçalves Laranja, Vila Velha teve água canalizada da Fonte de Inhoá para o chafariz da Praça da Matriz. (CAUS, 2012, p.33)

Figura 87 – Fotografia do chafariz na Praça da Matriz.



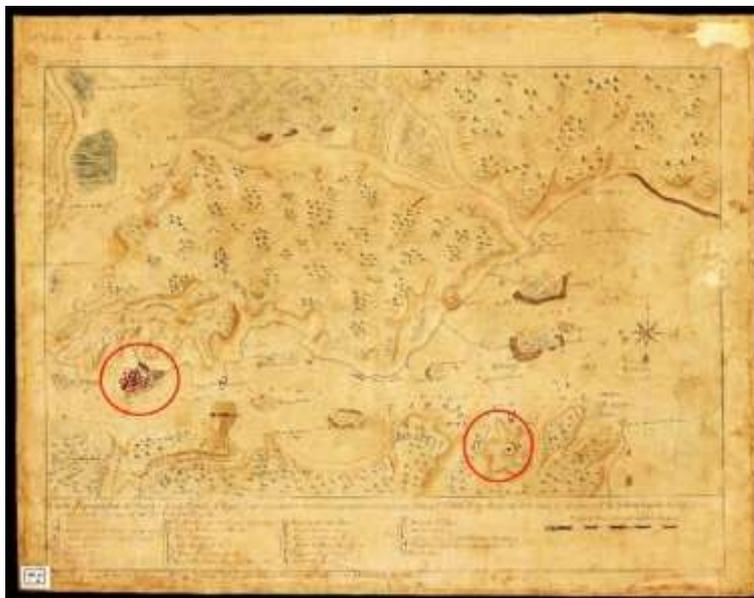
Fonte: CAUS (2012, p.34)

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município tinha 3000 habitantes em 1872 (CHALHUB JUNIOR, 2009, p.100).

Os registros cartográficos encontrados deste período são os mapas de 1853, a Carta Topographica da Barra e Rio do Espírito Santo e o de 1888, o Plano Hydrographico da Barra e

Porto da Victória, estes, bastante figurativos. Contudo, é possível perceber uma ocupação muito mais expressiva na ilha de Vitória do que em Vila Velha (Figuras 88 e 89), representada em ambos.

Figura 88 - Mapa de 1853, Vitória à oeste e Vila Velha à leste.



Fonte: Biblioteca digital Luso Brasileira com intervenções da autora.

Figura 89 - Mapa de 1888, Vitória à oeste e Vila Velha à leste.

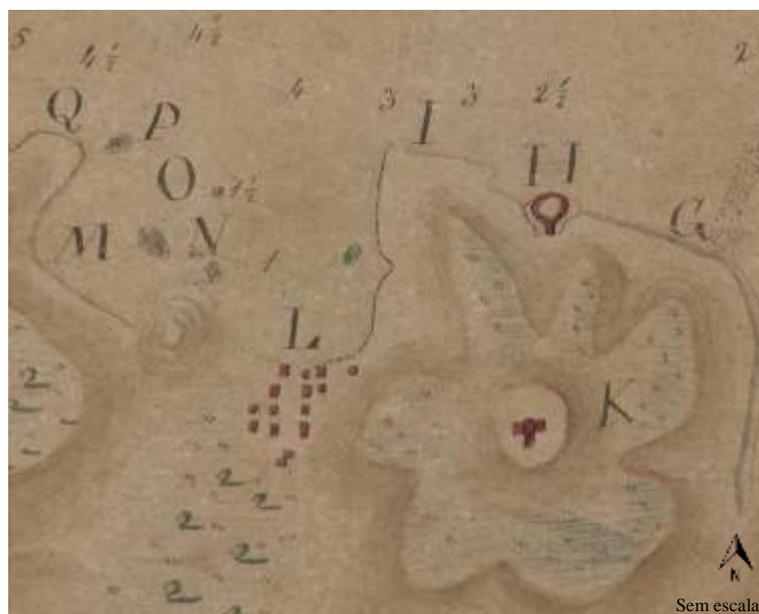


Fonte: Arquivo Público do estado do Espírito Santo com intervenções da autora.

Através da ampliação dos mesmos mapas (Figuras 89 e 80), destaca-se o registro da Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento de Nossa Senhora da Penha, além do Forte Piratininga em ambos. A Ladeira da Penitência, está representada apenas no mapa de 1888, mas sua

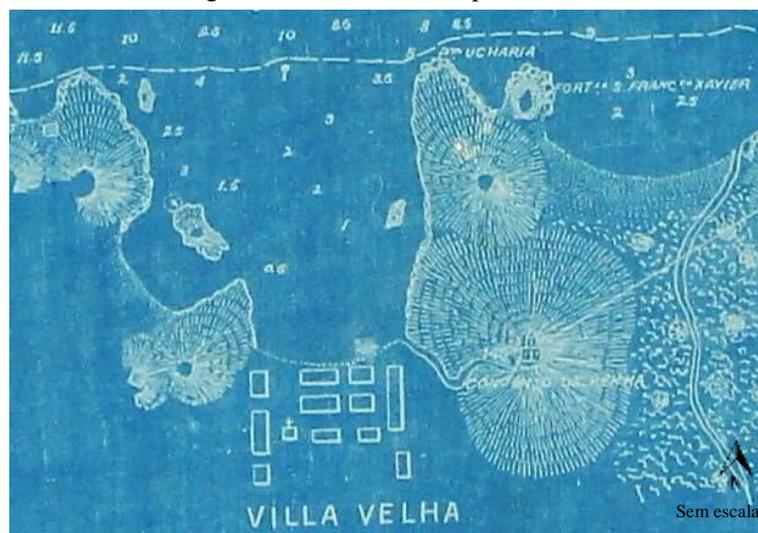
existência pode ser comprovada através dos documentos textuais que relatam a viagem de D. Pedro II, em 1860.

Figura 90 - Recorte nos mapas de 1853.



Fonte: Biblioteca digital Luso Brasileira com intervenções da autora.

Figura 91 - Recorte no mapa de 1888.



Fonte: Arquivo Público do estado do Espírito Santo com intervenções da autora.

Percebe-se ainda a representação das vias, ou caminhos, de formas diferentes nas duas figuras. Enquanto aparecem de forma mais orgânica no mapa de 1853, no mapa de 1888, aparecem de forma mais ortogonal. Ainda em relação à forma urbana, ainda que não se possa afirmar,

acredita-se que enquanto no primeiro mapa as ilustrações se referem às edificações, no segundo parecem se referir a uma organização em quadras, ou quarteirões, quando se considera a proporção de dimensão em relação à figura que representa a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Uma semelhança encontrada nas duas representações é o caminho que faz a ligação entre a Baía de Vitória e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, o quê acredita-se poder ser considerado um elemento de persistência morfológica, correspondendo a atual rua Luciano da Neves, ainda que de forma incipiente, na sua forma pretérita. Outra semelhança é o espaço livre, o largo no entorno da igreja, representado nos dois mapas.

3.3 – Período Colonial – 1535-1822

Este período inicia com a chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho à capitania do Espírito Santo em 1535 e a fundação da Vila.

No entanto, vale salientar que este não era um território desocupado, segundo Fernandes (2002), habitavam estas terras, índios de língua tupi, como tupiniquins, terminós e goitacazes no litoral e índios de língua gê ou tapuia, como os botocudos (Figura 78), puris, aimorés e uatus, no interior. Os primeiros eram bons remadores e pescadores, grande parte foi exterminada ou obrigada a ir para o interior com a chegada dos portugueses. Alguns topônimos, usados ainda hoje na área, têm sua origem na língua tupi, como Enserica, Inhoá e Timbeba.

Daemon descreve a chegada do donatário:

Chega a 23 de maio deste ano à barra desta capital, tomando por ponto marítimo o pico do Mestre Álvaro, o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, acompanhado dos fidalgos portugueses Simão de Castelo Branco e D. Jorge de Menezes, que vinham degradados, assim como Valentim Nunes, Duarte de Lemos e outros, que o quiseram acompanhar da Bahia, sob diversas garantias; ao todo sessenta pessoas. Entrou o navio à barra; julgando o donatário ser a vasta baía da Vitória um grande rio, e depois das averiguações feitas procurou desembarcar para dentro da ponta do Tubarão ao norte e do monte Moreno ao sul, em uma grande enseada à sua margem direita, a qual julgamos ser a da vila do Espírito Santo e não a de Piratininga como muitos querem, denominando a terra, em que ele ia saltar e os seus, com o nome de Espírito Santo, em comemoração do dia em que a igreja festejava uma das três pessoas da Trindade. (DAEMON,1879, p.107)

Ainda de acordo com o mesmo autor, os índios fugiram para as matas, assustados com o ataque das armas, assim, os portugueses desembarcaram e tomaram conta da terra, assentando a vila entre duas colinas, “como confirmam diversos historiadores e cronistas”.

Almeida (1969, p.9) relata de forma semelhante a chegada de Vasco Coutinho: os índios soltam gritos de guerra e com armas primitivas tentam evitar o desembarque. Coutinho lança alguns

disparos e os índios refugiam-se na floresta. Alguns índios consentem, ainda que desconfiados em relacionar com os portugueses e assim, o donatário desembarca.

De acordo com Rubim (1861, p. 202): “ Tomada a terra, ocuparam-se os colonos em fundar uma povoação junto ao monte à esquerda da entrada da baía, e construíram um forte de madeira para sua defesa”. Levantaram casas de madeira cobertas de palha e aproveitaram da pesca e da caça.

De acordo com a tradição portuguesa, quatro elementos fundamentais deveriam ser erguidos: casa para os colonos, casa maior para administração, outra casa grande para justiça com pelourinho ou uma cadeia em anexo e uma igreja ou capela. (SANTOS, 2011, p.21)

O assentamento, seguindo a conformação indicada por Portugal, foi estruturado a partir de um largo onde, ocupando o menor lado e ligeiramente altaneira, a igreja foi erguida com sua frente voltada para o mar, enquanto os lados maiores foram destinados à moradia dos novos habitantes. (ESPIRITO SANTO, 2009, p.387)

De acordo com Daemon, o donatário ordenou

(...)dar-se princípio a uma povoação neste inculto território, já construindo-se cabanas, já entregando-se ao plantio das sementes que trazia, já edificando-se um forte no lugar onde hoje se acha a fortaleza de Piratininga, como à construção de uma pequena capela próxima à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado rua de São João¹⁶, e talvez com essa invocação, por ser o nome do monarca português, quem o sabe? (DAEMON, 1879, p.110)

Oliveira contesta a construção do forte, segundo este, sua construção teria sido posterior: ”(...) parece mais razoável admitir que a cerca externa, de mais rápida execução, constituiu a obra de defesa do primeiro instante. O forte veio depois. ” (OLIVEIRA,2008, p.10)

Ainda em 1535, foram erguidos um pelourinho e uma forca para correção e execução de criminosos, tanto indígenas quanto portugueses “em uma pequena ilha que existe em frente à pequena enseada da vila do Espírito Santo, e que ainda até hoje conserva o nome ilha da Forca”¹⁷. (DAEMON, 1879, p.111).

Segundo Reis Filho (1968, p.112), os donatários das capitâneas poderiam criar vilas, “com termo e dotadas de Rossio”. O termo era o território municipal e o Rossio, uma parcela deste “utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas, para pastagens de animais de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde. ”

¹⁶ Atual Rua Luciano das Neves

¹⁷ Esta Ilha desapareceu com o aterro da área onde hoje situa-se a escola de Aprendizes marinheiros EAMES.

Em 1537, o donatário Vasco Fernandes Coutinho doa a Duarte Lemos a ilha de Santo Antônio, atual capital do estado. Esta, em torno de 1551, passou a ser a sede da capitania ficando a Vila do Espírito Santo conhecida como Vila Velha, passando a viver à sombra da Vila Nova. A maior parte da população migrou para esta ilha que passou a ser o polo central da administração colonial e porto de escoamento da produção. Essa dinâmica encontra fundamento nos estudos de Nestor Goulart Reis Filho (1968) quando afirma que as atividades econômicas urbanas das colônias, fundamentadas na produção rural da monocultura e sua exportação, criavam uma centralização de atividades, neste caso, concentrando as atividades na ilha de Duarte lemos em detrimento de Vila Velha.

Inspirado pela preocupação de tornar menos precária a segurança dos seus governados, Vasco Coutinho transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo Antônio, onde a defesa era mais fácil, protegida que estava pelas águas circundantes. A tradição e a opinião de vários autores concordam em que a nova povoação foi fundada em 1550. (OLIVEIRA,2008, p.65)

Em 1551 chega um galeão onde vêm quatro padres jesuítas, Afonso Brás, Salvador Rodrigues, Manoel de Paiva e Francisco Pires.

(...) chegaram a esta capitania sendo recebidos com alvoroço pelo povo pela necessidade que tinha de sacerdote, pois só quando tocava algum galeão ou caravelo, que ia ou vinha das capitanias do norte e sul é que auferiam os sacramentos da igreja; é então ouvida pela primeira vez pelos indígenas a palavra sagrada de Afonso Brás, que os admirou e fizera respeitarem-no. Na vila do Espírito Santo, deram o padre Afonso Brás e o irmão companheiro princípio à catequese dos índios, doutrinando e exortando-os, principiando ali uma pequena capela.(DAEMON, 1879,p.119)

O donatário, no começo de 1540 retorna a Portugal com o intuito de aumentar a população da capitania, trazendo novos colonos: “para levar avante a empresa”, (...) só havia um caminho a seguir: ir buscá-los. Foi o que se presume ter levado o donatário ao Reino. (OLIVEIRA,2008, p.51). De acordo com o mesmo autor, provavelmente, teria retornado entre 1547 e 1548. Durante este tempo, ficou na chefia do governo, como seu substituto, D. Jorge de Menezes.

Segundo Freire (2006, p.58), no entanto, logo após o descobrimento do Brasil, o rei D. Manoel obteve o padroado, passando a receber os dízimos, mas também sendo responsável em custear as despesas com os cultos. A mais antiga despesa da Fazenda Real nesta capitania, foi o pagamento de um capelão, em 1545. De acordo com o autor um jesuíta, Leonardo Nunes chegou em 1550, sendo recebido pelo vigário local, doutrinando os escravos a noite, “ em uma praça, junto à igreja, porque não cabiam nesta. ”

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, não se sabe ao certo, mas é considerada uma ampliação da primeira capela construída e uma das primeiras do Espírito Santo, data do ano de 1551, tendo sido construída pelo jesuíta Afonso Braz e o irmão leigo, Simão Gonçalves. Foi arruinada e

reedificada no séc. XVII, passando a abrigar as ações da Irmandade da Misericórdia. (ESPÍRITO SANTO, 2009). A primeira construção era bastante provisória, construída de taipa de mão coberta por folhas de palmeira e a maioria dos escravos assistia a missa do lado de fora devido ao seu tamanho reduzido.

A obra, seguindo o padrão generalizado, próprio das igrejas mais antigas ou de programa mais modesto, apresenta nave única e capela-mor, perfeitamente diferenciadas na largura e pé-direito, e pequena sacristia atrás do altar-mor. Complementarmente, há um coro sobre a entrada. Há indícios de que foram projetadas torres, uma de cada lado do frontispício, de bases quadradas e com comunicação com o interior da nave e com o coro. (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.389)

De acordo com Lima (2015), a Igreja tinha como função, além dos cerimoniais religiosos, difundir as notícias das Províncias e do Reino, e servia como cartório de registros. Havia também um anexo, construído em 1595 a pedido do Padre José de Anchieta, a casa de Misericórdia para abrigar os doentes. Foi elevada à categoria de paróquia em 1750. Quanto às reformas sofridas, a primeira delas foi em 1709, por carta Régia.

Em 1558, chega a Vila Velha o frei franciscano Pedro Palácios e funda o convento Nossa Senhora da Penha neste mesmo ano.

Aporta neste ano à capitania do Espírito Santo, na vila do mesmo nome, o religioso Pedro Palácios, leigo franciscano do Convento da Arrábida, em Portugal, sendo natural de Medina do Rio Seco, em Espanha, não sabendo-se em que mês chegara e em que embarcação, trazendo consigo uma imagem da Senhora da Penha, à qual tinha muita devoção. Auxiliando ao padre Brás Lourenço, deu começo à catequese dos índios que a ele logo se devotaram, não querendo morar senão em uma lapa que ainda hoje existe, na base da montanha, dando logo princípio à fundação de uma ermida no alto da mesma onde hoje se acha o Convento da Penha. (DAEMON, 1879, p. 127)

De acordo com Espírito Santo (2009), o local onde se encontra o Convento Nossa Senhora da Penha, um outeiro situado na entrada da baía de Vitória e muito próximo ao primeiro assentamento, foi escolhido por este frei com o objetivo de abrigar a tela com a representação de Nossa Senhora das Alegrias trazida consigo de Portugal. A primeira ermida foi construída antes de 1570, ano de sua morte, não tendo sua data precisa. Pedro Palácios construiu ainda uma pequena capela dedicada a São Francisco, na base do morro que serviu de moradia ao franciscano. Em 1591, o morro do Convento foi doado à ordem Franciscana por Luiza Grinalda, viúva do segundo donatário da capitania, possibilitando a construção do convento. Depois de quarenta anos aproximadamente, a capela primitiva foi ampliada, se transformando na capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Penha.

Em 1650, o Capítulo Custodial da Bahia autoriza a fundação do convento, prevendo nove celas para religiosos, duas para hóspedes, contando ainda com cozinha, despensa etc. É do ano seguinte o lançamento de sua pedra fundamental, junto à capela.

Em 1750, o convento recebe mais uma ampliação e em 1770 houve a reconstrução da casa dos romeiros. O acesso ao convento conhecido hoje como Ladeira da Penitência, ou Ladeira das Sete Voltas, foi calçado por escravos em 1643. O portão que leva a este caminho foi construído em 1774, ao lado da primeira “morada” do quadro de Nossa Senhora das Alegrias, conhecido hoje como gruta de frei Palácios.

O Cais dos Padres foi construído para receber os materiais para a construção do Convento da Penha, estava situado junto onde hoje é a guarita do 38º BI e existiu até 1960, quando foi aterrado. Esse cais tinha um pequeno depósito, onde os padres guardavam utensílios para a navegação, com canoas que utilizavam para ir e vir pela baía de Vitória.

Em 1561 morre o donatário Vasco Coutinho, em 1564, assume a capitania Vasco Coutinho Filho. Em 1589 falece o segundo donatário, tomando posse do governo sua mulher, D. Luíza Grinalda, que “ continuou a residir em sua fazenda na então Vila Velha, a qual era junto ao monte Moreno e pouco distante da colina do Convento da Penha”. (DAEMON, 1879, p. 149) Oliveira (2008, p.121) relata que, em Portugal, Francisco de Aguiar Coutinho, parente mais próximo de Vasco Fernandes Coutinho pleiteava o direito à capitania. Em 1593, foi reconhecido seu direito à sucessão, D. Luíza Grinalda, então, entregou o governo a Miguel de Azeredo e mudou-se para Portugal. Aguiar Coutinho só assumiu a capitania depois de 1605.

De acordo com Oliveira (2008, p. 169), um donatário que se destacou foi Francisco Gil de Araújo. Adquiriu a capitania de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em 1674, após a licença del-rei (alvará de seis de julho daquele ano), confirmada por carta régia de dezoito de março de 1675. De sua iniciativa, conta-se o forte de S. Francisco Xavier, estrategicamente situado para proteger a entrada da barra de Vitória.

O Forte Piratininga, hoje conhecido como Forte São Francisco Xavier da Barra, foi edificado em 1702, como fortaleza. No entanto, primeiramente no mesmo local foi erguida uma paliçada de madeira, para defesa contra os índios e depois um Fortim, construído de forma emergencial, com pedras amontoadas e alguns canhões. (GONÇALVES, 2017, p. 35)

Vila Velha, “que somente apparencias de villa tinha”, mereceu atenção especial: o donatário “mandou fazer casa da Camara que nunca teve, pelourinho, tudo de pedra e cal e tão perfeito que se não acha villa que a tenha como ella”. A Casa da Misericórdia, de “que não se viam mais que os vestígios”, foi reedificada, “ficando perfeitíssima”. (OLIVEIRA, 2008, p.172)

Em 1708, a Capitania do Espírito Santo foi recomprada pela coroa portuguesa e o distrito da Vila do Espírito Santo foi criado em 1750.

De acordo com Novaes (1974, p.112) em 1811 “Vila Velha tinha quarenta casas cobertas de palha”, Santos (2011) descreve a Vila inicial de 1535 com cerca de 30 casas, ou seja, em todo este período Vila Velha cresceu muito pouco.

Quando o naturalista alemão, o primeiro viajante a cortar o estado do espírito santo de sul a norte por via terrestre (Nascimento, 2018), o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied passou por Vila Velha em 1816, a descreveu:

(...) encontramos na margem sul do rio, não longe da foz, numa linda baía, a Vila Velha do espírito santo, pequena e miserável vila aberta, construída quase toda numa praça. Numa das extremidades fica a igreja, na outra, a "Casa da Câmara" (edifício real ou câmara municipal)". Numa alta colina, coberta de vegetação, junto à vila, ergue-se o famoso convento de Nossa Senhora da Penha, um dos mais ricos do Brasil(...). A vila é formada de baixos casebres de barro e decai a olhos vistos, desde que se fundou a Vila de Vitória, na margem norte. (...) (WIED, 1940, p.139)

Segundo Nascimento (2018), este mesmo viajante enquanto descreveu Vila Velha como pobre e pequena, descreveu a Vila de Vitória de forma oposta, com ruas calçadas e bons edifícios, uma Câmara Municipal grande e o convento dos jesuítas, ocupado pelo governador.

O mesmo autor, descreve as impressões de outro viajante naturalista, Auguste de Saint-Hilaire, sobre Vila Velha no mesmo período. Este, em sua visita a primeira Vila da capitania, aponta como razões para a falta de protagonismo desta, o ataque dos selvagens, a má qualidade das águas, a falta de profundidade dos ancoradouros, e as terras arenosas impróprias ao cultivo. Descreve Vila Velha como um aldeamento, formado apenas por cerca de quarenta cabanas arruinadas, sendo destas, as em melhores condições, juntas até o mar ao lado oposto da igreja.

Deste período, não foram encontrados mapas durante a pesquisa que retratassem as vias da Prainha, no entanto, através destes relatos, pode-se supor que a vida urbana era realmente pouco significativa. No Mapa da Capitania do Espírito Santo, “Demonstração do Spritosanto” de João Teixeira Albernaz de 1670 (Figuras 79 e 80)¹⁸ e no “Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes” (Figura 81) em data imprecisa dos anos 1700, já são encontrados registros pictóricos do Convento Nossa Senhora da Penha, como marco principal e identidade da primeira Vila.

¹⁸ Nota-se que, como na maioria dos mapas dessa época, as ilustrações são vistas de norte a sul e, portanto, parecem da cabeça para baixo.

CAPÍTULO 4

Conclusão

Dois dos elementos que permaneceram pela análise dos mapas, desde 1853 até a atualidade, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento Nossa Senhora da Penha, são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua importância é reconhecida por organismos públicos e população em geral, contribuindo para que a Prainha fosse considerada Sítio Histórico. Desta forma, atualmente, além de representarem a vocação religiosa da Prainha, aparecem como ponto de atração turística.

Outro elemento apontado, em uma primeira análise, a Rua Luciano das Neves, se mostrou como uma persistência morfológica. Não se pode afirmar que o traçado colonial foi preservado por falta de documentação, no entanto, a localização da matriz, do largo e do eixo da Luciano das Neves, foram estruturantes e condicionantes para o traçado evidenciado em 1894, na primeira planta cadastral de Vila Velha. Este, por sua vez, deixou vestígios, à primeira vista não tão evidentes, mas claramente apontados com a sobreposição dos mapas, comprovando a hipótese de que o traçado viário, a planta da cidade, foram os elementos morfológicos mais persistentes, mais longevos. Sofreram adaptações, algumas vias foram retificadas, outras alargadas, outras tantas apagadas, porém nem tudo foi transformado, muitos vestígios materiais permaneceram como demonstrado

A tábua comparativa dos mapas no período republicano (Figura 85), mostra que a partir do mapa de 1971, o traçado viário se mostra praticamente inerte. Uma exceção é o trecho onde estava o leito do rio da Costa, que deu origem a uma via de traçado semelhante ao caminho das águas, agora ocultas, fugindo totalmente do padrão das ruas adjacentes, mostrando o antigo curso das águas, como uma permanência morfológica, um vestígio do passado. Outra constatação é o afastamento ou mesmo apagamento das linhas de água, de forma gradativa.

As transformações sofridas pelas praças e pelo Parque da Prainha, foram mudanças que buscaram de certa forma modernizar e adequar esteticamente a paisagem aos padrões de cada época. No entanto, a apropriação destes espaços livres pela população sempre foi muito ativa. A paisagem visível se transformou, se adequou, se remodelou, mas o modo de vivenciar o espaço coletivo continua com o mesmo propósito da primeira vila: “(...) foi demarcado amplo espaço para o rossio. (Ponto de encontro dos futuros habitantes)” (SANTOS, 1999, p.21)

A mudança da linha do mar, a canalização do Rio da Costa e do córrego Enserica, mudaram a relação cotidiana com as águas. O aterro, que resultou nos apagamentos relatados, mudou a percepção, a paisagem e o modo com que a população usufruía daquele espaço. A pesca, o banho de mar, também foram afastados da Prainha, algumas práticas desapareceram junto com as ilhas; ficaram os registros, as “paisagens do passado” como recortes do que foi vivido.

Além das persistências e longevidades materiais descritas como hipótese, a pesca, este fazer, herança imaterial, persiste, insiste, seja pelos pescadores autônomos ou pelas cooperativas que vendem o pescado. São práticas que se mantêm apesar dos processos de modernização, como ícones da resistência das tradições, da memória.

A vivência cotidiana na Prainha, a familiaridade da autora com a área e com moradores locais, suprimiram a pouca documentação textual oficial sobre a história tanto de Vila Velha, quanto da área de estudo. Desta forma, o estudo se propõe a trazer como contribuição a documentação da história, do cotidiano, das transformações morfológicas, reunindo fragmentos encontrados em variadas fontes.

É importante ressaltar que este estudo se concentrou nos elementos aparentes nos mapas. No entanto, é possível por meio de pesquisas de outras fontes, identificar outras permanências, transformações ou apagamentos de diversas naturezas e escalas.

Esta dissertação pode servir de ponto de partida para novos estudos, novas pesquisas, talvez na área da percepção ambiental. Estas poderiam comprovar ou dar pistas sobre o porquê de a ambiência na Prainha ser tão particular e específica e, principalmente, sobre os riscos de perda destas características que são tão importantes quanto os bens materiais tombados e protegidos. Esta área possui características muito peculiares, quanto à sua história, ao patrimônio natural, cultural, material e imaterial. Com uma rápida pesquisa é fácil perceber que não faltam ideias ou projetos para revitalizar o sítio em questão. No entanto, a região não precisa de uma “nova vida”, precisa sim de uma valorização que leve em conta principalmente os moradores e frequentadores assíduos, sua história, sua memória, sua vocação religiosa, sua localização geográfica, sua paisagem. É importante salientar que apesar do Parque da Prainha hoje se

encontrar em um estado de total descuido pelo poder público, é possível observar como ele é largamente utilizado pela população, não só em dias de eventos programados, como festivais ou a festa da Penha, mas no cotidiano.

Na Prainha, os “sem teto”, tem voz e nome, a grama é pisada, as árvores são “escaladas”, as calçadas e a praça são ocupadas por mesas e as ruas por estudantes. Uma desordem revolucionária: os cidadãos com toda sua diversidade fazem sua obra, seu espaço, construindo novas relações, novo tempo. O espaço público plenamente ocupado, com simultaneidades, encontros. Lugar de desejos, de desequilíbrio, lugar do imprevisível e do lúdico. Os locais resistem aos projetos que vislumbram uma “Vila Moderna”, o que implicaria um novo uso, uma nova organização do espaço, privilegiando o turismo e a paisagem como produto de consumo, a criação de novos referenciais e de novos monumentos.

Como constatado no primeiro capítulo, a Prainha não é um bairro oficialmente, no entanto, é um espaço que é vivido e sentido de forma identitária tanto por seus moradores quanto por visitantes. As práticas cotidianas e banais realizadas ali se diferenciam do restante da cidade e do bairro centro ao qual pertence administrativamente. Os espaços públicos, as praças, a igreja, o convento, a área do parque da prainha, narram enredos através de ações ordinárias que criam uma identidade específica do lugar.

A demarcação da poligonal do Sítio Histórico da Prainha, a princípio mostrou-se muito restrita e inadequada. No entanto, com o decorrer da pesquisa, foi de certa forma justificada, quando se identificou através de documentos textuais que a área urbana em 1910 era na verdade bem menor do que a da atual poligonal demarcada legalmente. De qualquer forma, permanece o estranhamento e questionamento da poligonal não abranger as áreas do Convento Nossa Senhora da Penha, da Escola de Aprendizes Marinheiros do espírito Santo-EAMES, do 38º Batalhão de Infantaria do Exército brasileiro e da área do antigo Parque da Prainha.

A Prainha tem sido objeto de inúmeras pesquisas. A cada debruçar, a cada olhar, uma nova paisagem é descortinada, que antes invisível, encoberta pelo tempo, se revela múltipla e mutante. Esta dissertação é apenas uma porta, um anúncio do que pode ser revelado por meio das paisagens visíveis.

Referências bibliográficas

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização.** Tese de Doutorado. São paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: Revista da Faculdade de Letras — Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97

ABREU, Roberto Brachado. **Centenário da chegada do Exército em Vila Velha (2017).** Texto disponibilizado em 18 de abril de 2017. Disponível em <www.morrodomoreno.com.br/materias/centenario-da-chegada-do-exercito-em-vila-velha-2017.html> Acesso em :10 de novembro de 2017.

A EAMES no Forte São Francisco Xavier. Site oficial da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado do Espírito Santo-Marinha do Brasil. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/eames/node/16>> Acesso: em 20 de maio de 2019.

AGUIAR FILHO, Walter de. **Cais dos Padres.** Texto disponibilizado em 28 março 2011. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/cais-dos-padres.html>> Acesso em 10 novembro 2017.

AGUIAR FILHO, Walter de. **Banho de mar na Prainha.** Texto disponibilizado em 29 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/banho-de-mar-na-prainha.html>> Acesso em 10 novembro 2017.

AGUIAR FILHO, Walter de. **A âncora da Prainha.** Texto disponibilizado em 26 de dezembro de 2017. Disponível em:<<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-ancora-da-prainha.html>> Acesso em 8 de maio de 2019.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. Primeiro capítulo da história de Vila Velha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,** Vitória, ES, n.28/30, p., jan. 1967.

BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** Vitória: [s.n.], 2006.

BOTECHIA, Flávia Ribeiro. **A forma indelével: estudos morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe.** Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

CAUS, Celso Luiz. **Das fontes e chafarizes às águas limpas: evolução do saneamento no Espírito Santo.** Vitória: CESAN, 2012.

CHALHUB JUNIOR, Antônio. **O imaginário da cidade no pacto socioambiental de um plano diretor municipal: o planejamento urbano e a lei em Vila Velha, ES.** Dissertação de mestrado. Vitória: PPGAU-UFES, 2009.

CONZEN, M.R.G. **L'analisi dela forma urbana Alnwick, Northumberland.** Edizione italiana a cura de Giancarlo Cataldi, Gian Luigi Maffei, Marco Maretto, Nicola Marzot, Giuseppe Strappa. Milano: Franco Angeli, 2012.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DAEMON, Basílio, 1834-1893. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística / Basílio Daemon; coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. – 2.ed. – Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.**

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de estado da Cultura, Conselho Estadual da Cultura. **Arquitetura, Patrimônio Cultural do Espírito Santo.** Vitória: SECULT, 2009.

FERNANDES, Carlos José. **Origem do povo espírito-santense.** Vila Velha: Suport de comunicação e marketing CMVV, 2002.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire, LAUAR, Caroline Maciel, MICELI, Aline Barroso. **Visibilidade e Ambiência do Outeiro e Convento da Penha na Baía de Vitória: delimitação e normatização da área de entorno.** Revista VOX MUSEI arte e patrimônio. Piauí: UFPI, 2013, V.1. p. 186-204

COSTA, Lúcio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil.** Revista

EL-HAGE, Moira Indira Pantoja. **Arquitetura paisagística em espaços livres de uso público: requalificação do Parque da Prainha, Vila Velha-ES.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em arquitetura e urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2012.

ESPÍNDULA, Lidiane. **Perdas, ganhos e permanências na paisagem da Enseada do Suá, Vitória -ES.** Dissertação de mestrado. Vitória: PPGAU-UFES, 2014.

FERREIRA, Giovanilton Andre Carretta. SOUZA FILHO, Eliomar Venâncio. **O Rio da Costa e suas fases de transformações: De rico manancial hídrico ao “valão”.** In Anais XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

FREIRE, Mário Aristides. 1886-1968. **A capitania do Espírito Santo.** Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães – mores (1535-1822) 2 edições ampliada e anotada pelo autor, organizada por Fernando Achiamé, Reinaldo Santos Neves. Vitória: Flor & Cultura: Cultural-ES, 2006.

FRANCHINI, Filipe Barreto. **A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GARCIA, Daniele Goldner. **Desafios da expansão urbana em áreas ambientalmente frágeis-** o entorno da Rodovia Darly Sanos-Vila Velha –E.S. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

GONÇALVES, João Roberto Vasco. **Vitória, Fortificações e Ilhas.** Vila Velha: Above Editora e Publicações, 2017.

GURGEL, Antonio de Pádua. **História Política e Econômica de Vila Velha.** Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura, 2010.

IPHAN. **Regras de construção ampliam proteção ao Convento da Penha em Vila Velha (ES).** Texto disponibilizado em 15 abril 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/306>> acesso em 15 novembro 2017.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para ciência e a tecnologia, 2000.

LIMA, Dijairo Gonçalves. **Vila Velha: seu passado e sua gente**. Vila Velha: [s.n.], 2002.

LIMA, Gether. **Igreja do Rosário**. Texto disponibilizado em 24 set. 2015. Disponível em <www.morrodomoreno.com.br/materias/igreja-do-rosario.html> Acesso em 10 novembro 2017.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem**. In Anais XI ENANPUR. Salvador, 2005.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Cidade prospectiva: o projeto Saturnino de Brito para Vitória**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAIS, Camila Cristina de. **Vazios urbanos no município de Vila Velha – ES: estudo de caso do entorno da rodovia Darly Santos**. Trabalho de conclusão de curso II (graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. In: **Revista de Morfologia Urbana**, 3(1), p.41-49. (2015). Disponível em <http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/download_file/view/238/>. Acesso em: 28 de set.2016

NASCIMENTO, Bruno César. **Viagens à Capitania do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

NEMER, Luciana. **Centro de Vitória-habitação social ontem e hoje**. Serra: Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1974.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do estado do espírito santo-Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Vitor Manuel Araújo. Morfologia urbana: investigação científica e prática profissional. **A Obra Nasce**, Porto, dez.2014, 8, p. 99---111,2014. Disponível em <<http://vitoroliveira.fe.up.pt/Oliveira%20---2014.pdf>> acesso em:05 de out.2016.

OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo. **Diferentes abordagens em Morfologia Urbana. Contributos luso-brasileiros. Porto: Feup, 2018.** Disponível em < http://vitoroliveira.fe.up.pt/Oliveira%20-2014.pdf_ > acesso em :28 de set.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Prefeitura implanta projeto para um trânsito seguro na Prainha.** Texto disponibilizado em 19 set. 2017. Disponível em <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2017/09/prefeitura-implanta-projeto-para-um-transito-seguro-na-prainha-17737>> acesso em 15 de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Pequena história do município de Vila Velha**, coleção documentos n.2. Vila Velha: PMVV, 1973.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2010. (Coleção Quapá).

ROCHA, Levy. **Viagem de D.Pedro II ao Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do ES,

RUBIM, Braz da Costa. **Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo.** s.l., 1861.1980.

RUBIM, Braz da Costa. **Memórias históricas e documentos da província do espírito Santo.** Vitória: [s.n.], 1861.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** São Paulo: Universidade de São Paulo: Itatiaia, 1974.

SANTOS, Jair. **Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo:** fragmentos de uma história. 1.ed.Vila Velha: Ed. Do Autor, 1999.

SANTOS, Jair. **Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo:** fragmentos de uma história. 2.ed.rev.atual.Vila Velha: Ed. Do Autor, 2011.

SANTOS, Jair. **Praça da Bandeira-Vila Velha.** Texto disponibilizado em 16 abril 2013.Disponível em < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-da-bandeira-vila-velha.html>> Acesso em 12 novembro 2017.

SANTOS, Jair. **Aterro da Prainha**. Texto disponibilizado em 15 de fevereiro de 2011. Disponível em < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/aterro-da-prainha>. > Acesso em 2 novembro 2017.

SETÚBAL, José Anchieta de. **Ecos de Vila Velha**. Vila Velha, ES: [s.n.], 2001.

SOUZA, Luana Zatta de. **Memória e História do lugar**: um projeto de requalificação para o Sítio Histórico da Prainha. Trabalho de conclusão de curso (graduação em arquitetura e urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2012.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Statistica da Província do Espírito Santo** – Escrita no ano de 1828, Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé Vitória: Arquivo público Estadual, 1978.

VERONEZ, Vanuza Ferreira. **Projeto Prainha, desenho de um percurso**. Monografia (graduação em arquitetura e urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

VILA VELHA (Município). Plano Diretor Municipal. **PDM – Lei nº 4.575**. Vila Velha, de 26 de outubro de 2007.

VILA VELHA (Município). Projeto de Lei Nº 044/2015, 30 de setembro de 2015. Vila Velha, 2015. Disponível em: <<http://cmvv.es.gov.br/Arquivo/Documents/PL/PL1062015.pf>>. Acesso em: 26 de set. 2016.

WIED, Maximiliano, Prinz Von, **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940. (Brasiliense. Série V).

